REVISTA TEOLÓGICA

SEMINÁRIO TEOLÓGICO PRESBITERIANO DE CAMPINAS

S U M Á R I O

ANO XXIII — DEZEMBRO DE 1961 — N.o 28

Endereço para correspondência:

REVISTA TEOLÓGICA — C. Postal, 133 — Campinas — S. P. — Brasil

REVISTA TEOLÓGICA

SEMINÁRIO TEOLÓGICO PRESBITERIANO DE CAMPINAS

ANO XXIII DEZEMBRO DE 1961 Num. 28

Os artigos não assinados serão de inteira responsabilidade da redação.

A REVISTA TEOLÓGICA — é publicação periódica e oficial do Seminário Teológico Presbiteriano de Campinas, conforme decisão da Diretoria do Seminário e do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Esta Revista está registrada de acôrdo com a Lei de Imprensa, art. 130 e seguintes do Decreto no. 4857, de 9 de Novembro de 1939, bem como no LNPI, sob o no. 485.900 de 3 de Março de 1.961.

Enderêço para correspondência: — REVISTA TEOLÓGICA
Caixa postal 133 — Campinas, S. P. — Brasil

REVISTA TEOLÓGICA

SEMINÁRIO TEOLÓGICO PRESBITERIANO DE CAMPINAS

S U M Á R I O

SEMINÁRIO TEOLÓGICO PRESBITERIANO DE CAMPINAS

Ano XXIII — Dezembro de 1961 — N.º 28

EDITORIAIS

O CRESCIMENTO DA IGREJA

COM o título acima podiamo-nos referir à Igreja Evangélica, no Brasil, num sentido geral. Porque, realmente, impressionante é o vulto da obra em todos os ramos do protestantismo, sendo de chamar a atenção o desenvolvimento de certos ramos heterodoxos, como a Assembléia de Deus, cuja penetração na massa popular reclama o estudo imparcial por parte das Igrejas históricas. Mas o que nos interessa mais de perto é o progresso de nossa própria Igreja Presbiteriana.

Não é necessário termos à mão qualquer estatística. O vulto da obra se patenteia a olhos desarmados. Multiplicam-se as igrejas e as congregações, de modo que as turmas que estão saindo ou se preparando nos nossos três seminários não cobrem as exigências dos campos que se desdobram. Como resultado disto, dividem-se os sínodos e aumenta enormemente o número de presbitérios, o que já cria um problema no referente às reuniões dos concílios, tais as dificuldades de hospedagem e o vulto das despesas. O Supremo Concílio se tornou um órgão de tal medida que se torna necessária uma reforma do seu regimento, para que o excessivo número de representantes não dificulte a ordem dos trabalhos. Os congressos de homens, de senhoras e de jovens, impressionam também pela sua grandeza. Os institutos de leigos e de ministros, assim como as escolas de todos os gràus são outro índice de crescimento que alegra o coração dos obreiros.

Também as finanças da Igreja atestam o seu grande crescimento. Uma comparação dos orçamentos, tanto das igrejas locais como dos concílios de todos os graus, demonstra eloquentemente os passos da Igreja para a sua maioridade. Podia dizer-se que o relativo fracasso do Plano de Consolidação invalida o nosso otimismo, mas é de levar-se em conta que o fundo geral do Supremo Concílio não sofreu alteração em face do movimento lateral da campanha, e que esta mesmo, se não al-

cançou os alvos propostos, revelou as grandes possibilidades de semelhantes movimentos, verificadas as falhas, suas causas e seus defeitos. É incontestável também o prestígio que a Igreja tem adquirido perante as autoridades, perante o povo tão prevenido contra nós, e até perante a Igreja da maioria que já não nos olha com aquêle desprêso ou com aquêle velho ódio que nos votava.

Tudo isto é verdade, o que nos leva a render graças a Deus e vigiar cuidadosamente os nossos passos, a fim de que, a par do nosso progresso numérico, material e social, cresçamos também na graça e na verdade do Evangelho.

J.G.

★

SINCRETISMO RELIGIOSO

JÁ tivemos ocasião de comentar, há tempos, alguns trabalhos do professor Roger Bastide, ilustre sociólogo francês, que, durante alguns anos, foi lente de sua especialidade na Universidade de S. Paulo, sôbre o fenômeno curioso do sincretismo religioso no Brasil, ou seja, a fusão de práticas africanas, indígenas e de outros tipos, com o culto romanista da maioria do nosso povo, fenômeno observado nos recantos mais remotos e mais atrazados do país, assim como nas grandes capitais e centros populosos, a partir do Rio de Janeiro.

Hoje queremos apenas chamar a atenção dos nossos leitores para o recente livro do professor Alceu Maynard Araujo, obra premiada, da coleção Brasiliana, da Companhia Editôra Nacional. O professor Alceu é um reputado cientista e investigador que se tem consagrado a pesquizas cuidadosas, em várias regiões de nossa pátria, pesquizador participante, porque procura identificar-se com tôdas as camadas sociais e chega a tomar parte nos candomblés, nos torés e em todos os ritos que lhe possam fornecer dados seguros sôbre o folclore brasileiro, a vida e os costumes do nosso povo. O estudo a que nos referimos se denomina "Medicina Rústica" e tem por fim principal estudar até onde chegam as superstições, as crendices, as mais absurdas práticas relacionadas com a medicina da nossa gente rústica, dos feiticeiros, dos raizeiros, dos milagreiros de todos os tipos.

Mas o que é de lamentar é que a Igreja Romana, que tão cêdo se ocupou com a educação religiosa da nossa nação, não tivesse empregado a sua inteligência, o seu prestígio, a sua autoridade, para impedir a formação dêsse lamentável tipo religioso, antes até o incentivasse, tolerando e adaptando as práticas mais estravagantes de africanos e indígenas. Diz bem o autor: "Não há por parte da religião católica romana, que não é oficial, porém oficiosa na região (um distrito do Estado de Alagoas, bem típico de todo país), uma severa condenação aos seus fiéis portadores de amuletos, santinhos, carântulas, nôminas, rosários para benzimento, usados em rezas para determinadas simpatias, usos medicinais de fitas antropométricas de santos, águas bentas, etc. Não há uma repulsa, e aquela atitude hostil que desenvolvem contra os seguidores do candomblé ou toré não se aproxima em grau e intensidade daquela repressão contra os seguidores das religiões cristãs-evangélicas, a praticada pelos "bodes" e "sapos" como são desprezìvelmente chamados os protestantes nessa região. Não havendo uma tomada de atitude adversa por parte da religião católica romana, campeará o catolocismo brasileiro ou rural com tôdas as suas relações com a medicina rústica, numa simbiose tal que não se poderá fàcilmente separar o que é prática religiosa ou medicina; poderia a religião salvaguardada pela Igreja opôr-se, mas o que caracteriza a religião do povo nessa região é o catolicismo rural, no qual se confundem: medicina, religião e magia".

Não escapou aos olhos do observador a conduta do pequenino núcleo protestante da região, procedimento êste que bem preconiza o que poderá ser a influência dos evangêlicos, para o reerguimento intelectual e moral das classes incultas do país, como tem sido no meio das classes cultas. "Em Piabuçu, como já apontamos, a religião dominante é o catolicismo romano. Na cidade há apenas 18 pessoas que são cristãs evangélicas — são os protestantes ou os "bodes" como desprezìvelmente a êles se referem. Verificamos, no entanto, que entre êsses crentes não assinalamos tais usanças a não ser o uso de chàzinho (de hortelã, camomila, puejo) para as crianças. Protestantes não usam rezas, não fazem promessas, não fazem romarias e não frequentam toré ou candomblé. "Fazem", como nos informou José de Matos, dirigente dos batistas, "orações, consultam médicos e compram remédios na farmácia, mas quem determina a cura ou a morte é Deus".

Não era propósito do pesquizador estudar as causas do sincretismo religioso já bastante debatido por distintos estudiosos a partir de Nina Ribeiro, mas estando, como êle diz, tão entrosados os fatos sociais, não podia deixar de registrar as observações que faz. Desta sorte o seu livro constitui um repositório precioso de elementos que suplementarão tudo que já é conhecido. A profusa relação de orações destinadas a todos os fins, na linguagem mais confusa e do mais esquisito ecletismo; o

vastíssimo receituário de plantas e elementos os mais diversos e estravagantes, sempre relacionado com propósitos religiosos; a reprodução ao vivo das reuniões de cura com os seus exorcismos repugnantes; as entrevistas com os curandeiros, feiticeiros e mágicos, tudo serve ao especialista como subsídio para revisão dos seus estudos e aperfeiçoamento das obras existentes.

Para a Igreja Evangélica o livro de Alceu Maynard constitui um desafio ao emprêgo de todos as suas fôrças para a transformação de nossa raça.

J.G.

★

A TRANSFORMAÇÃO POLÍTICA NO PAÍS

TODA a nação foi abalada, no dia 25 de agôsto do corrente ano, com a renúncia absolutamente inesperada e chocante do presidente da República, dr. Jânio Quadros. Como não podia deixar de ser, aquêle fato determinou uma grave e profunda crise de caráter político-militar, que quase levou o país a uma guerra civil, dados o choque de opiniões e as dificuldades encontradas para a solução do problema surgido.

A nosso pátria, felizmente, tem podido sempre atravessar as suas crises e renovações políticas sem derramamento de sangue. Ainda desta vez êste fenômeno se repetiu. O Congresso Nacional, quase por unânimidade, adotou um ato adicional à Constituição da República, pelo qual o país passou a reger-se pelo sistema parlamentarista, o que veiu a ser aceito pelas correntes em divergência. Já há anos se vinha cogitando desta mudança, pregada com admirável persistência pelo deputado Raul Pila, o qual procurava demonstrar que tôdas as dificuldades e crises, por que a nação tem passado, decorriam do sistema presidencialista, pelo qual um só homem, o presidente, absorvia poderes excessivos, quase ditatoriais.

De nossa parte, folgamos de que os nossos homens públicos se tivessem conduzido com prudência e firmeza, no sentido de preservar-se a nossa democracia, e fazemos votos para que a experiência a que fomos sujeitos venha a dar o melhor resultado e sejam sanados os males

que nos afligem, com uma renovação também de costumes que importem numa moralização administrativa mais real e eficiente.

O govêrno do sr. Jânio Quadros havia-se iniciado sob bons auspícios e vinha tomando medidas justas e necessárias no terreno econômico e no das relações internacionais, mas parece que certos excessos determinaram uma reação que o feitio temperamental do presidente não suportou.

Como agremiação evangélica que não se imiscui diretamente na política, a nós compete orar pelo novo govêrno, a fim de que Deus lhe empreste as luzes de que necessita para conduzir o país à ordem interna e à restauração econômica de que tanto necessita.

J.G.

*

A VERDADE SÔBRE CUBA

É ÊSTE o título de um livro escrito por um americano, o professor C. Wright Mills, da Universidade de Columbia, o qual colocando-se na posição de um cidadão cubano, procura esclarecer a um cidadão americano sôbre os acontecimentos em Cuba e suas relações com os Estados Unidos. É coisa muito difícil chegar-se à descoberta da verdade, seja em que terreno fôr, de modo que a leitura do livro não nos leva à convicção, embora constitua, sem dúvida, um excelente subsídio para o estudo da questão e, ao mesmo tempo, uma corajosa advertência ao govêrno e ao povo dos Estados Unidos sôbre os métodos por êles usados no trato, não só com Cuba, mas com tôdas as nações subdesenvolvidas da América Latina.

A dificuldade de uma pesquiza está em que, geralmente, carregamos conosco, no exercício de nossas observações, o acêrvo de nossos preconceitos, de nossos gostos e de nossas paixões, o que obscurece, inevitàvelmente, o nosso julgamento e a nossa imparcialidade. Temos a impressão de que o autor, embora bem intencionado, deixou-se trair pelo desejo de ser singular, de assumir uma atitude por demais nobre e desassombrada, pondo-se a favor da revolução cubana, em desacôrdo com a maioria do seu povo e do seu govêrno. A sua identificação é tal, com o sentimento do revolucionário cubano, que chega a causar certa

irritação aos amigos dos Estados Unidos, quando repete as injúrias, as críticas, as mordazes observações e as tendenciosas interpretações do adversário que êle encarna.

Mas em tôla crítica e em todo exagêro há sempre alguma coisa de verdade, de modo que livros desta natureza servirão para acordar nos norte-americanos a consciência de seus erros e para induzi-los ao reexame de sua mentalidade e de seus costumes em relação aos outros povos.

O lado bom da revolução aparece muito claramente: as reformas radicais dos processos administrativos, no sentido da moralização da política; o amparo ao proletariado rural e das cidades, principalmente com a revisão agrária e a fundação de escolas; as iniciativas indusdustriais e as providências sôbre a formação de técnicos, enfim, medidas tôdas conducentes à renovação do país, à sua libertação das fôrças opressoras e exploradoras, tanto nacionais como estrangeiras, e muitas outras realmente vantajosas.

Entretanto o livro silencia inteiramente sôbre os métodos repressivos ou defensivos da revolução, a supressão das liberdades públicas, as perseguições políticas e religiosas e outras violências desnecessárias e reprováveis, que lembram os métodos comunistas que tanto nos assustam.

Afirma o "revolucionário cubano", pela bôca do autor, que a revolução nada tem que ver com bolchevismo, que não há nenhuma influência russa, muito menos domínio, e que se trata de uma experiência nova, de criações novas e extraordinárias do gênio de Fidel Castro, que servirão de modêlo para todo o mundo. Esta nota é muito agradável, mas o autor parece ter dispensado inteiramente o depoimento dos contra-revolucionários, dando tudo à conta de partidários do malsinado Batista. Podemos admitir a boa intenção e o idealismo dos revolucionários, mas, ao mesmo tempo, estranhamos que, sendo êles tão conhecedores da psicologia, dos propósitos imperialistas, dos métodos astuciosos e malévolos dos ianques, encarem com tanta singeleza e com tanta boa-fé a filosofia dos russos, os grandes benfeitores da humanidade. Infelizmente, não podemos deixar de encarar com temores esta "cabeça de ponte" que os cubanos oferecem à Rússia.

O livro conclui com uma crítica generalizada e severa da política dos Estados Unidos, em referência aos países da América Latina, todos postos quase que no mesmo nível de atraso e de subdesenvolvimento. Nisto também o autor encarna a maioria dos críticos sul-americanos. Felizmente acabamos de tomar conhecimento do Congresso de Punta del Este, o qual parece ter vindo ao encontro de todos os desejos, para o fim de uma colaboração da qual resultará a libertação econômica da América Latina. A grande queixa contra os Estados Unidos era que

êles, enquanto socorriam abundante e desprendidamente os países da Ásia e da África, abandonavam inteiramente. quando não exploravam com suas emprêsas. os países sul-americanos.

Ao mesmo tempo que se tomam estas providências na América Latina. sob auspícios tão prometedores. recrudescem. na Europa, os perigos e as ameaças. Temos. pois. de voltar ao nosso recurso garantido. à fonte de nossas esperanças: o Senhor dos Exércitos, o Deus de Jacó. Exército não mecanizado. nem de bombas atômicas. mas do poder do Espírito, mediante a oração.

J.G.

*

LIDERES QUE SE APOSENTAM: — «Dois famosos líderes protestantes anunciaram sua resignação, em futuro próximo, dos postos que ocupam em suas respectivas comunidades: o Dr. Geoffrey Francis Fisher, que completará 74 anos em Maio, deixará seu pôsto de Arcebispo de Cantuária e de Primaz da Igreja da Inglaterra. Seu lugar será ocupado, no dia 31 de Maio, pelo Arcebispo de York, Dr. Arthur M. Ramsay, por indicação da Rainha Elizabeth.

O vulto que ocupa posto correspondente no Protestantismo da Alemanha, o Bispo Otto Dibelius, anunciou que não será candidato à re-eleição como presidente do Concílio da Igreja Evangélica da Alemanha. O Bispo Dibelius completará 81 anos no próximo mês de Maio. Ésses dois vultos já serviram como presidentes do Concílio Mundial de Igrejas».

Apresentação

O REV. HAROLDO COOK, veterano e fiel obreiro que tem prestado relevantes serviços ao evangelismo pátrio, prepara-nos o espírito para a leitura do material que compõe o presente número da nossa revista mediante o estudo prático, instrutivo e bíblico que nos apresenta sôbre a experiência da conversão. Focaliza êle, com propriedade, o papel dos crentes e da Igreja como instrumentos do Espírito Santo na obra da conversão dos transviados e sublinha, com clareza, a impossibilidade da fixação de datas e do estabelecimento de padrões com os quais se devam conformar todos os casos de conversão genuína. O importante é que a experiência se prove verdadeira mediante a vida e o testemunho da nova criatura. O Espírito Santo, porém, é sempre livre para operar quando e como quer, afim de conduzir o homem à nova vida em Cristo.

* * *

A SEÇÃO EXEGÉTICA se abre com o artigo do Dr. Osmundo A. Miranda que há pouco concluiu, com brilhantismo, seu curso pos-graduado no Seminário Teológico de Princeton, N. J., onde recebeu o grau de Doutor em Teologia. O assunto versado pelo nosso ilustre e habitual colaborador lança luz sôbre um aspecto definido de um período pouco conhecido da história e do pensamento religioso do povo de Israel, que vai do encerramento da revelação do V. Testamento ao início da história do N. Testamento. Êsse longo período, que se estende por cêrca de quatro séculos, encerra fatos e acontecimentos de ordem histórica e espiritual que constituem material indispensável à boa compreensão de vocábulos, idéias e textos importantes do N. Testamento, que por sua vez se relacionam intimamente com algumas doutrinas da nossa Confissão de Fé. O problema relativo à angelologia, discutido com lucidez no artigo em tela, ilustra bem o que afirmamos e pode constituir um estímulo a pesquisas mais amplas e detidas naquele período inter-testamentário por parte de alguns dos nossos leitores.

* * *

LIÇÕES DA TRAGÉDIA é estudo feito pelo Rev. Adauto Araújo Dourado, tentando compreender o difícil episódio de Ananias e Safira, verdadeira tragédia no alvorecer da Igreja Primitiva. Começa relacionando-o com o pecado de Acã sôbre os escombros de Jericó. Não aceita interpretações antigas e modernas que procuram atenuar a tragédia, como as seguintes: Ananias e Safira não morreram imediatamente, como nos diz a narrativa, mas posteriormente e a Igreja Primitiva interpretou essa morte posterior como consequência de pecado e da repreensão de Pedro. Outra interpretação mais elaborada, mas igualmente insatisfeita para o Autor, é esta: com a ressurreição de Jesus Cristo, criou-se na Igreja Primitiva a crença que os cristãos não morreriam. Ananias e Safira foram os primeiros a morrer. A morte dêles foi tão chocante para a comunidade cristã, que perplexa teve de procurar uma explicação e o fizeram relacionando-a com algum pecado anterior. O Autor prefere a dura realidade da narrativa. Ananias e Safira, após as repreensões de Pedro, morreram imediatamente. Reconhece que a história é apresentada de modo muito suscinto, que não apresenta todos os elementos para a sua completa compreensão, mas procura tirar algumas lições permanentes dessa tragédia que abalou a Igreja Primitiva.

* * *

A REVELAÇÃO E A BÍBLIA é o título do primeiro artigo que aparece na Seção de Dogmática, da lavra do Rev. Jorge Bertolaso Stella, ministro aposentado da Igreja Presbiteriana Independente e autor de obras especializadas de glotologia. Pretende êle, nêsse artigo, discutir a revelação não apenas do ponto de vista bíblico, mas como uma expressão divina presente no Universo e na História. Pondo de parte a pretensão de provar a existência de Deus, o que julga impossível, descreve suscintamente seus atributos. Deus é uma realidade inefável. A linguagem humana é limitada para expressar o conteúdo da revelação. O espírito humano deve, no entanto, reconhecê-lo como presente nas várias gradações naturais, sobretudo na Vida e mais ainda no Homem. Observação e Introspecção são duas vias revelacionais. Assim sendo, levanta o Autor o problema de uma revelação especial. Revelação, para êle, não é privilégio de um povo. Vários povos tiveram seus livros sagrados, todos êles com a pretensão de serem inspirados. A Bíblia não é, pois, a Revelação Única, mas um dos muitos capítulos da Revelação que se estampa dentro do domínio natural e histórico. Cristo, apesar das paradoxais declarações que fêz sôbre sua relação com o Pai, não é senão revelação de Deus no mais alto grau. Graus a mais justificariam a pre-

tensão que tem êle à natureza divina. Um Deus de amor não poderia ser parcial em sua revelação. Êle é Pai. Devemos pregar o Evangelho não porque seja êle uma revelação única, mas porque é a melhor. O Evangelho mata a sêde porque é água sem impureza.

* * *

A TEOLOGIA E A REVELAÇÃO é um artigo escrito pelo Rev. Júlio Andrade Ferreira, especialmente para esta Revista, a pedido do seu Diretor. Contém o ensino do Calvinismo a respeito da relação entre Revelação Geral e Revelação Especial. Inicia o autor seu artigo reconhecendo que há uma Revelação Natural, mas expressando sua dúvida de que esta seja suficiente e possa, de qualquer modo, ser emparelhada com a Revelação Especial ou a Revelação Cristã. Por que? Por causa do problema do pecado. O pecado obscurece de tal modo a visão espiritual do homem que a Revelação Natural, uma realidade inegável, fica anulada em seus efeitos redentores. Depois de descer a alguns aspectos na enumeração de pecado através da história, lembra que se Calvino reconheceu a existência da Revelação Natural, diz que esta seria suficiente "se Adão não tivesse pecado". Deus se torna desconhecido fora da Revelação Especial. A história das religiões não é edificante. Não há razão para otimismo, se nos atemos às capacidades humanas. Daí a necessidade da Revelação Especial, que é sintetizada em termos da iluminação do Espírito Santo, que nos leva ao reconhecimento da autoridade da Bíblia, da divindade encarnada em Jesus Cristo, à misteriosa experiência da regeneração. Por tudo isso a Revelação Especial não deve ser considerada como mero capítulo da Revelação Natural. Cristo manifesta tais pretensões que, racionalmente falando, só poderia ser colocado como impostor e não como grande espírito. A Bíblia seria um livro que, pela pretensão de inspiração e infalibilidade, deveria ser o último da série dos livros sagrados. O último, não o primeiro. O caminho da Fé é o de tomar Jesus Cristo como o Revelador que não se compara a nenhum outro. Há os que buscam, em vão, colocá-lo entre outros chefes de religião, como se fôsse o primeiro dêles. Mas, essa alternativa não satisfaz à fé, nem à própria razão.

* * *

TEM sido norma definida desta Revista não publicar matéria de cunho controverso, capaz de excitar polêmica ou suscitar debate injustificável. Todavia, no presente número aparece na íntegra o artigo A IGREJA E A UNIDADE, da lavra do bispo metodista Gerald Kennedy, certamente digno de ponderação séria e suscetível de apreciações várias.

A despeito de seu teor para muitos controvertido, houve a redação por bem incluí-lo, já porque apareceu no órgão oficioso da corrente mais liberal e ecumenista dos Estados Unidos, já porque o autor é bispo de denominação filiada ao próprio Conselho Mundial de Igrejas, já porque não se pode inquinar ao escritor de conservador extremado ou mentalidade estreita. E o que êle tem a dizer é algo que convém ouvir com atenção nos dias que correm.

* * *

O REV. PROF. CARL JOSEPH HAHN, que leciona História das Missões, Arqueologia e Análise Bíblica em nosso Seminário, discute um assunto de grande atualidade para a obra de evangelização no artigo intitulado "O Elemento 'Agape' no Processo da Comunicação". Êste artigo é uma tentativa de expor que os tipos de revelações mútuas que são atingidos em presença daquelas que o NT define como "agape" (amor) são essenciais à comunicação humana nos seus graus mais elevados e eficazes. A comunicação humana se desenvolve em níveis diferentes. A simples comunicação de fatos evidentes ou fàcilmente verificáveis e que não envolvem ação ou mudança de valores por parte do ouvinte não requer uma atmosfera de confiança. Mas a comunicação eficiente da mensagem do Evangelho requer do ouvinte uma completa mudança de sistema de valores e ação que envolve o ser total: requer arrependimento, conversão, decisão e submissão a um novo Senhor e Mestre. Requer todo o coração e exige absoluta lealdade. Esta mensagem, ainda que anunciada por línguas de anjos e acompanhada por sacrifícios e caridade, mas sem amor (agape) não será eficientemente comunicada, porque a base de confiança necessária para o discipulado não foi estabelecida.

* * *

FALA DE DRAGÃO é a parte final do artigo intitulado "Dragão com Chifres de Cordeiro", da lavra do Rev. Dr. José Borges dos Santos Jr., publicado no penúltimo número da nossa revista. O segundo monstro da visão do Apocalipse tinha chifres como cordeiro e falava como dragão. Como fala o dragão? Responde Jesus Cristo: "Quando profere mentira fala do que lhe é próprio, porque é mentiroso e pai da mentira". O dragão, a antiga serpente chamada Satanaz, quando mente, alega causas as mais justas como a liberdade, os direitos da criança, a prioridade da família e outras. Assim fêz na primeira tentação. O monstro do Apocalipse falava assim. Através da história têm aparecido outros monstros que falam também dêsse modo. Um exem-

plo atual é o infeliz plano intitulado Diretrizes e Bases da Educação Nacional: alega a liberdade de ensino, direitos da família e da religião, etc, para realmente, assestar audacioso golpe contra a democracia. Se o dragão, quando fala, não fingisse interêsse pelas causas do homem, não conseguiria enganar ninguém. Já enganou muitas vêzes e continuará a enganar. A prova é o referido plano educacional que, no artigo que apresentamos é analisado com propriedade pelo autor, que se coloca, entretanto, em ângulo diferente daquele em que outro colaborador desta edição discute a mesma matéria..

* * *

O ARTIGO INTITULADO RESPONSABILIDADES MISSIONARIAS DA IPB NO ÂMBITO NACIONAL, escrito pelo presidente da Junta de Missões Nacionais e professor de evangelização e serviço prático dêste Seminário, é uma contribuição aos estudos e debates constantes que se vêm intensificando entre nós ùltimamente e que refletem o desejo de conduzir nossa amada Igreja ao desempenho mais eficiente da sua missão cristã em o nosso vasto Brasil. O Prof. Floyd Eugene Grady apresenta suas reflexões em duas partes, a saber: "A Responsabilidade de Conhecer Dois Brasis" e "A Responsabilidade de Aplicar os Recursos do Brasil Presbiteriano Mais Eficientemente às Necessidades do Brasil Sem Cristo". Na primeira parte trata da nossa responsabilidade no sentido de tomar conhecimento da herança e dos recursos atuais da Igreja Presbiteriana do Brasil e das tremendas responsabilidades que Deus nos apresenta na forma das exigências do Brasil sem Cristo. Na segunda, apresenta um plano específico para o mais eficiente uso dos recursos da IPB no Brasil sem Cristo através de uma estrutura mais simples e presbiteriana.

***

NO último número desta revista, aparece a primeira parte da interessante e bem documentada análise que faz o Rev. Dr. Benjamin Morais sôbre determinados aspectos religiosos Pan-Americanos, cuja conclusão estamos agora reproduzindo na Seção de Haliêutica. Após as considerações anteriormente tecidas sôbre aspectos interessantes do protestantismo norte-americano e canadense, o autor conduz a nossa atenção, no artigo que ora estampamos, à análise do seu tema geral dentro do ambiente que nos interessa mais de perto, a saber, a América Latina. Os dados coligidos pelo Dr. Benjamin Morais constituem elementos preciosos de informação para quantos procuram inteirar-se melhor a respeito do desenvolvimento da obra evangélica nesta parte do continente americano e as observações e interpretações do autor são de molde a es-

timular-mos o pensamento no sentido de prosseguirmos no estudo dêsse vasto campo missionário, que constitue urgente e significativo desafio à capacidade dinâmica do evangelismo pátrio.

* * *

BACH não foi apenas um representante da cultura do século XVIII; foi também — e principalmente — um homem cristão. O estudo da lavra do Rev. Floyd B. Sovereign, que ocupa a cadeira de História Eclesiástico do nosso Seminário, apresenta um Bach que amava a vida e ao mesmo tempo dava boas-vindas à morte. O autor demonstra a impossibilidade de compreendê-lo através das categorias do luteranismo ortodoxo, do pietismo ou do misticismo. Uma alta cristologia é imprescindível à compreensão verdadeira tanto de sua arte, como de sua vida. Existe algo na música de Bach que é apreensível sòmente aos "olhos da fé". Êste ensaio, portanto, leva-nos a uma viagem de aproximação entre a Música e a Teologia. Um entendimento entre ambas é necessário à compreensão do grande mestre de Leipzig.

* * *

O REV. DR. GUTEMBERG DE CAMPOS é um dos obreiros evangélicos que mais vivamente têm procurado informar e alertar a Igreja sôbre a evolução da vida nacional relativamente a importantes aspectos que não podem passar despercebidos à sua atenção. No artigo de sua autoria que reproduzimos no presente número da nossa revista procura êle, de maneira ampla e direta, analisar o grave problema da aprovação do famigerado projeto denominado "Diretrizes e Bases da Educação Nacional". Afirma êle: "As 'Diretrizes e Bases da Educação Nacional', hoje consagradas em lei, estão cheias de falhas, de lacunas e de pecados graves, tanto de omissão quanto de comissão. O projeto tem falhas técnicas inúmeras e mal encobre interêsses privatísticos e clericais inconfessáveis. Sob o ponto de vista científico e pedagógico, sociológico e político, é um monstrengo. Sob o aspecto da astúcia jesuítica e do farisaísmo político manifestado pelos seus artífices, é uma obra prima do diabo". Ler o trabalho que o Rev. Gutemberg apresenta em seu estilo vívido e combativo é inteirar-se do infeliz desfêcho de uma luta que polarizou a atenção nacional durante vários anos.

* * *

"ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR" — "Depois de um longo período em que o administrador escolar era escolhido entre homens que, ou no ministério evangélico, ou na vida política ou militar, ou na vida comer-

cial se tivessem distinguido, quer pela autoridade moral e intelectual, quer pelo prestígio, quer pela capacidade administrativa, iniciou-se, no princípio do século XX, a preparação técnica, metódica, através de cursos específicos, dos administradores escolares. O aperfeiçoamento dêsses cursos; a inclusão nêles de matérias correlatas, tais como Sociologia, Psicologia, etc; a aplicação de novos métodos, como o "Case Study Method", têm conduzido a uma nova conceituação do assunto e à conclusão de que a administração escolar é de vital importância na qualidade do ensino. Conclue-se que, da atualização da admnistração escolar de nossas escolas evangélicas, no Brasil, depende o futuro delas."

A análise que a êste respeito é submetida à apreciação do leitor vem da pena do Rev. Prof. Wilson Castro Ferreira, que alia à sua experiência na esfera do ensino secundário, estudos especializados que teve oportunidade de fazer nos Estados Unidos, a respeito de administração escolar e de aspectos técnicos do problema do ensino.

* * *

O ARTIGO "Angelologia Intertestamental e Neotestamentária" procura demonstrar que Angelologia, como outras doutrinas do NT, não depende do período intertestamental tanto quanto alguns teólogos imaginam. Por outro lado pretende demonstrar-se que o estudo do material apócrifo e pseudopígrafo é de muita utilidade no estudo do Novo Testamento, mas tal material não é normativo como o NT, porque é literatura teológica e não revelação. Entretanto porque não é revelação não significa que tudo está errado. Assim alguns aspectos de ambas angelologias foram estudadas. Êste artigo não estuda de maneira completa, nem mesmo resumidamente, a angelologia bíblica ou neotestamentária, mas destaca algumas das diferenças mais marcantes entre judaísmo e Novo Testamento, no presente assunto. Em todo o artigo procura demonstrar-se que sendo o NT controlado pelo Espírito Santo êle se houve parcimoniosamente, como o VT, na apresentação dos anjos. Vê-se que pelo VT os anjos não existem para si mesmos e a importância dêles está na tarefa que executam. O judaísmo, entretanto, (embora houvessem os Saduceus que não criam em anjos) desenvolveu uma angelologia especulativa que muitas vêzes glorifica os anjos. No NT anjos desaparecem para que a glória seja do Senhor e seu Cristo. O ensino bíblico sôbre: criação, queda, intercessão angélica, nomenclatura e hierarquia, anjo guardião, é estudado neste artigo.

Muita especulação foi introduzida na teologia cristã e aceita por muitos teólogos de bom calibre. Urge escoimar a teologia da ganga especulativa e edificá-la sôbre os sólidos fundamentos da revelação.

Edificação

CONVERSÃO

HAROLDO COOK

COMECEMOS com três negativas. (a) A conversão não é a profissão de fé; esta deve ser o resultado daquela. (b) A conversão não é o rito de confirmação na Igreja Episcopal. É possível " confirmar" uma pessoa que não tem uma fé para confirmar. (c) A converãso não é só a guarda e o cumprimento dos dez mandamentos. É possível uma pessoa se conformar com a lei divina, sem ter a graça divina que traz *vida* ao coração.

Agora do lado positivo. A conversão é uma operação com dois lados. O Senhor Jesus disse: "Necessário vos é nascer de novo" (João 3. 7). Isto é obra do Espírito Santo que nos dá um novo coração — uma nova natureza; ficamos regenerados pela graça de Deus. Esta graça Deus nos manda na pessoa do Senhor Jesus. O lado humano encontramos em João 1. 12 que diz: "A todos quantos O receberem, deu-lhes o poder de serem filhos de Deus". Quer dizer, somos *feitos;* não somos por natureza. E como podemos conseguir isto? *Recebendo* o Senhor Jesus — o Enviado de Deus. Em vez de trancar a porta por dentro, a abrimos para dar entrada ao Salvador, que diz: "Se alguém ouvir a minha voz e abrir a porta. entrarei..."" (Ap. 3.20). Em outras palavras, quando viramos para Deus, o que Êle faz em nós resulta em "uma nova criatura" (2 Co 5.17). Damos as costas ao mundo, à carne e ao diabo e andamos com o rosto para Deus. Antes era o contrário. Tudo isto é da essência da conversão.

Uma igreja local deve ter sempre perante os seus olhos, como alvo, a glória de Deus na conversão de almas, e cada departamento da igreja deve contribuir para êste fim. Ninguém deve ficar contente e satis-

feito pelo fato de que o templo está lotado. É realmente coisa boa trazer pessoas à igreja, mas isto é apenas um meio para um fim. *O fim é trazê-las a Cristo.* Em todo o trabalho de Deus necessitamos do auxílio do Espírito Santo, mas especialmente neste.

É bom ter zêlo em ganhar almas, desejando conversões. Mas devemos cuidar em não ir adiante do Espírito Santo, forçando decisões. Inspirados pelo Espírito Santo, não deixaremos de falar quando devemos, mas estejamos calados quando é prematuro falar. O mesmo Espírito que nos *constrange*, também nos *impede*. Sejamos atentos.

Só o Espírito Santo conhece tôdas as almas, e devemos ser guiados àqueles que Êle já tem preparado; desta maneira aproximemo-nos do seu plano perfeito para a evangelização do mundo.

Na história da Igreja de Deus sempre tem havido casos de conversão repentina, inesperada e completa, embora em circunstâncias diferentes. Quem escreve estas linhas, na manhã do dia 18 de Março de 1894 não tinha a mínima idéia do que lhe ia acontecer até à noite. Nem mesmo quando entrou no templo. Mas o que se deu lá dentro foi obra do Espírito Santo e tem continuado até hoje.

O professor William James, no seu livro "Varieties of Religions Experience" escreveu de um modo convincente a respeito da conversão instantânea. E o Dr. George Jackson, no seu livro "The Fact of Conversion" citou o caso de William Cowper, o poeta que disse: "Num momento cri e recebi o Evangelho".

Assim há muitos que sabem a *data* da sua conversão, dando graças a Deus em cada aniversário.

De outro lado, há pessoas que não sabem a data do seu nascimento, físico ou espiritual. Isto pouco importa. O que importa é *ter* a vida. conforme 1 João 5.12, e êsse fato é evidência do nascimento em alguma data que Deus sabe e está registrada no seu livro.

Ricardo Baxter, o autor do livro "The Reformed Pastor", durante algum tempo ficou perturbado porque não podia lembrar do *dia* em que se entregou a Deus. Mais tarde, porém, foi-lhe revelado ter sido uma dádiva do Céu o haver aprendido a amar a Deus antes que a memória começasse a registrar fatos.

Dentre os diversos modos de conversão. o que diz respeito às crianças nos alegra sobremaneira por causa do recolhimento dos pequeninos ao Reino da Luz. Não-iniciação na maldade e inocência são tão preciosas como restauração e penitência.

Em contraste com as conversões instantâneas, há alguns cuja conversão é gradual, quase inconsciente. Pessoas que nasceram em família evangélica, e desde a infância foram instruídas nas Escrituras. Chegam à idade de compreender que o conhecimento intelectual do Evangelho não é suficiente — é preciso possuir o Salvador de quem o Evangelho fala. Essa cultura evangélica não dispensa a convicção do pecado,

mas não é ela necessariamente acompanhada pela agonia espiritual que às vêzes se encontra na conversão por crise. A qualidade vital da conversão é a nossa escolha de Deus e submissão à vontade divina, e estas podem ser a flor e o fruto de uma cultura evangélica.

O caso de Saulo de Tarso foi uma conversão tumultuosa e dramática. Constitui uma crise na sua vida, um terremoto espiritual. O dia em que isto aconteceu tornou-se um dia memorável que êle jamais poderia esquecer. Era inapagável! A história se encontra no capítulo 9 do Livro de Atos.

A conversão de Lídia (At 16) foi suave e como o nascer do sol. Ela estava procurando a luz, desejosa de um conhecimento melhor de Deus. Que terreno ótimo para a semente que o Apóstolo trazia. A frase mais impressionante na sua história é que nos informa que "o Senhor lhe abriu ocoração". Isto Êle podia fazer porque a porta não estava trancada por dentro. O coração aberto foi seguido pelo lar aberto e o continente aberto. Na visão que o Apóstolo teve, foi um *homem* que o chamou — o varão macedônio — mas o resultado do seu primeiro sermão na Europa foi a conversão de uma *mulher*... Onde devemos procurar as Lídias de hoje? Esta Lídia foi achada num culto de oração.

O caso da mulher ao lado do pôço de Jacó (João 4) faz-nos lembrar da possibilidade de encontrar oportunidades quando menos estamos pensando nelas e em lugares inesperados. Estamos alertas para tais ocasiões? Neste encontro o Senhor Jesus nos dá uma lição no sentido de aproveitarmos as coisas naturais para apresentar as sobrenaturais. A água material serviu como ponto de contato entre Êle e ela. O que interessa a outra pessoa deve interessar-nos também, porque pode ser um instrumentos pelo qual podemos ganhar a pessoa. "O que ganha almas é sábio" (Pv 11.30). Parece que houve um rápido progresso no caso desta mulher, começando com uma compreensão da sua necessidade. Depois a convicção do pecado, ciência da sua ignorância e prontidão para receber instrução. O resultado foi glorioso, não sòmente para ela, mas para "muitos outros", conforme os versículos 41 e 42.

Aí temos três conversões — tôdas diferentes. Nunca devemos duvidar da conversão de uma pessoa simplesmente pela fato de que a sua experiência espiritual foi diferente da nossa. Não devemos limitar as operações do Espírito Santo, as quais são diversas nas suas manifestações. As conversões registradas no Novo Testamento evidenciam os vários meios usados pelo Espírito Santo. Além dos três casos acima tratados, ainda se pode comparar a conversão de André, em João 1.39-42; Pedro, em João 1.40-42; Felipe, em João 1.43-51; Zaqueu, em Lucas 19.1-10; o ladrão na cruz, em Lucas 23.33-43; Cornélio, em Atos 10; Nicodemos, em João 3.1-15; o eunuco, em Atos 8.26-39; o carcereiro, em Atos 16.27-34.

Seção de Exegética

ANGELOLOGIA INTER-TESTAMENTÁRIA E NEO-TESTAMENTÁRIA

OSMUNDO AFONSO MIRANDA

SÃO provàvelmente os calvinistas que sempre tomaram mais a sério a distinção entre canônicos e apócrifos. A ênfase que os puritanos deram à distinção desqualificou quase que completamente os apócrifos. Esta tendência é notável, e. g., no Brasil. Por outro lado, escolas influenciadas pelo liberalismo teológico procuram não só desacreditar alguns dos livros canônicos considerando-os, pràticamente, como deuterocanônicos — mas também exagerar o valor do material produzido no período chamado inter-testamentário. Tendência esta encontrada em meios semiconservadores hodiernos. *

Na opinião "tradicional", o cânon do VT encerrou-se cêrca de quatrocentos anos antes da era cristã. A crítica liberal, entretanto, data Daniel (e mesmo algumas porções de Isaías que se encontram no que chama Primeiro Isaías) cêrca de 180 A. C. A literatura que contém as várias correntes teológicas do judaísmo, no período chamado inter-testamentário, compõe-se dos livros apócrifos do VT, dos pseudepígrafos, dos escritos rabínicos e outros escritos como os contidos nos rôlos encontrados na região do Mar Morto (Qumram). Foram necessários cêrca de quatrocentos anos para produzir êste imenso corpo li-

* Desde 1959 algumas edições da "Revised Standard Version" contêm os apócrifos, colocados depois do Apocalipse.

terário ou seja de 200 a. C. a 200 A. D. Note-se, todavia, que os conceitos rabínicos foram transmitidos oralmente até meiados do terceiro século de nossa era. Foi por volta do ano 220 da era cristã que R. Jehudah, o Patriarca, compilou o *Mishanáh*. Embora seja possível que antes do R. Jehudah houvesse algum documento escrito, não há vestígio disto. A teoria mais aceita é que naquela época a tradição oral judaica foi, pela primeira vez, gravada em forma escrita. Os talmudes são, como comentários de Mishnáh, posteriores a êle.

A literatura do período inter-testamentário é utilíssima para esclarecer situações históricas, filosóficas e teológicas do ambiente onde o NT emergiu. Subordinar, entretanto, o NT a esta literatura é roubar ao NT tôda a sua originalidade. É falsa, por exemplo, a pressuposição que os autôres do NT devem necessàriamente de ter adaptado material pre-existente. Tal suposição nulifica a unidade da revelação neo-testamentária na pessoa de Cristo e comunicações especiais do Espírito Santo na Igreja Primitiva. É verdade, contudo, que há similaridades doutrinárias entre o NT e o Judaísmo. As semelhanças devem, porém, ser explicadas pelo fato que tanto o NT como o Judaísmo são baseados no VT. O mais que se pode dizer é que o NT homologou alguns desenvolvimentos doutrinários do período inter-testamentário tanto quanto tais desenvolvimentos se mantiverem nas linhas veto-testamentárias. As diferenças entre o NT e o Judaísmo são bastantes para provar que aquêle não é subserviente a êste. Considere-se, por exemplo, a angelologia judaica em contraste com a neo-testamentária. Erveling * defendeu a tese que a angelologia paulina (e quiçá de todo o NT) explica-se pela angelologia contida nos escritos apócrifos e pseudepígrafos. Ao que Dibelius ** acrescentou que o conceito paulino de anjo depende muitíssimo da angelologia rabínica. Alguns autôres modernos combinam Everling e Dibélius e crêem que solucionam o problema do NT. A análise de alguns aspectos de ambas as angelologias mostrará que Everling, Dibélius e seus asseclas estão errados.

Criação dos anjos. São os anjos criaturas? A essa pergunta a Bíblia não responde explìcitamente. O VT não se preocupa em provar a existêneia de anjos nem em demonstrar que êles são criaturas de Deus. A caracterização, entretanto, dos anjos no VT apresenta-os inconfundìvelmente como criaturas. Nunca são êles confundidos com Deus — exceto, possìvelmente, no caso do "Anjo Jeová". O Ministério angéli-

---

* Otto Everling, *Die paulinische Angelologie und Dämonogie. Ein biblisch-theologischer Versuch*, Göttingen, 1888.

** Martin Dibelius, *Die Geisterwelt im Glauben des Paulus*, Göttingen, 1909.

co no NT leva-nos a concluir que anjo é uma criatura. Além disso há alguns textos escriturísticos que corroboram esta conclusão. Barth*, entre outros, considera anjo como criatura à base de Rom 8:38,39. O texto menciona anjos, potestades... "nem qualquer outra criatura."** O prólogo de João diz que tôdas as cousas foram feitas por intermédio do Verbo e sem êle nada do que foi feito se fêz (João 1:3). Hebreus 1:2 declara que através do Filho Deus fêz os mundos***. Hebreus apresenta o Filho como absoluto instrumento de Deus para realizar a obra da criação. Ùnicamente o Filho... o que concorda com o prólogo joanino.**** Parece-nos que Paulo ataca a questão um pouco mais diretamente dizendo:"... nêle foram criadas tôdas as cousas... Tudo foi criado por (meio d') êle e para êle" — Col. 1:15,16. *Tudo* é desdobrado em: *visíveis* e *invisíveis, terrenas e celestiais.* As *coisas invisíveis* são: tronos, soberanias, principados, potestades... Tais têrmos aparecem em Rom 8:38s;ICor 15:24;IPed 3:22;Ef 1:21;Col 1:16 etc. e devem ser tomados como metonímias que expressam sêres angélicos por meio de suas funções. Além disso não se pode dizer nada mais com referência à criação dos anjos, a não ser por deduções lógicas ou especulativas.

A literatura apócrifa, entretanto, é especulativa neste assunto. O livro dos Jubileus atesta que os espíritos que servem na presença de Deus foram criados no primeiro dia (Jub. 1:27ss;2:2ss). As referências à criação dos anjos são variadas e contraditórias entre si — diz-se que foram criados no quinto dia, outros que no segundo (Cf. o Targum de Jerusalém que quando comenta Gen. 1:26 — *Façamos o homem...* entende o plural como uma referência aos anjos que foram criados no segundo dia). Uma especulação rabínica ensina que os an-

* Karl Barth, *Die Kirchliche Dogmatik, III:* 3. Zürich, 1950, p. 489.

** Sanday and Headlam, *A Critical and Exegetical Commentary on the Epistle to the Romans*, Edinburgh, (repr. in 1958), *in loco.*

*** Usamos *os mundos* em vez de *o universo* (como se encontra na Almeida Revista), porque cremos que "aiônas" aqui se refere aos mundos *material* e *espiritual, presente* e *porvir, êste século* e *o vindouro. Vindouro* ou *porvir* é entendido no sentido escatológico, ou seja, já veio com Cristo, mas virá na sua plenitude, com a segunda vinda de Cristo (Cf. Heb. 2:5;6:4.5).

**** João, Hebreus e Paulo usam a preposição (ôiá). João e Hebreus usam o verbo "poiéo" que traduz tanto *BaRrH* (Gen. 1:1) como *'aSSah* (Gen. 1:26).

jos são incorpóreos porque foram criados na tarde do dia sexto, não havendo tempo suficiente para o Altíssimo fazer-lhes corpos, visto que o dia seguinte era sábado... Diz-se ainda que Gabriel é feito de fogo e Miguel de neve...

Queda dos anjos. Quanto à queda dos anjos e literatura enoquiana interpreta Gen. 6:1ss como se os anjos tivessem descido dos céus e casado com as encantadoras filhas dos homens (esta interpretação de Gênesis 6 é aceita pela maioria dos teólogos e exegetas da atualidade — apesar de errada). Tal é o pecado dos anjos (I Enoque 6:1ss). Em conseqüência de tal pecado Deus mandou o dilúvio. Mas no livro dos Segredos de Enoque (II Enoque) os anjos (maus) não obedeceram a Deus e buscaram fazer sua própria vontade pelo que foram colocados (aprisionados?) no segundo céu (II Enoq. 7:3). Entretanto o mesmo livro menciona os anjos caídos como residentes do quinto céu (II Enoq. 18:3). O capítulo trinta do mesmo livro representa a rebelião de Satanás como resultado de seu desejo de criar um outro mundo para ter domínio sôbre êle. Caíu Satanás por invejar ao Altíssimo (Cf. tb. Eclesiástico ou Sabedoria de Jesus Ben Siraque 2:24 e Josephus, Antigüidades I,1:4). Possìvelmente baseado em Isaías 14:13 o autor de Enoque escreve: "Um dos arcanjos, desviando-se, juntamente com os anjos subordinados a êle, manteve a idéia ilusória que êle poderia elevar seu trono acima das nuvens e poder-se-ia igualar ao Meu poder. Eu o precipitei, das alturas abaixo, com os seus anjos. E êle voava contìnuamente nos ares, sôbre o abismo" (II Enoq. 29:4ss). No livro de Adão e Eva lê-se: "...o malígno Satanás... desprezou-me e procurou tornar-se divino (deus), assim é que eu o precipitei dos céus abaixo". A Bíblia não especula a queda dos anjos (qualquer que seja o significado da expressao *queda aos anjos*).

Que diz a Bíblia? Em alguns meios evangélicos e católico-romano, quiça influenciados por seitas adventiças, cre-se que a Bíblia diz bastante com referência à queda de Satanas. Os textos usados sao: "Tu eras querubim da guarda, ungido, e te estabeleci; permanecias no monte santo de Deus, no brilho das pedras andavas. Perfeito eras nos teus caminhos, desde o dia em que foste criado, até que se achou iniqüidade em ti." (Ezeq. 28:14,15). A êste, como ao seguinte texto, é bastante aplicar uma regra elementar de exegese, i.e., o texto se interpreta em harmonia com o contexto. Leia-se, pois, Ezeq. 28:11-19. O verso 12 se refere especìficamente ao rei de Tiro. O texto nada tem a ver com Satanás, a menos que se possa afirmar que Ezequel conhecia a história da queda de Satanás que seria transmitida por tradição oral (?). Usando uma figura de linguagem, Ezequiel teria comparado Satanás ao Rei de Tiro. Mas, fora êste texto, não há indício de tal

tradição. Outros padrões literários são sugeridos pelos críticos.* O segundo texto veto-testamentário usado com referência à queda dos anjos é:"

Como caíste do céu, ó estrêla da manhã (Latin: Lucifer), filho da alva!
Como fôste lançado por terra, tu que debilitavas as nações!
Tu dizias no teu coração: Eu subirei ao céu; acima das estrêlas de Deus exaltarei o meu trono, e no monte da congregação me assentarei, nas extremidades do Norte; subirei acima das mais altas nuvens, e serei semelhante ao Altíssimo. Contudo serás precipitado para o reino dos mortos, no mais profundo do abismo". (Isaías 14:12-15).

Aqui, como em Ezequiel, a linguagem é poética. Em Isaías 14 o contexto abrange os versos de 1 a 23; os versos 4 e 6 indicam uma pessoa histórica e especìficamente o rei de Babilônia. Não é, pois, uma referência a Satanás.

À margem de Apocalipse 8:10, acompanhando a quase todos os textos críticos e versões, *Almeida* refere-se, errôneamente, a Isaías 14:12. Apocalipse 8:10 apenas descreve um dos julgamentos no abrir dos sete selos. A êste verso agregam Apoc. 9:1 como uma referência à queda de Satan. É possível que "estrêla" aqui seja uma figura apocalíptica que expresse um anjo. Mas não é certo que êste seja um anjo mau. êle é instrumento nas mãos de Deus para executar julgamento na história. Charles* considera "cair" e "descer" como sinônimos em linguagem apocalíptica. Compare-se, e.g., Apoc. 9:1 com Apoc. 20:1: Outros comentadores vêem em Apoc. 9:1 uma estrêla *caída*, a qual caíu em Apoc. 8:10. As duas estrêlas em que 8:10 descreve o terceiro sêlo e 9:1 o quinto. A estrêla de 9:1 parece diferir-se de Abadom ou Apoliom (Abadão, Apolião,) de 9:11. O contexto (Apoc. 9:1-11) permite-nos concluir que a estrêla de Apoc. 9:1 (um anjo?) exerce julgamento histórico e não se identifica com Satanás, visto que êste não tem a chave do abismo. Apolião, o anjo do abismo é rei dos gafanhotos. Se êle fôr identificado com Satanás, conclui-se que na terra os homens serão castigados com pragas infernais. Entretanto êste anjo do abismo pode ser simplesmente um anjo que recebe autoridade sôbre os gafanhotos para atormentar a terra. Notando-se que as pragas apocalípticas almejam emular arrependimento (Cf. Apoc. 9:20, 21), não é necessário concluir que Apolião seja Satanás. Entretanto qualquer posição admitida, con-

---

* Cf.,e.g., G. A. Cooke, *A Critical and Exegetical Commentary on the Book of Ezekiel*, Edinburgh, (repr.) 1951, *in loco.*

** R. H. Charles, *A Critical and Exegetical Commentary on the Revelation of St. John*, Vol. I, Edinburgh. (1920 repr. 1956), p. 239.

tanto que não se identifique Abadão com a estrêla de 9:1 (parece que a estrêla tem poder sôbre o anjo do abismo). conclui-se que o texto nada ensina com referência à queda de Satanás.

Algumas seitas marginais do Cristianismo interpretam Lucas 10:18 ("Eu via a Satanás caindo do céu como um relâmpago") e Apoc. 12:7-12 (a luta de Miguel com o Dragão) como descrevendo a queda de Satanás. Então: "Quando é que caíu Satanás?" antes ou depois de Adão? Ora Lucas 10:18 descreve conseqüências da missão dos discípulos — sem dúvida alguma depois da queda de Adão. *ipso facto* depois da queda de Satanás. se é fato que Satanás tentou a Adão no Éden. Lucas refere-se à derrota de Satanás que começou durante o ministério terreno de Jesus. Não se refere à queda original dos anjos.

Apoc. 12:7-12 declara que houve guerra no céu e que o Dragão (Serpente. Diabo) não prevaleceu contra Miguel. O arcanjo prevaleceu e lançou o Dragão dos céus à terra — o Diabo caíu com seus anjos. *Almeida* segue outras versões apondo uma nota marginal que se refere a Lucas 10:18. Parece-nos correta. Isto indica que o texto deve ser relacionado com o ministério terreno de Jesus. Os versos 10 e 11 (de Apoc. 12) se encarregam da conexão. A queda do Diabo (não a original, mas a perda do poder que tinha como Dragão) é conseqüência da vitória de Cristo e da aceitação do seu sacrifício pelos que "venceram por causa do Cordeiro". A acusação de Satanás não prevaleceu nos céus, visto que o sacrifício de Cristo é eficiente. Neste caso — seria a queda de Satanás posterior à morte de Cristo? Mas quando se diz "Queda", pensa-se no fato de que certos anjos perderam o estado original de santidade, e não o fato que êles perderam a eficiência no combate contra a obra de Cristo e foram derrotados. O texto não descreve a queda de um "anjo de Luz", mas a luta escatológica das fôrças espirituais. Anjos nos céus, i. e.. nas esferas espirituais. sob o comando de Miguel. usando os efeitos do sacrifício de Cristo. guerreiam contra Satanás e seus anjos. Na terra. lavados no sangue de Cristo. os "servos" dão testemunho até em face da morte — assim se nulifica a acusação satânica. sua acusação é desqualificada — ou, usando uma figura de linguagem, Satanás é lançado à terra. não tem aceitação no céu. O texto não trata da queda original de Lúcifer.

Que textos então mencionam a queda de Satanás? Sòmente dois. os quais são, literàriamente, paralelos. São êles Judas 6 e II Pedro 2:4. Note-se, contudo. que a maioria dos comentadores nega que êstes textos mencionam a queda dos anjos.* Se a negativa prevalecer não há um

---

* Cf. v. g.. Alfred Plummer, *Jude (Ellicott's Commentary on the Whole Bible*, Edited by Charles John Ellicott, Vol. VIII, Grand Rapids, Michigan, 1959). p. 510.

texto siquer que se refira à queda dos anjos. Tanto Judas como II Pedro estão tratando do castigo que Deus impinge aos desobedientes. Os anjos também pecaram e nem êles foram perdoados. "Se Deus não poupou a anjos quando pecaram, antes precipitando-os no Tártaro, os entregou a abismos de trevas, reservando-os para juízo..." (II Ped. 2:4). Pedro declara que anjos pecaram e estão sendo castigados e receberão o castigo em sua plenitude no juízo final. Pedro não especula. Não diz quando nem como pecaram os anjos. Judas diz o mesmo em diferentes palavras: "os anjos que não mantiveram seu "archen" (estado original, princípio, principado) mas abandonaram seu próprio domicílio... (Judas 6). Refere-se, possìvelmente, ao estado original, à queda e ao castigo. Não especula como os apócrifos.

Intercessão dos Anjos. A literatura apócrifa reconhece uma ordem de arcanjos que são chamados "Anjos da presença" ou da "Face". São em número de sete: Gabriel, Miguel, Rafael, Uriel, Raguel, Saracael e Remiel (I Enoq. 20:1-8).* É notório que o NT só menciona por nome a Miguel (Judas 9, Apoc. 12:7) e Gabriel (Luc. 1:19, 26). Não faz menção dos outros cinco. Os dois mencionados no NT são os únicos nomes de anjo conhecidos no VT (Daniel 8:16; 9:21; 10:13, 21; 12:1).

Em Tobias 12:15 lê-se: "Eu sou Rafael um dos sete anjos santos que apresentam as orações dos santos e entram na presença da glória do Santo." A Vulgata lê apenas: "Ego enim sum Raphael angelus, unus ex septem, qui adstamus ante Dominum" que corresponde à lição do Códex Sinaiticus (LXX). No Testamento de Levi lê-se que Miguel é o mediador entre Deus e os homens para a paz de Israel. De acôrdo com o NT (I Tim 2:5) só há um mediador entre Deus e os homens, Jesus Cristo.

Há, todavia, um texto no NT que é interpretado por alguns como que admitindo a mediação dos anjos. Examinemo-lo: "Veio outro anjo e ficou de pé junto ao altar, com um incensário de ouro, e foi-lhe dado muito incenso para oferecê-lo com as orações de todos os santos sôbre o altar de ouro que se acha diante do trono; e da mão do anjo subiu à presença de Deus o fumo do incenso, com as orações dos santos" (Apoc. 8:3, 4). Note-se que: a) O anjo que ofereceu o incenso e as orações não é um dos sete arcanjos, como na teologia judaica (Tobias 12:15). b) O número *sete* no livro de Apocalipse é figurado — se fôr tomado como expressando os sete anjos da teologia judaica, como

---

* O verso oito, que menciona o sétimo anjo é encontrado em pouquíssimos manuscritos, assim os *sete* arcanjos seriam *seis* em número...

explicar o número sete com relação às sete igrejas, sete trombetas, sete selos, sete taças, sete pragas, etc? c) No VT o incenso representa a oração (Cf. Salmo 141:2; no NT, Apoc. 5:8). d) O anjo não tinha incenso, mais foi-lhe dado. Se esta adição do incenso às orações dos anjos fá-las mais aceitáveis diante do trono de Deus, é claro que quem concede tal benefício não é o anjo, mas *Aquêle que dá ao anjo o incenso* para que seja ajuntado às orações. e) Em Apoc. 5:8 os *presbíteros* têm harpa e "taças de ouro cheias de incenso, que são as orações dos santos. "Aqui o incenso não é agregado às orações, mas são as orações mesmas. Os presbíteros não são anjos (Apoc. 5:11 distingue-os de anjos). Portanto ainda que Apoc. 8:3, 4 fôsse tomado como *mediação...* claramente não expressaria uma função angélica, pois em Apoc. 5:8 tal função é executada por um ser celestial que não é anjo.

Estamos que a interpretação dêstes textos depende do contexto mais lato que se compõe dos capítulos quatro e cinco, combinados com o oito. Muitos são os textos veto-testamentários que descrevem os anjos adorando e cultuando a Deus. Apocalipse 4 e 5 apresentam tôda a assembléia dos céus (4:8-11; 5:8-12) como adoradores de Deus e do Cordeiro. O verso treze (cap. 5) expressa a união do culto celestial com o terreno. O culto que oferecemos na terra não está insulado, mas se une ao culto dos sêres celestiais. É isto mesmo o que se expressa no fato de que o anjo recebeu incenso (no céu) para dar (oferecer) junto com as orações dos santos (que provinham da terra). Note-se a relação de ida-e-volta: oração, incensário, altar, incensário com brasas, atiradas à terra (donde partiram as orações). A igreja estava sofrendo perseguições e pedia alívio (cf. Apoc. 6:9-11). A resposta às orações traz, pela mão do anjo, julgamento histórico (sôbre os perseguidores) — é o fogo do altar atirado à terra. Não é intercessão ou mediação dos anjos, mas união dos cultos celestiais e sua aceitação diante de Deus.

Nomenclatura e hierarquia. Nomenclatura e jerarquia angélicas são pràticamente inseparáveis. Neste aspecto a especulação judaica é notória. Os *serafins** que se mencionam em Isaías, nomearam-lhe um chefe chamado *Serafiel.* O chefe dos *querubins*** é *Querubiel.* Em Ezequiel os Sêres Viventes do capítulo primeiro são identificados no capítulo dez com os querubins. A especulação judaica fêz dêles duas classes distintas de anjos, a saber, os *querubins* e os *hayyoth* (palavra derivada do verbo *hayah;* literalmente, *sêres*) cujo chefe é *Hayybiel.* Em Ezeq. 10:9-12 são mencionadas quatro *rodas,* uma figura de linguagem bas-

---

* *Serafim* é o plural de *seraf,* contudo se usa em Português *serafim* para o singular e *serafins* para o plural.

** Singular: *querub;* pl.: *querubim;* em Português: *querubim, querubins*

tante obscura... pois as rodas têm nelas os espíritos dos sêres viventes (Ezeq. 10:17), e são intimamente relacionadas com os querubins ou sêres viventes (Ezeq. 10:16). As rodas e os sêres viventes aparecem já no capítulo primeiro de Ezequiel. Em Daniel 7:9 as rodas parecem ser suporte do trono do Altíssimo. Em Ezequiel a palavra hebraica para roda é ophan (ofan, ofanim), em Daniel a palavra traduzida roda é *galgal* (pl. galgalim). A especulação judaica formou as classes angélicas: querubins, hayyoth, ofanim, galgalim. Nos escritos Pseudepígrafos nomes como glória, principados, poderes, etc. tornaram-se nomes de ordens jerárquicas de anjos (cf., e. g., Testamento de Livi 3:5). Nada disto existe no NT. Uma exegese sadia do NT mostra que principados, poderes, tronos, domínios, etc., em Ef. 1:21, Col. 1:16 etc. são metonímias que expressam sêres angélicos por meio de funções que anjos exercem e não ordem hierárquica. Não há o menor indício de que a função corresponda à natureza. Não se sabe se a função é temporária ou ontológica. Se cada anjo executa sòmente uma função, ou mais, é desconhecido. Através de uma exgese errônea foram introduzidas nestes textos concepções judaicas de hierarquias angélicas. Històricamente, êste defeito exegético pode ser encontrado a partir de Clemente de Alexandria. (O pseudo) Dionísio Areopagita formulou especulativamente uma jerarquia angélica usando têrmos encontrados nas cartas de Paulo. São três grupos de três: I) Serafins, Querubins, Tronos; II) Domínios, Virtudes, Poderes; III) Principados, Arcanjos, Anjos. Dionísio foi preservado em teologia e exegese graças à incorporação de sua hierarquia nos escritos de Pedro Lombardo e Tomás de Aquino. Gregório o Grande, Dante e Milton são também responsáveis por especulações em angelologia.

Inegável, contudo, é que haja anjos encarregados de outros — em natureza ou função — e. g., Miguel comanda ou comandou um exército celestial. *Arcanjo* significa, literalmente, *comandante* (chefe, príncipe) *de anjo*. Como observa Olshausen "... é impossível indicar acuradamente como é que estas expressões se relacionam individualmente com as diferentes classes de anjos; que entre os anjos haja também supremacias e subordinação, como entre as criaturas terrenas é claro; mas *como* se distinguem elas (as classes de anjos, as supremacias e subordinações) não se sabe."* A terminologia de Dionísio é bíblica, mas o sentido das palavras difere da revelação.

Anjo da Guarda. É o anjo da guarda uma invenção da Igreja Católica Romana? Ensina a Bíblia alguma coisa sôbre anjo da guarda? A literatura intertestamentária reconhece a existência de anjo da guarda. No livro de Tobias aparece o anjo Rafael como anjo da Guarda do

---

* Olshausen, *Commentary on the New Testament*, Vol. VI, p. 49.

jovem Tobias (o anjo se disfarça sob o nome de Azarias). Na literatura pseudepígrafa há inúmeras menções de "anjo da guarda" encarregado de velar por indivíduos específicos. Em I Enoque 100:5 se diz que no dia de juízo Deus dará anjos da guarda aos santos e justos. O livro dos Jubileus (35:15) menciona os anjos de guarda de Jacó e Isaú. A única passagem neotestamentária que pode quase que indiscutìvelmente se considerar nesta mesma linha é Atos 12:15. Quando Rode informou que Pedro estava de volta da prisão. disseram-lhe: "Estás louca... É o seu anjo". Se êles criam na existência de um anjo guardião... entretanto êste não é um ensino *do* mas simplesmente *no* NT. O pronunciamento de Jesus registrado em Mat. 18:10, um texto difícil. parece, *a prima facie*, abonar a doutrina de um anjo guardião. Entretanto os exegetas que afirmam que êste texto ensina tal doutrina o explicam à base de outros que não têm nada a ver com anjo da guarda. *Pequeninos* neste texto significa não sòmente crianças. mas também, e especialmente. *crianças na fé* ou *filhos do reino*.* O ensino do texto é que Deus providencia, através do ministério dos anjos, especial proteção aos pequeninos na fé (os anjos seriam instrumentos do Espírito Santo na *Perseverança dos Santos*). Anjo guardião é uma espécie de "guarda-costa" do indivíduo, especialmente dos meninos, como se vê nos quadros e gravuras da igreja Romana. No NT encontram-se provas de que os anjos assistem indivíduos, entretanto, o serviço angélico é prestado em benefício do *povo de Deus*. Os efeitos da atividade angélica se refletem na totalidade do povo de Deus e é um trabalho para a salvação dos homens. É Hebreus 1:4 que resume a angelologia do NT quando diz: "Não são todos êles espírito ministradores (ministros) enviados para serviço em benefício dos que hão de herdar a salvação?" O serviço dos anjos tem um alvo especial, a saber, ajudar o povo a conseguir a herança eterna.

Os anjos como tutôres das nações é outra forma de "anjo da guarda" nacional. É a forma de santo patrono ou padroeiro de um lugar. A *Religionsgeschichtliche Schule* procura explicar tal crença ou crendice judaica como sendo um desenvolvimento do monoteísmo. Os deuses das nações visinhas, quando Jeová se tornou o único Deus, transformaram-se em *anjos patronos das nações*. Seriam setenta as nações

---

* Cf. Benjamin B. Warfield, "Little Ones", *A Dictionary of Christ and the Gospels*, Edit. by James Hastings, Vol. II, Edinburgh, (repr. 1951), pp. 36-39.

que compõem o mundo, portanto setenta são os anjos *padroeiros.** Tal fantasia não é encontrada no NT, embora Cullmann, seguindo Dibélius, entende que Rom. 13:1 abona tal doutrina.** As *autoridades* referidas em Rom. 13:1 como *principados* e *potestades* seriam os patronos das nações. Esta especulação judaica nasceu da falsa interpretação de alguns textos do VT. Uma das designações de anjo no livro do profeta Daniel é *príncipe* (SaR). Como um anjo veio trazer mensagem a Daniel e diz-lhe: "Mas o príncipe da Pérsia me resistiu por vinte e um dias, porém Miguel um dos primeiros príncipes, veio para ajudar-me, e eu obtive vitória sôbre os reis da Pérsia" (Dan. 10:13, Cf. tb. verso 20 — príncipe da Grécia). Em face dêste texto crêem alguns exegetas que Daniel abona o ensino judaico que cada nação tem um *anjo padroeiro* e que Miguel é o anjo representante e patrono de Israel. Parece-nos que a melhor interpretação dêste texto é ainda a de Calvino que considera os príncipes de Pérsia e Grécia como personalidades históricas.*** A única objeção a essa interpretação é que *SaR* é usado tanto para príncipe como para anjo a objeção não é tão forte. Se os anjos são patronos... se Deus os estabeleceu como patronos... Deus não poria anjos *maus* como líderes das nações... se tais são *anjos bons*, como é que estariam qüerelando entre si? A sugestão de que há um êrro paleográfico pré-massorético no texto parece plausível. Ler-se-ia *SaDiM* em vez de *SaRiM* ou *SaD* em vez de *SaR*. Neste caso o príncipe da Pérsia seria identificado com um *sadu* que é um demônio babilônico. Mas assim Israel teria um anjo guardião em quanto que as nações teriam demônios como patronos. O outro texto do VT considerado como base desta doutrina é Deut. 32:8" Quando o Altíssimo distribuía as heranças às nações, quando separava os filhos dos homens uns dos outros, fixou os têrmos dos povos, segundo o número dos *filhos de Israel*". A LXX lê "... segundo o número dos *anjos de Deus*". Em alguns outros casos, alguns dos MSS da LXX lêem *anjos*, quando se diz no Hebraico *filhos de Deus* (*Benei Elohim*), e. g., Gen. 6:4 no Códice Alexandrino, primeira cor-

---

* *Setenta nações*, interpretação alegórica das *setenta almas* que desceram ao Egito com Jacó. Alfred Edersheim. *The Life and Times of Jesus the Messiah*, New American Edition, Vol. II, Grand Rapids. Michigan, (repr.) 1943, pp. 749-50.

** Oscar Cullmann, *Christ and Time. The Primitive Christian Conception and History*, Trans. by Floyd V. Filson, London. (1951 repr. 1952), pp. 102ss, 191-210. Idem, *The State in the New Testament*, New York, (1956).

*** John Calvin, *Commentaries on the Book of the Prophet Daniel*. tras. by Thomas Myers, Vol II, Grand Rapids, Michigan, 1948, pp. 252-3.

reção. É possível que o tradutor da LXX em Deut. 32:8, em vez de *filhos de Israel* tenha lido *filhos de El* e assim colocado *anjos*. Entretanto se tal doutrina se provar ensinada no VT, *ipso facto* se provaria contraditória, porque enquanto Miguel seria patrono de Israel... em Deut. 32:9 se diz que Jeová é quem domina Israel: "Porque a porção do Senhor é o seu povo". A idéia é que Deus permitiu as outras nações se estabelecerem, mas tomou cuidado especial de Israel. Enquanto outras nações agiram a seu bel prazer, Israel foi dirigido por Deus mesmo.* A doutrina Judaica é ensinada em Eclesiástico (Sabedoria de J. Ben Siraque) 17:17; Testamento de Judá 5:4; Test. de José 6:7; Apocalipse de Abraão 10; Jubileus 15:31, etc.

Nem o Velho nem o Novo Testamento adota nenhuma forma de doutrina do anjo da guarda. A Bíblia reconhece que os anjos são ministros de Deus. Segundo o NT êles estão relacionados com o ministério de Cristo, portanto como agentes do Espírito Santo (que é o único vigário de Cristo) trabalham almejando a salvação da humanidade. Anjos não salvam nem operam salvação da mesma forma que a igreja e os fiéis não salvam ninguém — mas como a Igreja é serva de Cristo e cuja tarefa primordial é comunicar a salvação em Cristo, assim também os anjos ministram para o bem daqueles que vão herdar a vida eterna. Como agem e quando agem não nos é dado a saber, êles obedecem mandados de Deus e atuam de maneira supernatural.

Como em angelologia, também em outras doutrinas, a teologia judaica (inter-testamentária, apócrifa e pseudepígrafa) muitas vêzes deu margem à imaginação e, envolvida em especulações, desviou-se da revelação. O NT recebeu orientação divina (foi inspirado pelo Espírito Santo) e assim manteve a parcimônia e a decência do VT. Com o desenvolvimento do Gnosticismo e outras heresias cristãs, a especulação judaica entrou outra vez, em muitos aspectos, na teologia "cristã". Muita especulação foi aceita por teólogos e exegetas de bom calibre. Cabe-nos escoimar nossa crença de certas crendices especulativas, estejam elas ligadas com qualquer escola teológica que seja. Bases bíblicas doutrinárias é o que prevalece. Especulações, filosofias e outros devaneios mentais se mudam com as épocas, só a Palavra de Deus permanece para sempre.

---

* Cf. S. R. Driver, *A Critical and Exegetical Commentary on Deuteronomy*, Third Edition, Edinburgh, (1902 repr. 1951), pp. 355-6.

LIÇÕES DA TRAGÉDIA

ADAUTO ARAÚJO DOURADO

FOI no tempo da conquista de Canaã. Havia gigantes na terra, mas a promessa de Deus era clara: «Todo lugar que pisar a planta do vosso pé vo-lo tenho dado, como prometi a Moisés». Deus lhes daria a terra, mas era necessário pisá-la com a planta do pé. A vitória estava condicionada à obediência a Deus e ao esfôrço próprio. O primeiro baluarte para ser vencido era a cidade de Jericó, rigorosamente guarnecida. Mas as promessas de Deus não falham. A cidade fôra condenada e tudo o que nela havia. E a ordem era: «Guardai-vos das cousas condenadas, para que, tendo-as vós condenado não as tomeis; e assim torneis maldito o arraial de Israel». Venceriam a cidade, mas não poderiam apropriar-se dos despojos para proveito pessoal. E a cidade caiu ao som das trombetas!...

Era alta noite. Acã, que até então não conseguira dormir, resolve sair de sua tenda e perambular sôbre os escombros de Jericó, iluminada pelo luar. Encontra pelo caminho algumas coisas interessantes, mas nem ao menos as toca, lembrando-se de que foram condenadas. Sorrateiramente lhe surgiu a tentação: Não seria absurdo condenar coisas tão úteis? Que teriam os objetos com os pecados dos seus donos, que, por sinal, já estavam mortos? E enquanto assim pensava, descobre entre os despojos linda capa babilônica, siclos de prata e barra de ouro. Olha em derredor e tudo era silêncio. Nenhuma alma acordada. A lua guardaria segrêdo. Toma da capa, da prata e do ouro e leva-os cautelosamente para sua tenda, onde os enterra para maior segurança. A operação fôra bem sucedida, ninguém vira nada.

A próxima cidade para ser vencida era Ai. Pequena tarefa para quem vencera Jericó. Mas inexplicàvelmente, os israelitas foram vencidos em Ai.

— Meu Deus, seria o meu pecado a causa da derrota de Israel? Terrível pergunta, que despertava em Acã o senso de culpa. E Acã não conseguia silenciar a voz de sua consciência.

As conseqüências da derrota em Ai seriam trágicas para os israelitas. A notícia propagar-se-ia como o relâmpago. E os cananeus e todos os moradores da terra, encorajados com a notícia, unir-se-iam e expulsariam da terra os israelitas. Josué e os an-

ciãos de Israel ao saberem da derrota rasgaram os seus vestidos e prostaram-se em terra sôbre os seus rostos, buscando o Senhor. Deus fala a Josué: «Levanta-te, por que estás assim prostado sôbre o teu rosto? Israel pecou, e violaram a minha aliança, aquilo que eu lhes ordenara, pois tomaram das coisas condenadas».

Antes de mais nada, era de mister a santificação do povo. Era necessário descobrir o infiel e exterminá-lo. Procede-se à longa e cuidadosa investigação, que se encerra com a declaração de Acã a Josué: «Verdadeiramente pequei contra o Senhor Deus de Israel, e fiz assim e assim. Quando vi entre os despojos uma boa capa babilônica, e duzentos siclos de prata e uma barra de ouro do peso de cinqüenta siclos, cobicei-os e tomei-os e eis que estão escondidos na terra, no meio de minha tenda». E a história sagrada nos conta que Acã foi apedrejado e queimado, êle com os seus bens. Como tudo isso nos parece chocante ao nosso sentimentalismo! Mas Israel continuou a sua luta vitoriosa pela conquista de Canaã e Ai foi derrotada.

A tragédia ensina-nos dura lição: o pecado, embora oculto, produz a derrota.

Passam-se anos e séculos, Deus criara do remanescente fiel de Israel um novo povo, o novo Israel de Deus, com o objetivo de proclamar ao mundo o plano divino. Com a experiência de Pentecostes, êsse novo povo passou a viver como uma comunidade cristã. «Da comunidade dos que creram era um o coração e a alma. Ninguém considerava exclusivamente sua nem uma das cousas que possuia; tudo, porém, lhes era comum. Com grande poder os apóstolos davam o testemunho da ressurreição do Senhor Jesus, e em todos êles havia abundante graça. Pois nenhum necessitado havia entre êles, porquanto os que possuiam terras e casas, vendendo-as, traziam os valôres correspondentes e depositavam aos pés dos apóstolos; então se distribuia a qualquer um à medida que alguém tinha necessidade».

E a Igreja pequenina, embora perseguida, vencia. Houve o exemplo extraordinário de Barnabé, que tinha um campo, vendeu-o e trouxe o preço e o depositou aos pés dos apóstolos. O gesto de Barnabé produziu profunda impressão.

Havia um casal: Ananias e Safira. Pouco se sabe sôbre êles. O nome Ananias significa: «Deus tem sido gracioso». Safira é nome de origem incerta, podendo vir do grego e do aramaico. É o nome da pedra preciosa ou significa «linda». Êsse casal com nomes tão sugestivos e bonitos desempenhou na Igreja nascente o feio papel de Acã, em Israel.

Eis a sua triste história. Desejaram imitar o gesto generoso de Barnabé, venderam uma propriedade, mas assentaram o desígnio de reter uma parte do preço e levar o restante para deposi-

tar aos pés dos apóstolos. Até aí, tudo era normal, porque a comunidade de bens na Igreja Primitiva era inteiramente voluntária. É Pedro quem faz as perguntas esclarecedoras: «Conservando-o, porventura não seria teu? E vendido, não estaria no teu poder?». O êrro consistia em dar uma parte, dando a impressão que havia dado tudo. Hipocrisia, mentira. Satanás, o adversário, que de fora combatia a Igreja nascente, agora conseguira infiltrar-se no coração de um dos seus membros. A Igreja crescia, apesar das duras perseguições; para derrotá-la seria necessário o inimigo interno. Na singeleza e sinceridade da Igreja Primitiva, Ananias e Safira destilaram o fermento dos fariseus, que era a hipocrisia.

E os belos significados dos nomes Ananias e Safira não os livraram de um triste fim. Ambos cairam mortos ao ouvirem a repreensão de Pedro. Tragédia, no alvorecer da Igreja.

Tem-se procurado disfarçar a tragédia, com algumas interpretações que não satisfazem. Ananias e Safira não morreram imediatamente, como nos diz a narrativa, mas posteriormente e a Igreja Primitiva interpretou essa morte posterior como conseqüência de pecado e da repreensão de Pedro. Outra interpretação mais elaborada, mas igualmente insatisfatória, é a seguint:e Com a ressurreição de Jesus Cristo, criou-se na Igreja Primitiva a crença que os cristãos não morreriam. Ananias e Safira foram os primeiros a morrer. A morte dêles foi tão chocante para a comunidade cristã, que perplexa teve de procurar uma explicaço. Os cristãos explicaram-na, relacionando-a com algum pecado anterior.

Preferimos a dura realidade da narrativa. Ananias e Safira morreram imediatamente após as repreensões de Pedro, tomados sùbitamente de esmagador senso de culpa. Houve realmente a tragédia que, como o texto nos esclareceu, produziu «grande temor a tôda a igreja e a todos quantos ouviram a notícia dêstes acontecimentos». Reconhecendo que a história nos é apresentada de modo muito sucinto, que não nos apresenta todos os elementos para a sua completa compreensão, procuremos tirar algumas lições dessa tragédia que abalou a Igreja Primitiva.

A primeira lição é a impossibilidade de servir a dois senhores. Tentemos compreender a Ananias e Safira. Não eram pessoas desclassificadas. Pelo contrário, procuraram pertencer à admirável comunidade cristã. Provàvelmente foram contados entre o povo de Deus. O exemplo de desprendimento de Barnabé os fascinou. Tiveram ímpeto de imitá-lo, mas tentaram prudentemente o meio têrmo, nem tanto ao mar e nem tanto à terra. Esquecidos estavam da advertência de Jesus Cristo: «Ninguém pode servir a dois senhores; porque ou há de aborrecer-se de um, e amar

ao outro; ou se devotará a um e desprezará ao outro». Esqueceram-se de que Jesus exige inteira e completa lealdade.

Começamos a sentir que Ananias e Safira não são pessoas desconhecidas, de época remota, mas vivem dentro de nosso próprio coração. Nós também como Ananias e Safira, amamos a Deus e amamos também ao mundo, procurando em vão realizar o impossível de servir a dois senhores. Há gritante contraste entre a fé que professamos e a vida que vivemos.

A psicologia ensina-nos que a causa do esgotamento nervoso é geralmente o conflito íntimo. É também a causa de muitas doenças funcionais. Tiago sàbiamente escreveu: «O homem, que tem espírito repartido, é inconstante em todos os seus caminhos».

Muitas pessoas têm o bastante de cristianismo para torná-las infelizes. Alguém pôs o seu problema nestes têrmos: «Tenho religião de mais ou de menos. Devo, portanto, diminuí-la ou aumentá-la. Religião de mais para sentir-me bem no mundo; de menos, para sentir-me bem com Deus». E êsse conflito é inferno. Kierkegaard escreveu: «E de qualquer maneira jamais alguém viveu e vive, fora da cristandade, sem desespêro; nem ninguém na cristandade se não for um verdadeiro cristão; pois que, a menos de o ser integralmente, nêle subsiste sempre um grão de desespêro».

Deus requer de nós todo o coração, a vida inteira, lealdade total. Sòmente conquistamos a paz e a felicidade, quando sem reservas nos lançamos nos braços de Deus. A Bíblia sempre nos apela, com exemplos gloriosos, para essa decisão global.

O próprio Josué lançou o desafio para que os israelitas servissem a Deus com integridade e fidelidade: «Escolhei hoje a quem deveis servir... Eu e a minha casa serviremos ao Senhor».

O profeta Elias também não admitia o dualismo e por isso corajosamente disse aos profetas de Baal: «Se o Senhor é Deus, segui-os; se é Baal, segui-o». E depois da impressionante experiência no monte Carmelo, todo povo clamava com temor: «O Senhor é Deus! O Senhor é Deus».

Jesus proclamou a sua exclusividade. Não era um caminho, mas o caminho. Por isso dizia: «Quem não é por mim, é contra mim; e quem comigo não ajunta, espalha». É necessário seguí-lo com determinação, porque «ninguém que, tendo pôsto mão no arado, olha para trás, é apto para o reino de Deus».

O primeiro credo da Igreja Primitiva, que era vivido pelos cristãos, era: Jesus é Senhor. Isso significava vida inteiramente submissa a Jesus. O verdadeiro cristão canta com o poeta sacro:

«O meu coração te entrego
Ó Jesus, meu Salvador,
Para que tu sejas sempre
O seu Rei e seu Senhor!»

A tragédia de Ananias e Safira mostra-nos ao vivo que a tentativa de servir a dois senhores resulta em morte. Aprendemos com êles o que não se deve fazer.

A segunda lição da tragédia é a condenação da hipocrisia. No esfôrço inútil de servir a dois senhores, Ananias e Safira tombaram para a hipocrisia. Aos olhos do povo pareciam tão generosos como Barnabé; mas aos olhos de Deus eram hipócritas.

Os profetas e principalmente Jesus condenaram com veemência a hipocrisia e agora a hipocrisia entrava na própria igreja.

Com o milagre no reino vegetal, condenando ao extermínio a figueira que com a sua folhagem fazia crer que tinha fruto, mas era estéril, Jesus mostrara que o fim da hipocrisia era a morte. Desprezando os santos ensinamentos, Ananias e Safira tornaramse hipócritas e experimentaram na carne que o ensinamento era verdadeiro.

Sob êste aspecto, Ananias e Safira também não estão muito longe de nós. À semelhança dêles também preferimos ser atores em religião a viver religiosamente. O nosso esfôrço é mais para parecermos religiosos ao invés de sermos religiosos.

A hipocrisia é mentira e por isso a narrativa de Atos dos Apóstolos fala do pecado de Ananias e Safira como mentira. E a mentira mina e destrói por completo a vida comunitária, que constituia a suprema grandeza da Igreja Primitiva. Era mentir ao Espírito Santo, porque a comunidade era sustentada e dirigida pelo Espírito Santo, era a comunidade do Espírito.

La Rochefoucauld dizia: «A hipocrisia é a homenagem que o vício presta à virtude». Mas para Jesus, os seus discípulos deveriam ser os próprios mensageiros da verdade. «Seja, porém, a tua palavra: Sim, sim; não, não. O que disso passar, vem do maligno».

Quem sabe, as palavras de Jesus têm direta aplicação a nós: «Hipócritas! Bem profetizou Isaías a vosso respeito, dizendo: Êste povo honra-me com os lábios, mas o seu coração está longe de mim».

Sem dúvida, temos na tragédia de Ananias e Safira a condenação formal e peremptória de tôda e qualquer hipocrisia.

A terceira lição da tragédia é o zêlo de Deus pela Igreja. É nesta narrativa que a palavra Igreja aparece pela primeira vez nos Atos dos Apóstolos. Jesus prometera edificar a Igreja e garantira que as portas do inferno não prevaleceriam contra ela. A hipo-

crisia, a mentira, destruiria a Igreja; mas Deus em sua infinita sabedoria resolvera preservar a Igreja e destruir aquêles que se tornaram instrumentos da hipocrisia e da mentira.

A pedra fundamental da Igreja é o próprio Jesus Cristo e por isso ela permanece. É bem verdade que, como membro da Igreja, a minha vida reprovável lhe prejudica o testemunho, mas a Igreja sobreviverá aos escândalos; mas ai daqueles por quem os escândalos vierem! O testemunho de Ananias e Safira foi negativo, prejudicou a Igreja, mas a Igreja sobreviveu. Mas ai de ti, Ananias! Ai de ti, Safira! Ai de cada um de nós, quando nos tornamos pedra de tropêço!

Disse Jesus: «Todo ramo que, estando em mim, não der fruto, êle o corta; e todo o que dá fruto, limpa, para que produza mais fruto ainda». Reconheçamos, pois, o nosso privilégio e responsabilidade de pertencer à Igreja. A Igreja sobreviverá sem nós, mas nós não sobreviveremos sem a Igreja. Sejamos, pois, diligentes na seara do Mestre.

Na morte instantânea de Ananias e Safira, há sem dúvida um ato de julgamento de Deus; mas provàvelmente também de misericórdia. Perderam-se para sempre Ananias e Safira, ou à semelhança do caso de Corinto, houve apenas a destruição da carne a fim de que o espírito seja salvo no dia do Senhor? Sòmente Deus o sabe. Entretanto, merecem meditadas as palavras de Paulo: «O Senhor conhece os que lhe pertencem». E acrescenta: «Aparte-se da injustiça todo aquêle que professa o nome do Senhor».

Estudando a tragédia de Ananias e Safira, descobrimos três lições de valor permanente, a saber: a impossibilidade de servir a dois senhores, a condenação da hipocrisia e o zêlo do Senhor pela Igreja.

Por que será que o coração dividido e a hipocrisia levaram Ananias e Safira à morte e nós que cometemos êsses pecados ainda vivemos? A história de Ananias e Safira mostra claramente que Deus não tolera pecado. O fato de nós continuarmos a viver revela a bondade de Deus, oferecendo-nos oportunidade de arrependimento. Paulo escreve inspiradamente: «Bem sabemos que o juízo de Deus é segundo a verdade, contra os que praticam tais coisas. Tu, ó homem, que condenas aos que praticam tais coisas e fazes as mesmas, pensas que te livrarás do juízo de Deus? Ou desprezas a riqueza de sua bondade, e tolerância e longanimidade, ignorando que a bondade de Deus é que te conduz ao arrependimento? Mas segundo a tua dureza e coração impenitente acumulas contra ti mesmo ira para o dia da ira e da revelação do justo juízo de Deus, que retribuirá a cada um segundo o seu procedimento: dará a vida eterna aos que, perseverando em fazer

o bem, procuram glória, honra e incorruptibilidade; mas ira e indignação aos facciosos que desobedecem à verdade, e obedecem à injustiça».

No passado, Deus escolheu Israel para manifestar ao mundo o seu propósito. A Igreja é o novo Israel de Deus. A luta da Igreja é pela implantação do Reino de Deus no mundo. Tanto no passado como no presente, o pecado produz derrota, fracasso, morte. Não vale a pena imitar a Acã, a Ananias, a Safira. Êles são exemplos negativos. A ordem divina é: «Santificai-vos»; seguida desta séria advertência: «Não vos enganeis: de Deus não se zomba; pois aquilo que o homem semear, isso também ceifará».

Ninguém escapará ao julgamento de Deus. O Autor da epístola aos Hebreus escreve: «O Senhor julgará o seu povo. Horrível cousa é cair nas mãos do Deus vivo».

Permite-me terminar com uma boa notícia. Deus já julgou e condenou o teu pecado em Jesus Cristo. Foi uma coisa horrível! Abandonado por Deus, morte e morte de cruz! Está aí o preço do perdão que Deus te oferece. Se tu aceitares o presente, não serás mais julgado ou condenado. Estarás salvo para tôda eternidade, terás vida eterna, vida de santidade e serviço, para honra de Deus.

★

A ESSÊNCIA DO PROTESTANTISMO: — «Quando, pois, se caracteriza o protestantismo como uma religião fundada em tôrno de um livro, não se chega ao fundo das coisas. O que criou a alma protestante não foi um livro, mas uma Pessoa que está atrás do livro; porque o livro mesmo não é mais que um instrumento — único, é verdade — nas mãos de Deus para dar à alma cristã única coisa necessária: Jesus Cristo. A órbita de tôda piedade inspirada pela Bíblia descreve forçosamente uma elipse com dois focos: Deus e Jesus Cristo». — A. N. Bertrand — El Protestantismo, Trad. de C. T. Gattinoni, pág. 99.

Seção de Dogmática

A REVELAÇÃO E A BÍBLIA

JORGE BERTOLASO STELLLA

1. PARECE fácil, à primeira vista, o tema dêste artigo, analisado entretanto nos seus vários ângulos, êle é muito difícil e complexo, necessitando do auxílio de várias disciplinas para o seu esclarecimento, como sejam, entre outras, a ciência das religiões, a paleontologia e a pré-história.

2. Duas teorias se defrontam, no campo da escola antropológica, que constituem o problema máximo da História das Religiões: a primeira sustenta que o monoteísmo se desenvolveu do politeísmo; a segunda que o monoteísmo é o princípio da evolução religiosa.

A teoria politeista parte do princípio que o homem nasceu sem o sentimento religioso e portanto não tinha culto algum. Chegado êle a um certo grau de maior desenvolvimento divinisou certos objetos, considerados de alguma importância para êle, como por exemplo, uma árvore, uma pedra, um rio; atingindo um grau de mais alta cultura, divinisou o fogo, os astros e especialmente o sol; contemplando finalmente a harmonia do céu, chegou ao conceito de um Deus único. Assim o homem, no seu desenvolvimento religioso, percorreu as seguintes etapas: ateísmo, fetichismo, politeísmo e monoteísmo. A outra teoria afirma que o politeísmo é um fracionamento do monoteísmo primitivo e que o fetichismo dos baixos extratos da raça humana é o resíduo de noções religiosas mais altas e mais puras, recebidas dos antepassados.

3. A existência de Deus não pode ser provada lògicamente. Para provar a existência de Deus seria preciso deduzi-la, da ma-

neira como se faz quando se deduz uma existência menor de uma existência maior. E um Deus que fosse susceptível de ser provado assim não seria mais Deus, pois deveria admitir que há qualquer cousa mais alta do que Deus, da qual a sua existência poderia ser deduzida. Não; Deus que é o princípio universal, a lei suprema do mundo; Deus, que não depende de cousa alguma fora de si mesmo; Deus que é Êle mesmo a razão última de tôdas as cousas, escapa de tôda a ordem de argumentação lógica. Deus pode ser revelado, compreendido até certo ponto, adorado, mas não pode ser provado.

Deus existe. Êle pode ser conhecido na medida que se revela a nós. E a idéia que podemos fazer d'Êle a colhemos, segundo a Bíblia, das características especiais, como sejam: a espritualidade, a personalidade e a unidade.

Muitos são os atributos de Deus, no sentir da Escritura, mas em nenhuma parte dela os encontramos classificados.

A classificação mais clara se nos afigura esta:

1a. Atributos pelos quais Deus se manifesta na natureza: omnipotência, ominpresença, omnisciência;

2a. Atributos pelos quais Deus se manifesta no mundo moral santidade, justiça, bondade, sabedoria, amor (1)

4. Precisamos do auxílio da linguagem humana, embora seja um instrumento imperfeito, para dar uma idéia ainda que apagada da revelação do Ser Supremo. A linguagem é insuficiente para descrever o sentido de certas palavras que tratam de cousas materiais. Maior dificuldade tem ela quando precisa tornar clara as idéias espirituais. Paulo, que tentou descrever o amor, emprestando-lhe dimensões, sentiu-se embaraçado em expressar o sentido das «palavras inefáveis», quando foi arrebatado ao terceiro céu. O Apóstolo S. João, tão familiarizado com a linguagem mística, para tentar a dar uma idéia pálida da descrição do céu, utiliza-se de figuras variadas, de metáforas e comparações em larga medida. Isso mostra como a linguagem não possui recursos exatos para descrever de modo real a revelação de Deus, o qual está acima da razão humana. O estudioso precisa então esforçar-se e procurar ir além da letra, da matéria e aferrar, se possível, o espírito, com a mente larga, muito larga. Deus não é matéria. A linguagem é matéria e dificilmente apanha o espírito e o Espírito de Deus para revelá-lo.

---

(1) Luzzi G. — La religione cristiana, Roma — 1939 — P 42,54.

5. Nêste artigo, não encaramos a questão espinhosa se o mundo é emanação de Deus ou se êle é criado do nada (**ex-nihilo**). Seria assunto de grande importância para outro escrito, filosófico-teológico.

6. Deus fala, manifesta-se por meio da natureza. A natureza não compreende sòmente o nosso planeta, a terra, mas também o universo, repleto de mistérios. A vida é uma das manifestações de Deus.

Vida... Quantas definições por parte dos cientistas, filósofos e teólogos, se tem dado a esta palavra, a mais importante, a mais preciosa de quantas existem no vocabulário humano. Quantas mentes robustas, repetimos, têm meditado ponderamente sôbre êste fenômeno misterioso e divino — a **vida**. Um filósofo da velha Índia apresenta o seguinte conceito, com o qual não pensa definir a vida, mas sòmente manifestar um dos seus aspectos: «Viver é aferrar a natureza». Sim, porque a «natureza é a raíz de tôdas as cousas», diz a filosofia do Sâmikhya.

Cientistas afirmam que tudo o que existe é vida: a matéria se origina da energia, a energia provém da luz, a luz emana da vida e a vida deriva de Deus.

7. Através da vida vegetativa, que aparece no encanto das flôres e das florestas, Deus se revela. Não é porém sòmente nos vegetais e nas flores que formam um jardim, mas é também por meio da vida animal que o Senhor se manifesta. Em qualquer parte em que esteja a vida, ela expressa a presença de Deus.

8. A terra com os seus grandes mares; as estações variadas e harmônicas; o sol, as estrêlas; o céu azul; as nuvens, o relâmpago, o trovão, os ventos e outros, são órgãos da revelação de Deus. «Os céus», disse o salmista, «manifestam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das suas mãos». Sal. 19:1.

9. Há porém um ser pelo qual Deus se revela de uma maneira especial, êsse é a criatura humana. O homem foi criado à semelhança de Deus. Gen. 1:26,27, com uma alma espiritual e imortal, dotada de intelecto e vontade. O corpo tirado da terra, volta para a terra no tempo de morrer, mas o homem possui a razão e a coisciência, que os animais inferiores não possuem.

A razão mostra o lugar que o homem ocupa no mundo, produzindo a civilização, que lhe aponta a direção do Infinito. A outra parte do homem é a imortal, a consciência, a centelha divina, que Deus lhe deu ao criá-lo. E é justamente por meio desta consciência que Deus se manifesta. Filão, filósofo da Alexandria, escreveu: «Moisés ou Abrão falaram com Deus não com a bôca ou com a língua, mas com o órgão da alma». É de Menandro êste pensamento profundo: «Para cada mortal a consciência é um deus».

Se Deus se manifesta por meio da natureza, o macrocosmo, muito melhor através do homem, que é o «livro da natureza, em resumo, centro do mundo, modêlo do mundo, imagem completa do universo, vínculo e símbolo de tôdas as cousas, em uma palavra, o micro-cosmo».

Uma célebre Upanishada afirma que a natureza abriu para o exterior as janelas dos sentidos, e, vemos para fora, não para dentro de nós. Porém os sábios desejoso da imortalidade, vêem dentro de si mesmo o âtman. Afirmamos que devemos procurar a Deus não sòmente na natureza, fora de nós, mas especialmente dentro de nós, no nosso coração. Não devemos tomar em conta sòmente a observação, mas a **instrospeção.** Para a instrospeção não são necessárias bibliotecas ou laboratórios, telescópios ou microscópios; para a introspeção é necessária a serenidade da alma, ausência absoluta de tôda a paixão, a solidão e tempo.

10. Todos os homens são criados por Deus, dotados de razão e consciência; todos são iguais no tempo e no espaço.

Deus não muda. Êle é sempre o mesmo. A sua revelação é contínua, eternamente contínua. Como a luz do sol é uma e se revela consoante o órgão em que ela reflete, assim Deus se revela a todos contìnuamente da mesma maneira, dependendo da razão e especialmente de cada criatura.

Deus é eterno. Êle não se restringe a uma época qualquer da humanidade, nem se fecha dentro do círculo das páginas de um só livro humano. Não seria Deus, não seria livre. Êle não se escraviza a si mesmo.

As criaturas humanas, sim, o querem limitar e escravizar, afirmando que é só por esta ou aquela maneira que êle se revela e a êste ou aquêle povo previlegiado.

11. Vamos à Bíblia. Que é a Bíblia? A Bíblia é o arquivo precioso de milhares de consciências humanas, «fósseis vivos», apanhadas num período longo de 16 séculos. Como Deus se revelou a êsses corações em épocas diferentes e em diferentes circunstâncias, é por certo, dentre os livros religiosos da humanidade, aquêle que tem valor especial.

A ciência das religiões tem material farto que demonstra quão ampla é a revelação de Deus na história da humanidade e a Bíblia é o capítulo luminoso. Se Deus se revelou a tôda a criatura, porque é sua «imagem e semelhança» é claro, que os outros códigos sagrados, arquivos de consciência humanas, possuem o seu valor. Todos os livros religiosos de outros povos são considerados inspirados. A Bíblia se diz inspirada, os Védas se consideram inspirados. O Avesta de igual maneira. Deus, soberano, não pede licença a ninguém para inspirar êsse ou aquêle indivíduo, seja

êle dessa ou daquela nação, ou seja ainda desta ou daquela época. Ai de nós se a revelação de Deus estivesse circunscrita a êsse ou àquele indivíduo ou dependesse dessa ou daquela pessoa humana, governando ela a vontade de Deus. Deus seria a imagem e semelhança do homem e não o homem a imagem e semelhança de Deus.

12. No caso da revelação de Deus, a Bíblia ocupa um lugar de destaque, porque contém a narrativa e o ensino de Jesus Cristo, que é revelação de Deus no grau mais alto que possuímos. E a razão disto está em dois fatos: o primeiro porque Jesus possui uma natureza humana perfeita, pura e o segundo porque tem a natureza divina. Jesus é Deus-homem. Se uma flor, o céu, o sol, etc. podem ser veículos de Deus, muito melhor pode ser Jesus pelo seu corpo santo. A criatura humana é o meio pelo qual o senhor se manifesta. Paulo disse: «Vós sois o templo de Deus». A natureza humana de Cristo é instrumento da revelação de Deus. Porém é através da natureza divina do Mestre que Deus se revela. Êle é como o espelho de cristal puro em que Deus se reflete. Jesus tinha consciência de ser a imagem real do Pai. Êle deixou essas declarações profundas: «Quem me vê a mim, vê o Pai». «Eu e o Pai somos uma e a mesma cousa». Dentre os três fundadores de religião: Buda, Maomé e Cristo, só Cristo afirmou ser Deus, o Filho de Deus, os outros dois nunca negaram a sua natureza terrena. A revelação de Deus é progressiva». Antigamente Êle falou a nossos pais pelos profetas, hoje fala pelo Filho» Heb. 11:1. A Bíblia se resume em Jesus e Jesus é a expressão fiel de Deus.

13. A característica marcante da revelação de Deus está em em ter Jesus afirmado que Deus é **Pai**. Êste nome Ele o empregou cerca de cento e cinqüenta vêzes nos seus ensinos. No Velho Testamento Deus é o Pai de um grupo de pessoas, tal como Israel, o Pai «daqueles que o temem». Sal. 103-13. Jesus revela a Deus como Pai numa relação impressionante, de verdadeira relação paternal. Certa feita Êle disse: «E qual dentre vós é o pai que, se o filho lhe pedir um peixe, lhe dará em lugar de peixe uma cobra? Ou, se lhe pedir um ovo lhe dará um escorpião? Ora, se vós, que sois maus, sabeis dar boas dádivas aos vossos filhos, quanto mais o Pai Celestial dará o Espírito Santo àqueles que lho pedirem?» Luc. 11:11-13. Um pai terreno, mau por natureza, não destrói e não mata o seu filho, ao contrário o alimenta, o nutre, para que viva. E o Pai celestial, que o criou, com uma centelha da sua natureza imortal, não o deve proteger para viver, ser feliz, mas o deve destruir, matar, aniquilar? Que lógica, que filosofia, que teologia é essa na qual não entra, nessa figura comparativa, a lógica, a filosofia, a teologia do coração e do amor? No

meu modo de entender, há necessidade de uma reforma não só na maneira estreita de compreender a revelação de Deus, mas também na forma pela qual deve ser interpretado o ensino de Cristo.

14. Em certa altura disse eu que os outros povos também possuem a revelação de Deus e que alguns dêles tendo os seus códigos sagrados são inspirados. Perguntar-se-á porque então pregar o Evangelho a essa gente tôda se ela possui o conhecimento de Deus. O Livro de Atos, cap. 10, contém o registro de Cornélio. Êle possuia o Velho Testamento e tinha uma vida religiosa de alto tom, entretanto, recebeu ordem para mandar chamar Pedro a fim de que êste o instruísse. E Pedro apresenta a Cornélio a pessoa de Jesus cuja missão êle resume nos versos 38-43. Nós pregamos o Evangelho aos Judeus, que têm, como nós, o Velho Testamento, revelação de Deus e pregamos também a outros povos, «tôdas as criaturas», as quais possuindo, repitamos, a revelação de Deus por esta ou aquela forma, êles não têm a revelação de Deus pelo prisma de Cristo. Tôda a água pode matar a sêde, porém ela pode conter impurezas. Os indivíduos preferem a água cristalina e pura. Jesus é a água que estanca a sêde da alma. Êle é «a água da vida».

15. Deus misterioso se torna compreensível através da natureza, da consciência humana, por meio da Bíblia e especialmente, pela forma mais diáfana, mais clara, mais consoante ao coração humano, pela pessoa humana e divina de Jesus Cristo.

«Deus falou e Deus fala»

*

A TEOLOGIA E A REVELAÇÃO

JÚLIO ANDRADE FERREIRA

O PROBEMA da revelação natural é preocupação constante dos pensadores cristãos. Paulo, o apóstolo, em dois capítulos aos Romanos, bem como no discurso de Atenas e, eventualmente, em outras ocasiões, enfrentou êste assunto.

O conteúdo revelacional existe em a Natureza. Não há dúvida. Qual é, no entanto, a extensão dêsse conteúdo? Qual seu resultado? Nesse ponto não têm entrado em acôrdo os teólogos.

Uma analogia nos permitirá situar o problema. Ninguém põe em dúvida a existência da lua ou do sol, mas alguém pode não ver o sol ou a lua. A existência objetiva não significa, necessàriamente, apreensão subjetiva. Deus se revela em a Natureza. Pergunta-se, no entanto: apreende o homem, em sua situação de pecado, o conteúdo revelacional da Natureza? Isto é: sem uma expressão especial da graça reveladora de Deus, tem o homem se mostrado capaz de apreender o que Deus nos fala através da natureza?

Calvino, herdeiro da teologia de Paulo, nas célebres «Institutas», no primeiro livro, primeiro capítulo, estabelece distinção fundamental. «Se Adão não tivesse pecado», diz êle, o homem teria sido capaz de apreender tudo o que Deus nos fala através da ordem natural. Tal não acontece, porém, visto que Adão caiu. O homem é corrupto. O homem é cego. O homem é «entenebrecido no entendimento».

Que os homens naturais sejam assim, não há dúvida. «Dizendo-se sábios, fizeram-se loucos». «Mudaram a glória do Deus incorruptível em semelhança da imagem do homem corruptível, bem como de aves, quadrúpedes e répteis». «Mudaram a verdade de Deus em mentira, adorando e servindo a criatura, em lugar do Criador, o qual é bendito eternamente».

«Por haverem desprezado o conhecimento de Deus, o próprio Deus os entregou a uma disposição mental reprovável, para praticarem coisas inconvenientes, cheios de ⁺ôda injustiça, malícia, avareza e maldade; possuídos de inveja, homicídios, contenda, dolo e malignidade; sendo difamadores, caluniadores, aborrecidos

de Deus, insolentes, soberbos, presunçosos, inventores de males, desobedientes aos pais, insensatos, pérfidos, sem afeição natural e sem misericórdia.»

Vejamos algo mais que a Bíblia nos diz sôbre o pecado. Os livros proféticos trazem solenes ameaças às nações, lembrando que a espada virá sôbre o Egito ou sôbre a Arábia, quando não falam de fogo e enxofre, como é o caso de Sodoma e Gomorra. E é na Bíblia mesma que se condenam os que vendem o necessitado por um par de sapatos; os que sacrificam sôbre os montes da idolatria; os que derramam o sangue inocente; os que se contaminam com a mulher do próximo; os que desposam estrangeiras blasfemas; os que praticam o roubo; os que chicoteiam o próximo com a língua; os que emprestam com usura; os que amam as peitas ;os que devastam os órfãos; os que despresam as viúvas; os que não dão pão aos famintos, nem roupa ao nu, nem aos filhos a Lei do Senhor.

Já tivemos ocasião de escrever: «Encontram-se hecatombes na História, intrigas nas côrtes, opressões nas fábricas, sordidez nas mansardas. Há escravidão dinástica, escravidão negra, escravidão industrial, escravidão do vício. Um senhor com muitos nomes: álcool, baralho, suborno. O nome da escrava é sempre o mesmo: vontade humana. Procurai a Arte, cuja figura deve ser apetecida. Nas galerias há o nu. Nos museus, armas. Na musica, sensualismo. Nos romances, adultérios».

Mas, que tem tudo isso que ver com o nosso assunto? Nosso tema não é revelação? Sim. Mas revelação a quem? Ao pecador. O pecador tem a mente obscurecida e para apreender a revelação necessita de iluminação do Espírito Santo, guia de tôda verdade e doador da «mente de Cristo».

Diz Calvino que se «Adão não tivesse pecado» muita coisa seria possível. O homem veria a revelação de Deus na ordem natural, sobretudo no aspecto humano da própria natureza. Aliás, não deixaria de ver em nada, por pequeno que fôsse, a glória de Deus. O conhecimento natural de Deus seria suficiente para levar-nos a Êle. Então, seriam invertidas as palavras-chaves do Apóstolo. Em vez de dizer dos homens que «glorificaram mais a criatura do que o Criador», teria afirmado: «...glorificaram sempre o Criador, reconhecendo-se como criaturas e servindo as demais criaturas para a glória de seu Senhor». Haveria o temor do Senhor, que é o princípio da sabedoria.

Tudo isso que o homem poderia ver, se não fôsse pecador, é o que Deus tem estampado em a Natureza. «O que de Deus se pode conhecer nêles se manifesta porque Deus lho manifestou». Manifestou objetivamente; o pecado, porém, impediu o reconhecimento dessa revelação. Qual é a conseqüência? É que Deus se

tornou o «Deus desconhecido». Em Atenas, como em outras partes do mundo greco-romano, erguiam-se altares a êsse tipo de Deus. Por isso mesmo Paulo, no discurso de Atenas, lembra que os homens buscaram a Deus; fizeram-no, porém, tacteando. Poderiam achá-lo?

A história do paganismo tem demonstrado que não. Não só o paganismo de fora do Cristianismo, mas também o de dentro. De tal forma as manifestações estruturais da igreja permitiram a intrusão de elementos estranhos ao pensar e sentir de Jesus Cristo, que a observação acima se faz necessária.

Seria o caso de apresentarmos aqui uma história das religiões? Tal história não é das mais edificantes. Nem os recursos mágicos de primitivos, nem a falta de higiene em oráculos gregos, nem o intercurso com animais na Índia, nem a grosseira idolatria no Egito, nem os altos sensuais dos cananeus, nem os julgamentos demoníacos da Idade Média, nem os suplícios da Inquisição, nem a especulação das cruzadas, nem as intolerâncias de todos os tempos. Eclesiasticismo, sacerdotalismo, sacramentalismo, asceticismo, fanatismo, farisaísmo e outros tantos ismos que não são, certamente, o humanismo simpático de Jesus, retirado, aliás, da velha Lei: «Amarás ao teu próximo como a ti mesmo».

Tudo pode ser explicável, menos o fácil otimismo em relação à sorte da Humanidade na apreensão da verdade religiosa.

«Apesar de o homem não ver os sinais da glória divina em a natureza e na história e não alcançar, por êsse meio, conhecimento certo do Criador, Calvino afirma que existe no homem uma disposição religiosa natural.»

Diz êle textualmente: «Semeou Deus no coração do homem a semente da consciência religiosa». (Inst. I, 5,1)

A própria história da Humanidade, e, especialmente a história das religiões, o comprova. Se por um lado tem havido sempre a dúvida, a especulação, o secularismo; por outro, tem havido respeito ao sagrado, o culto, a religiosidade. Muitos tiranos têm disputado a Deus o privilégio de sua adoração; têm procurado explorar, em seu benefício, o sentimento do divino que percebem haver no coração dos súditos. Ainda modernamente isso acontece quando o Tirano coletivo, o Estado, pede de milhões a devoção total.

A suprema demonstração de ateísmo é, pela lealdade total que exige, a maior prova de que o homem sente sua limitação, sabe que não se basta a si mesmo e não compreende a vida sem adoração.

O homem é visceralmente religioso; os deuses, não são, porém, indefectìvelmente verdadeiros. Há deuses falsos. O trágico

da história mencionada, história que vem até nossos dias, é que a humanidade tem preferido o culto dos deuses falsos.

A religião natural existe; é expressão de uma revelação divina. Mas, é ela suficiente?

Qual a extensão do conteúdo revelacional da natureza? Quais seus resultados?

Essa pergunta é a que primeiramente surge em qualquer palestra religiosa. E os índios? Salvam-se êles? Índios ou hititas, ou astecas... Qualquer povo ou pessoa que não tenha os conhecimentos religiosos do Cristianismo histórico... Que lhes ocorre?

A curiosidade é grande, mas a revelação bíblica é parca. São Paulo, ainda, na mesma carta aos Romanos, é quem discute mais diretamente o assunto. Diz: «Todos os que sem lei pecaram, sem lei também serão julgados». Quando os gentios, que não têm lei, fazem naturalmente as coisas que são da lei, não tendo êles lei, para si mesmos são lei, os quais mostram a obra da lei escrita em seus corações, testificando juntamente a sua consciência, e os seus pensamentos, quer acusando-os, quer defendendo-os, no dia em que Deus há de julgar os segredos dos homens...»

A teologia tem expresso a relação entre a revelação natural e o problema da salvação em uma fórmula conhecida: «A revelação natural é suficiente para responsabilizar o homem, mas não é suficiente para salvar o homem.»

Que é suficiente para responsabilizar ficou claro no **locus classicus** atrás citado. O conteúdo revelacional objetivo dado por Deus na criação responsabiliza o homem; a ausência de apreensão plena da mesma é responsabilidade do homem, visto que é motivada pelo pecado.

«As coisas invisíveis, desde a criação do mundo, tanto o seu eterno poder como a sua divindade se entendem e claramente se vêem pelas coisas que estão criadas, **para que êles fiquem inexcusáveis,** porquanto, tendo conhecido a Deus, não o glorificaram como Deus, nem lhe deram graças, antes em seus discursos se desvaneceram e seu coração insensato se obscureceu».

Deus se mostrou e o homem não o viu; Deus falou e o homem não o ouviu. Que se faz necessário?

— Que Deus lhe abra os olhos e os ouvidos.

E aqui está o mistério da revelação bíblica. Ela pretende que Deus o tenha feito, não, porém, que o tenha feito a todos.

A revelação no sentido próprio, a revelação especial, é identificada na Bíblia, primàriamente, com Jesus-Cristo, o Deus encarnado. Sem essa presença especialíssima de Deus no mundo, nada do que está na Bíblia teria sentido. Cristo, bìblicamente falando, é o criador do Universo, é a esperança de Israel, é o cabeça da Igreja, é o consumador da História. Assim sendo, para o leitor

medianamente lido na Escritura, o que ficou dito não deixa lugar a nada mais. A História Sagrada, que se extende de Gênesis a Apocalipse, é uma história da ação de Deus entre os homens, ação esta que só se completou na plenitude dos tempos, quando «enviou seu Filho, nascido de mulher, nascido sob a lei».

Sabemos que Deus «falou muitas vêzes e de muitas maneiras aos pais pelos profetas mas isso não teria maior significado, não tivesse Êle «falado pelo Filho, por quem fêz também o Mundo», o qual é «o resplendor de sua glória e a expressa imagem de sua pessoa».

Para que o pecador reconheça a revelação de Deus em Jesus Cristo, que se faz necessário? Visto que o homem é pecador, ainda neste caso, precisa da operação de Deus. Só pela iluminação do Espírito Santo. Ainda aí temos nessa distinção trinitária o misterioso Deus, que torna possível, Êle mesmo, o Seu reconhecimento. A «iluminação» leva o homem a reconhecer o papel da Escritura como palavra de Deus; a iluminação resulta em regeneração, divina influência no coração do homem. Êste passa a ter nova vida, de arrependimento e fé: arrependimento do pecado e fé em Jesus Cristo.

Tal experiência, absolutamente única, não se confunde com a religiosidade natural, culto pagão de qualquer espécie, nem com a mera voz da consciência.

S. Paulo, sempre S. Paulo, o grande teólogo, descreve a experiência:

«O homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus, porque lhe parecem loucura; e não pode entendê-las porque elas se discernem espiritualmente. Mas o que é espiritual discerne bem tudo, e êle de ninguém é discernido».

O agente da experiência, repetimos, é o Espírito Santo:

«As coisas que o olho não viu, e o ouvido não ouviu, e não subiram ao coração do homem, são as que Deus preparou para os que o amam. Mas Deus no-las revelou pelo seu Espírito; porque o Espírito penetra tôdas as coisas, ainda as profundezas de Deus. Porque, qual dos homens sabe as coisas do homem, senão o espírito do homem, que nêle está? Assim também ninguém sabe as coisas de Deus senão o Espírito de Deus. Mas nós não recebemos o espírito do mundo, mas o Espírito que provém de Deus, para que pudéssemos conhecer o que nos é dado gratuitamente por Deus, as quais também falamos, não com as palavras de sabedoria humana, mas com as que o Espírito Santo ensina, comparando as coisas espirituais com as espirituais».

Do Espírito Santo diz a Bíblia que é guia em tôda a verdade, que vivifica, que testemunha, que adota, que intercede, que ilumina.

O entrosamento é inevitável, entre a aceitação da Bíblia, o reconhecimento da revelação em Jesus Cristo, a iluminação do Espírito Santo, a experiência do novo nascimento. Ou tudo; ou nada. Melhor: ou isso, ou o racionalismo.

Isso é de fato loucura para o grego e escândalo para o judeu. S. Paulo o reconheceu. Não nos admira que haja quem não aceite a Bíblia, pois ela, da primeira à última palavra, desafia a nossa fé. Desde a afirmação inicial de que Deus criou tôdas as coisas até a última, que Jesus cedo virá para a consumação final. Infelizmente, um bom número de sinceros leitores da Bíblia se engana redondamente quanto à sua natureza e objetivo, imaginando que ela serve para sugerir nomes aos recém-nascidos e normas de corte de cabelo.

A Bíblia não deve ser tida como livro de costumes: ali há escravidão, poligamia, guerras, apedrejamentos, adultérios. Deus não falou aos homens por causa disso, mas apesar disso. Deus falou na curiosa história que passa por Enoque, Noé, Abrahão, José, Moisés, Daví, Isaías, Pedro, Paulo e João. De tal maneira falou Deus aos homens que, apesar dos maus costumes do passado, nos leva ainda a ouvi-lo em meio a maus costumes no presente, èticamente, muito semelhantes aos antigos.

Ora, a Palavra de Deus na Bíblia é uma palavra diferente da que Deus falou em a Natureza e na História em geral. Não é outro Deus que fala, pois a ação de Cristo, conforme o próprio atestado bíblico, é cósmica. Mas a Bíblia pretende que sua voz seja ouvida pela iluminação do Espírito e não pela simples voz da razão.

Acontece que aquêle que ouviu, por obra do Espírito Santo, a voz de Jesus Cristo, aquêle que entrou para a «história sagrada», o «crente» — chega a ouvir também a voz de Deus em a Natureza e na História. O salmista se enternece ante os esplendores da Natureza: «Os céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das suas mãos...» O vidente de Patmos vê a História como a ação da Providência. Mesmo em face dos eventos trágicos, o que êle pôde concluir é que a trombeta de Deus está soando e o cálice de sua ira se derrama sôbre os ímpios. Sabe que o mal campeia, mas confia na vitória do Senhor.

Dissemos, de início, que uma coisa é negar a realidade do sol, outra, o negar a possibilidade de vê-lo. Voltamos à analogia. Quando, religiosamente, se dá a experiência de revelação, isto é, o reconhecimento de Cristo como Deus encarnado, e da Bíblia como o registro divinamente providenciado para a história sagrada, então a revelação natural é também visível. Para quem não tem sido alcançado por essa revelação, a Natureza é um objeto

de idolatria. Sejam os objetos comuns, sejam fenômenos da natureza, sejam as fôrças em ação, seja o próprio Universo como um todo, seja lá o que fôr, tudo é motivo, não para levar o homem a Deus, mas para afastá-lo de Deus, visto que a idolatria é pecaminosa, mesmo que se trate de ídolo tão grande como o «Todo».

Dizer: «Deus é tudo; tudo é Deus» é a idolatria do filósofo.

Para quem já tem Revelação Especial, a Revelação de ordem geral é maravilhosa. Para quem não tem a primeira, a segunda é inútil. Isto é, inútil pròpriamente não, pois vimos ter Paulo afirmado que ela é suficiente para deixar o homem sem desculpa.

A esta altura é justo levantar a pergunta: Não é a Bíblia, apenas um dentre os muitos livros sagrados? Cristo não é apenas um vulto entre os muitos chefes de religião? Melhor livro ou melhor mestre, mas da mesma natureza!

Se não cremos em Cristo e, conseqüentemente, não cremos na Bíblia, se temos que nos guiar pela razão, então devemos pôr a Bíblia como o pior dos livros religiosos, pois é o mais pretencioso. Os demais livros religiosos também o são. Ao lado, porém, de tolices infindas que dizem, (o que será sempre fácil demonstrar) apontam êles algumas verdades morais apreciáveis. O senso moral em sua expressão natural independe da Revelação. Mas não pretendem tais livros, como a Bíblia, conter a própria infalibilidade. Outros chefes religiosos pretenderam, quando muito, ser iluminados. Às vêzes, nem isto. Mas, Cristo é inominável nas suas pretenções. Não seria necessário prová-lo aqui, visto que pressupomos tenham os leitores conhecimento bastante para dispensar tal demonstração. Mas, neste como nos demais pontos dêste artigo, a mais ampla comprovação do que ficou dito é tarefa que não nos parece nada difícil. Não pretendemos ser exaustivos, mas cobrir um campo de conhecimento teológico que é sempre da máxima importância porque é fundamental ao Cristianismo. Afirmar a revelação natural como válida, isto é, como sendo da mesma natureza que a revelação bíblica, é negar a própria essência desta.

Ou a Bíblia é qualitativamente diferenciada dos demais livros religiosos, ou será posta como o menor dêles. Não é um mero capítulo da revelação. É a Revelação. Ou Cristo é Deus Encarnado, num sentido absolutamente único, ou é o impostor por excelência e deixa de ser um grande espírito. Não é, pois, um grau mais alto de revelação. É a Revelação.

A fé entra pela primeira alternativa. A razão deveria entrar pela segunda.

Fora disso, o que se disser não será mais que ingenuidade, ou absurdo.

A IGREJA E A UNIDADE

Por Gerald Kennedy, bispo metodista de Los Angeles, Califórnia, E.U.A. Extraído de THE CHRISTIAN CENTURY, de 8-2-1961, p. 170-172. Tradução de Waldyr Carvalho Luz

QUEM quer que ouse discutir a conveniência da união de igrejas é desde logo objeto de suspeita, como se se houvesse pronunciado contra a oração ou a virtude. Realmente, a conveniência de tornarem-se as igrejas tôdas uma só organização já atingiu o estágio de proposição que ninguém, em são juízo, poderá contradizer. Confessar um vulto da igreja que nutre impressão menos encorajadora de muito da discussão moderna da matéria é expor-se a um dilúvio de críticas. Seja, porém, como fôr, eu estou persuadido de que importa atentemos para certos elementos que nossos irmãos não estão a considerar.

Quando se nos chama a atenção para o fato de que neste país há mais de duzentas e cincoenta denominações eclesiásticas, nós nos quedamos chocados, aterrados até. Cidadezinhas conhecemos nós em que há dez igrejas onde duas seriam suficientes. Sentimos dificuldade em pronunciarmo-nos unânimes quando uma voz autorizada se faz de mister. Expressões denominacionais há canhestras nesta terra — e quem melhor o sabe do que aquêles que provêm do sul da Califórnia? Há grupos estreitos, intolerantes, que se pretendem a única igreja verdadeira e revelam um orgulho pagão na atitude que assumem para com as demais denominações. Quando se contrasta o que a igreja cristã deveria de ser com o que se tem ela tornado nos Estados Unidos, todos temos de confessar que estamos destituídos, e muito, da glória de Deus.

A SITUAÇÃO ATUAL

Antes de cedermos ao pessimismo que pervade os pronunciamentos de certos expoentes eclesiásticos, frisemos as realizações da Igreja. Na contextura dêsse divisionismo, as denominações estadunidenses hão conseguido a mais elevada percentagem

de membros na história da nacionalidade. As cifras atuais são as mais altas de todos os tempos. Insistem, contudo, os pessimistas em que nem todos êsses membros são crentes convictos. É êsse um ponto que não discutiremos; por outro lado, não podemos concordar em que tão avultada filiação à igreja não tenha nenhuma significação. Significará ao menos que hoje mais pessoas desejam unir-se oficialmente à igreja do que em tempos idos. Significará ainda que têm hoje as igrejas parcelas mais vultosas a confrontar com os reclamos de Deus que em qualquer época anterior. Jamais se nos deparou oportunidade tão grande para a realização de algo significativo na esfera religiosa como na atualidade. Acho muito difícil bater no peito em desespêro em face de situação de tal ordem.

Nenhum país conheço no mundo onde as igrejas sejam mais vigorosas e relevantes do que nos Estados Unidos. Onde estão as igrejas a realizar mais em favor do bem social da humanidade ou a dirigir projetos de educação da juventude com impacto maior? Pressuporeis, porventura, que êsse entusiasmo e essa exuberância subsistem não a despeito do denominacionalismo mas exatamente por causa dêle? Bem pode ser que o pluralismo que nos avassala seja não a nossa fraqueza mas a nossa fôrça.

Todavia, apregoa-se que urge nos integremos em uma união orgânica o mais depressa que pudermos. Todo mundo parece vibrar com a sugestão de que onde há três igrejas uma apenas deveria de existir. Ninguém parece cogitar se é esta a senda do progresso e ninguém aventa a possibilidade de que nesta rota hajamos de defrontar-nos com mais problemas do que soluções.

Pode até dar-se o caso de que haja quem sustente que a união orgânica é um fim em sí mesma, à revelia dos problemas que suscite ou da questão da produção de maiores resultados. Posição que tal eu repudio, pois ganhar almas para Cristo será sempre mais importante para mim do que o método de que nos sirvamos. Nenhuma igreja é um fim em si mesma e tal assertiva, presumo-o eu, é boa doutrina protestante.

BRIGA DE FAMÍLIA

Tempo houve quando nutrimos a convicção de que um mundo menor significaria mais paz e boa-vontade entre os homens? Eventos recentes longe estão de consubstanciar tal expectativa. Parentes que se entendem às mil maravilhas quando apenas se reúnem por ocasião do Natal não raro criam situação verdadeiramente insuportável quando passam todos a viver sob um mesmo teto. Algumas das peiores lutas que já observei se travaram não

entre representantes de denominações diferentes mas entre corifeus da mesma corporação religiosa. Irmãos, o pouco que me é dado conhecer da própria natureza humana é suficiente para despertar-me a pressuposição de que encorporar dezoito milhões de membros de igreja em uma só organização não produzirá, necessàriamente, crentes nem melhores nem mais operosos.

Um dos principais problemas com que tem de haver-se uma igreja é a sua maquinaria. É de mister organização para que possa a Igreja funcionar com eficiência e, quanto maior a igreja, tanto mais complexo o mecanismo. Êste é um elemento para que os «ecumaníacos» não parecem jamais atentar. Tudo se afigura tão espiritual e satisfatório até que um cético se põe a ponderar tôda a complexidade organizacional requerida. Então, gelam-se-me os pés. Encaremos o fato: a maneira única de uma instituição eclesiástica do porte da Igreja Católica Romana poder funcionar de modo eficiente é fazer-se autoritária. Será êsse o nosso alvo?

Vivemos a era da conformidade e das fusões. Observamos e deploramos essa tendência como se evidencia na imprensa e no comércio. Um país dominado por algumas poucas corporações poderosas não resolveu automàticamente nem seus problemas de ordem democrática nem os referentes à produção. Derivar tôda a informação noticiosa de que carecemos de algumas poucas fontes principais não significa, de modo algum, que obtenhamos informação mais completa ou que estejamos mais próximos da verdade. Alguns há dentre nós que duvidam sèriamente de que a marcha em direção ao estadismo seja progresso.

Mas, insistem os propugnadores da união orgânica das igrejas, no caso da igreja a situação é diferente. Não o creiais! No que respeita ao aspecto humano da instituição, é a igreja surpreendentemente similar às instituições seculares. Ainda que consigamos não ser do mundo, não podemos jamais evadir a necessidade de estarmos no mundo.

Entretanto, perquiramos que tem acontecido onde a meta unionista se tem concretizado. A Espanha é de tal maneira dominada pela Igreja Católica Romana que, para todos os fins práticos, é a única igreja existente. Será a situação religiosa dêsse desventurado país algo a emular-se? Tão poderosos são os protestantes nos países escandinavos que os católicos se queixam de que naquela região nós lhe fazemos aquilo de que os acusamos de fazer-nos na Espanha. Será a situação religiosa sob o tacão protestante melhor do que o que temos nos Estados Unidos? Não é o que tenho verificado.

A ERA DAS FUSÕES

Visitei o Japão pela primeira vez em 1951. As igrejas protestantes, sob a pressão do govêrno, se haviam integrado na Kyodan, uma organização eclesiástica unificada. Após a guerra, defrontaram-se os crentes nipônicos com uma das maiores oportunidades jamais concedidas a qualquer igreja. Mas, a Kyodan se achava demasiado absorvida na tarefa de resolver os próprios problemas internos e achar um denominador comum a seus vários constituintes. Não poucos me fizeram sentir o desejo de conveniente oportunidade de dar aberto testemunho ao invés de afadigar-se com problemas administrativos. Bem pode ser que hoje esteja a Igreja do Japão mais próxima de vir a ser um todo integrado. Mas, nesse ínterim, denominações tais a Batista do Sul se hão alastrado através do país a edificar igrejas e a grangear membros. Tem sido uma corrida entre a tartaruga e a lebre... e creio que nem me é necessário referir qual é a tartaruga. É coisa que não posso provar, é claro, mas estou certo de que, se as denominações de per sí houvessem tido liberdade para realizar, cada uma, a sua própria tarefa e dar seu testemunho distintivo, os resultados teriam sido dez vêzes maiores do que os obtidos pela Kyodan.

A Igreja Unida do Canadá se formou em 1925. Decorridos trinta anos, começou ela a dar mostras de crescimento, de ser uma igreja unificada. Mas, as igrejas canadenses que permaneceram fora da união têm crescido mais ràpidamente durante êsse período. Nutro a opinião de que, falando de modo geral, tem o Protestantismo revelado menos eficiência quando integrado em uniões orgânicas do que quando opera em separado, em unidade mediante concílios e cooperação. Não estou disposto a pôr à margem o que se tem provado eficiente a despeito de muitas fraquezas óbvias em favor de uma teoria que se tem demonstrado deficiente em resultados sempre que posta à prova.

Em regiões onde a Igreja é minoria argui-se que deve de haver uma organização unificada. Tenho observado igrejas a cooperarem nos campos missionários e a distribuirem responsabilidades específicas entre si. Tenho testemunhado apêlos de sustento financeiro conjunto e experimentado genuína comunhão cristã com elementos de diferentes denominações do país. Talvez lugares haja em que a melhor tática seja o estabelecimento de uma igreja unificada. Mas, afirmar que esta condição deva prevalecer em todo o mundo é como dizer que os Estados Unidos deveriam de insistir em que todos os povos lhes adotem a forma de govêrno, tenham as mesmas idéias e lhes aceitem as atitudes.

O ministério ecumênico é já uma realidade nos estabeleci-

mentos militares do país. Tenho pregado em capelas militares e observado a congregação católica prestes a adentrar para a celebração de suas cerimônias religiosas, enquanto deixa o grupo protestante o recinto. Tenho-me assentado com capelães de diferentes filiações eclesiásticas e com membros de diferentes igrejas e escutado argumentos teológicos. E a mim me parece que aí reside a fôrça de um Cristianismo que se estadeia em têrmos de diferentes tradições mas a todos os une no amor cristão.

Os capelães, contudo, são homens sujeitos a ordens. Ao final do dia, as diferenças que nutram se ajustam por fôrça de uma estrutura de comando indiscutìvelmente rígida. Duvido que ministros paisanos estejam dispostos a ir a tal ponto por amor à união. Acho, portanto, que faríamos melhor em admitir que nossa meta é unidade através de crescente respeito e compreensão mútuas. União orgânica não é alvo nem último nem mesmo desejável.

Sou casado com uma presbiteriana; recebí minha educação teológica em seminários congregacionais. Meus mais íntimos colegas de ministério têm sido de outras denominações tanto quanto da minha própria. Não julgo que minha igreja seja, nem eclesiástica nem teològicamente, superior às outras. Na realidade, vêzes muitas tem havido quando nós, os metodistas, hemos sido livres de sentirmo-nos displicentes em Sião porque outras igrejas estavam em marcha. Tivemo-nos de pôr em marcha ou ficaríamos para trás. Espero que tenhamos nós tido a mesma influência estimulante sôbre nossos irmãos de outras comunhões. Sou devedor a tôdas as igrejas e posso prezar mais essa dívida com não ser forçado a solver todos os problemas internos com que se debatem, além dos que me são próprios.

UNIDADE SEM UNIÃO

Precisamos fortalecer nossos concílios de igrejas locais, bem como o Concílio Nacional. Todavia, opor-me-ei abertamente a qualquer interpretação do Concílio Nacional de Igrejas nos Estados Unidos como a igreja, com poder de ordenar ministros. Não é nada que se pareça e quantos tentam lançá-lo nesse rumo estão a buscar-lhe a destruição. Seria bom que as igrejas procurassem integrar-se em associações fraternas antes de começarem a falar em fusão. Mas, antes de falar em federações ou igrejas comunitárias, encaremos o fato de que, em comparação com o potencial que representam, são estranhamente ineficientes.

Que a Igreja deve de ser universal, as portas abertas a todos indistintamente, é inegável. Mas, a comunidade local terá de

ser constituída de pessoas que se sintam bem umas com as outras, pois que religião que não é pessoal nada é. Diferentes temperamentos há e gostos diferentes. Creio que podemos ter unidade no melhor dos sentidos sem união orgânica das igrejas protestantes.

Há algum tempo, fiz uma visita ao patriarca ecumênico de Istambul. O tópico de conversa, após o almôço, foi o ofício domingueiro, assaz longo quando visto segundo nossos padrões. O patriarca fêz sentir que se impunha necessária revisão do ofício, mas isso reclamaria ação por parte do concílio ecumênico. Pergunteilhe quando se reunira êle pela última vez e respondeu que o foi no século oitavo. Indaguei-lhe por que não se convocava outro; replicou êle que ainda não estavam bem prontos. Pensei então em minha igreja, que tem uma Conferência Geral de quatro em quatro anos e trata de tudo, inclusive de questões rituais. Talvez que nos excedamos, entretanto, eu não desejaria fazer parte de uma instituição eclesiástica em que se haja de debater e, então, acomodar em questão dêsse jaez. Poderíamos decidir que nos reuníssemos de século em século — o que não satisfaria nem aos Ortodoxos Orientais, nem aos Metodistas.

Essa é uma ilustração extrema; contudo, ressalta o fato de que nem todos os nossos caminhos são os mesmos. E a Igreja Cristã é mais forte quando avançamos todos em direção à meta comum sem delimitações e sem pêias. Parece lei na vida que para tôda vantagem usufruída adequado preço se tem de pagar. Que tenhamos nós de pagar algo pela liberdade e pelo individualismo de nosso espírito protestante não tenho dúvida nenhuma. Mas, a idéia de que a eliminação de nossas estruturas denominacionais seria apenas lucro e nenhuma perda é pura tolice. Do ponto em que me acho, estou que nossa presente liberdade e confusão é plena de estímulo e fascinação. E é assim que eu gosto.

★

Seção de Haliêutica

O ELEMENTO AGÁPE NA COMUNICAÇÃO

CARL JOSEPH HAHN, SENIOR

MUITAS das mais comuns experiências da vida têm elementos profundos e dimensões que são raramente ou nunca reconhecidas, medidas e avaliadas. São admitidas como verdadeiras, até que alguma tragédia abale o homem em sua complacência. Isto tem sido verdade especialmente na história da comunicação. Com raras exceções através dos séculos, a comunicação humana tem sido aceita como um fato garantido. Aonde quer que haja sêres humanos tem existido alguma espécie e grau de comunicação. Esta é a marca essencial da existência do homem.

Entretanto, pelo menos na civilização ocidental, estamos conscientes das barreiras invisíveis e dos obstáculos à comunicação de um sêr humano com o outro. Em meio a esta era altamente técnica, e dos inúmeros elementos de comunicação: rádio, imprensa, televisão, meios de transportes, etc., somos confrontados pelo impressionante fato de que muitas vêzes há pouca, ou mesmo nenhuma «comunicação genuína». Tal fato tem conduzido êste século com suas pesquisas, a um esfôrço sem paralelo, para a descoberta dos fatôres e elementos envolvidos neste fenômeno humano.

No mundo religioso tem aparecido uma larga literatura tratando dêste fenômeno da «quebra de comunicação» entre a mensagem cristã e a geração atual. Mas êste não é um fenômeno limitado ao mundo religioso. Pertence também ao mundo em geral. F. W. Dillistone, Deão de Liverpool tem gràficamente e de-

finidamente demonstrado, que êste é o maior e mais trágico problema das Nações Unidas. As nações não estão realmente se fazendo entender umas às outras. Escreve êle:

«Na sede das Nações Unidas por exemplo, todos os meios modernos estão sendo introduzidos para habilitar os delegados a ouvirem-se mùtuamente, isto em suas próprias línguas. Um discurso feito em Russo pode ser ouvido quase simultâneamente em Inglês ou Francês. **Mas isto estabelece automàticamente comunicação no sentido genuíno do orador para com os seus ouvintes? Infelizmente** não.

O cardeal Griffin tinha muita razão em dizer que a mais perturbadora feição da diplomacia moderna, é o fato de que não temos a mais leve idéia daquilo que muitos líderes querem dizer pelos têrmos que empregam, e a dificuldade em descobrir o sentido real de seus discursos».

O problema de fato não é novo, mas ùltimamente tem-se tornado agudo. Os métodos modernos de transporte, o crescimento explosivo da população, e as possibilidades de uma guerra nuclear, têm sùbitamente criado para a humanidade, a necessidade imprescindível de se entender um ao outro. Com resultados, os especialistas de todos os campos da cultura humana têm entrado em cena com a sua contribuição. Os filósofos estão em número crescente, voltando sua atenção para o problema dos «símbolos» e sua significação; para a relação da significação dos símbolos entre si, e para o funcionamento dos símbolos e dos sistemas de símbolos como meios de comunicação. A ciência da cibernética tem penetrado nos conceitos e processos da codificação, decodificação, redundância, ruídos, e possibilidades de transição e mudança. A Psicologia Gestáltica tem afirmado que os indivíduos não apenas percebem o mundo exterior, mas que cada indivíduo seleciona sòmente uma pequena parte das muitas impressões impingidas sôbre êle, e que mais tarde organiza e interpreta estas sensações de acôrdo com um padrão exclusivo daquela pessoa. Os antropólogos têm-se tornado cada vez mais absorvidos pelos problemas dos símbolos e sua relação com o procedimento humano. O existencialismo tem dado uma vital contribuição ao assunto, em sua insistência sôbre a importância do «diálogo» tanto na compreensão como na comunicação. A semântica está se tornando não só uma palavra familiar, como uma ciência de crescente complexidade.

Eugene Nida em seu livro **Mensagem e Missão,** tem indicado alguns resultados dêste intenso estudo. Por exemplo:

(1) Nunca duas pessoas significam exatamente a mesma coisa pela mesma palavra.

(2) Nunca duas palavras em duas línguas quaisquer, têm o mesmo sentido.

(3) Nunca duas palavras em qualquer língua, têm exatamente a mesma significação.

Além disto, demonstra êle, que os conceitos gerais variam com o padrão cultural do povo ou comunidade. Por exemplo, a descrição escriturística do publicano penitente que «bate no peito», em outra cultura significaria, (tratando-se do mesmo ato) uma expressão de orgulho e elogio.

O propósito dêste artigo, não é desmerecer qualquer contribuição a êste problema por parte de quem quer que seja. O missionário, o pastor, o mestre cristão, são sempre gratos pelo auxílio científico que possa ajudá-los, e o recebem com alegria e usam todos os meios à sua disposição. Entretanto, nosso propósito é indicar e acentuar a suprema importância de um elemento muitas vêzes esquecido na propagação da mensagem cristã. É o elemento AGÁPE, empregado por Paulo. (Agápe significa amor divino).

O grande apóstolo, o mais bem sucedido fundador de Igrejas, o maior de todos os missionários, aponta com tôda clareza a necessidade de AGÁPE (amor) na proclamação da mensagem cristã.

«Ainda que eu fale as línguas dos homens e dos anjos, se não tiver amor (agápe), serei como o bronze que soa, ou como o címbalo que retine. Ainda que eu tenha o dom de profetizar e conheça todos os mistérios e tôda a ciência; ainda que eu tenha tamanha fé a ponto de transportar montes, se não tiver amor, nada serei.

E ainda que eu distribua todos os meus bens entre os pobres, e ainda que entregue o meu próprio corpo para ser queimado, se não tiver amor, nada disso me aproveitará».

Neste texto, o maior dos missionários mostra enfáticamente, que a mais perfeita escôlha de palavras, pronunciadas da mais bela maneira possível, não comunicará esta mensagem evangélica, a menos que seja expressa em amor (agápe). Grandes demonstrações de fé e atos de caridade, até mesmo o transportar de montanhas ou a entrega do corpo para ser queimado, não transmitirão a mensagem evangélica de maneira que ela consiga uma resposta de fé e uma rendição total a Jesus Cristo, a menos que esteja ela saturada do elemento agápe.

Êste não é um elemento essencial sòmente ao evangelismo, mas é provàvelmente a chave para uma comunicação em qualquer nível. O escritor do livro de Gênesis revelou na história de Babel, que reconhecia o fato de que o pecado e rebelião do homem haviam causado e ainda causam, a quebra nas relações hu-

manas. F. W. Dillistone, já citado neste artigo, escreve também a respeito dêste fato, referindo-se à comunicação nos negócios comuns:

«Até mesmo no reino do comércio, onde há recursos ilimitados para o desempenho da mais fina arte de negociar, e onde é empregada a mais desenvolvida técnica, existe **um crescente interêsse para a solução da aparente falha no estabelecimento de uma conexão mais exata entre as mentes dos compradores potenciais.** Quando a Revista Fortune fêz um inquérito sôbre a situação, não encontrou quase nenhuma reclamação a respeito dos meios técnicos de comunicação para com as massas. Mas foi ainda compelida a repetir a pergunta: «por que fulano não está compreendendo sicrano». A principal conclusão foi a seguinte: sòmente em confiança pode haver genuína comunicação. A conclusão é sugestiva, mas o problema ainda permanece com respeito a «como tal confiança pode ser criada; **como a qualidade intangível que chamamos confiança pode ser fortalecida** e **aumentada».**

O que se está tornando claro no mundo dos negócios, é a necessidade desta intangível qualidade de confiança por parte do ouvinte. O mundo dos negócios tem-se tornado cônscio do fato de que, o mero bombardeamento mecânico de propaganda não é bastante, e além disso é muitas vêzes fonte de barreiras impenetráveis. A questão que se levanta é COMO COMUNICAR DE TAL MANEIRA QUE UMA VERDADEIRA CONFIANÇA SURJA NO CORAÇÃO DO RECEPTOR.

Esta era a grande preocupação do apóstolo Paulo, porque uma efetiva comunicação do Evangelho, não sòmente exige que o ouvinte, o receptor da mensagem, ouça e entenda, mas também que se crie uma tal confiança, que o ouvinte deseje fazer uma entrega de cem por cento do seu sêr à mensagem. O apóstolo afirma categòricamente que esta espécie de comunicação, requer do missionário que sua motivação e procedimento sejam no espírito agápe (amor divino) .

Tal afirmação exige alguma definição e esclarecimento sôbre a palavra «agápe». Os escritores do Novo Testamento enfrentavam o problema da comunicação do amor de Deus que é manifesto em Jesus Cristo, e que é derramado no coração dos crentes através do Ministério do Espírito Santo. Escolheram uma das três palavras gregas que fôsse mais apropriada, e, depois deram-lhe um sentido escriturístico. No grego há três palavras para amor: «éros», «filia» e «agápe». «Éros» é o amor de alguém pelo outro devido às suas qualidades atraentes (reais ou aparentes). Procura possuir o outro, tê-lo, mantê-lo por causa de sua desejabilidade. «Filia» é o amor pelo outro por causa de uma terceira pessoa, objeto,

causa ou interêsse a que os dois estejam mùtuamente devotados. «AGÁPE» é o amor do outro, não por causa da atração ou de algum interêsse mútuo, mas por causa da necessidade de amor da parte do outro. Agápe é um interêsse pelo bem do outro, quando nenhum benefício é acrescido a êste, e nenhuma resposta é esperada. Agápe é a palavra escolhida pelos escritores inspirados, e ainda mais, definida e explicada pelo apóstolo:

«O Agápe é paciente, é benígno, o agápe não arde em ciúmes, não se ufana, não se ensoberbece, não se conduz inconvenientemente, não procura os seus interêsses, não se exaspera, não se ressente do mal; não se alegra com a injustiça, mas regozija-se com a verdade; tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta» (I Cor. 13:4-7).

Êste amor sem egoísmo, que procura sòmente o bem estar e o interêsse do outro, diz Paulo, deve dominar o ministério cristão tanto no seu falar como nos atos de caridade, pois do contrário não criará e gerará confiança, mas impedirá a necessária resposta no coração receptor.

Tem-se dito que a comunicação pode ser dividida em mais ou menos quatro níveis:

— (1) Se a mensagem é fàcilmente verificável, e não provoca uma modificação no meu sistema de valores, pouco ou nenhuma identificação do pregador com a mensagem ou com o ouvinte é requerida.

(2) Se a mensagem afeta minhas ações, mas não afeta meu sistema de valores, neste caso o pregador ou a fonte da mensagem deve identificar-se com a mensagem.

(3) Se a mensagem também afeta meu sistema de valores, então o pregador deve identificar-se com a mensagem e com o ouvinte. Tem êle de reconhecer e entender o ouvinte.

(4) Se o pregador deseja mudar radicalmente o meu sistema de valores, precisa identificar-se com a mensagem e com o ouvinte de tal maneira que o ouvinte também possa identificar-se com o pregador. Isto exige que o sentido de valores seja mùtuamente aceito.

Êste ponto é tão importante que deve ser ilustrado: Por exemplo: se um homem anunciar que hoje faz calor, é um fato evidente por si mesmo e fàcilmente verificável. Não tem o proclamador de identificar-se a si mesmo, nem com a mensagem nem com os ouvintes. Mas se entrasse numa sala e anunciasse que o prédio estava pegando fogo e em perigo de ruir a qualquer momento, se quisesse uma resposta de ação por parte dos ouvintes, deveria identificar-se a si mesmo com a mensagem. Deveria tam-

bém fugir e fazer planos de reação contra o fogo. Esta mensagem porém não exige uma mudança de valores, mas de ação sòmente.

Mas se um homem estiver pregando o Evangelho de Cristo, estará proclamando uma mensagem que exige do ouvinte não sòmente ações, mas uma renúncia de valores antigos e aceitação de um novo sistema de valores, isto é, os valores do reino dos céus. Para dar-se o arrependimento e entrega total a Cristo, o ouvinte precisa estar convencido de que o mensageiro compreende e simpatiza-se com a sua condição. Isto exigiu a encarnação de Nosso Salvador, e exige também que os seus mensageiros identifiquem-se a si mesmos com os seus ouvintes.

Paulo entendeu isto claramente quando disse:

«Porque sendo livre para todos, fiz-me servo de todos para ganhar ainda mais. E fiz-me judeu para com os judeus, para ganhar os judeus; para os que estão debaixo da lei, para ganhar os que vivem debaixo da lei. Fiz-me fraco para com os fracos, para ganhar os fracos. Fiz-me tudo para todos, para por todos os meios chegar a salvar a alguns. E eu faço isto por causa do Evangelho, para ser também participante dêle». (I Cor. 9:19-23)

A mensagem do Evangelho é comunicada neste nível mais profundo. Exige arrependimento e uma entrega total a um novo Senhor e a um novo reino — uma nova ordem de valores. A preparação para esta tarefa é o AGÁPE derramado no coração pelo Espírito Santo. Sem isto, os maiores atos de caridade, a mais clara compreensão da verdade, ou mesmo o falar línguas de anjos pouco valerão. Sòmente o AGÁPE divino no coração do mensageiro, o habilitará a expor o seu coração ao ouvinte de tal maneira, que mútua identificação e mútua implantação de valores poderão atingir o alvo, o centro de confiança, conversão e entrega. Sem isto a pregação do Evangelho será na maioria das vêzes mecânica, estéril e infrutífera. Contudo uma comunicação neste nível resultará em que o receptor ou ouvinte tornar-se-á tão profundamente identificado com o pregador e a mensagem, que por sua vez se transformará numa fonte de futuras comunicações da mensagem. Êste nível envolve uma transmissão «a homens fiéis e também idôneos para instruir a outros». (II Tim. 2:2)

Gabriel Marcel, de França, escreveu extensivamente sôbre comunicação nos níveis mais profundos e existenciais. Durante a 1.a Grande Guerra, por motivo de saúde, não foi aceito para o serviço militar. Convidado no entanto por Xavier Leon em agôsto de 1914, a ocupar o seu lugar no Serviço de Informações, organizado pela Cruz Vermelha, tinha por função obter notícias dos feridos hospitalizados nas ambulâncias da «Union des Femmes de

France» e entrar em contacto com as famílias. Tal trabalho conduziu-o a uma segunda fase de serviço. Imediatamente viu-se cercado por uma avalanche de indagações a respeito de pessoas sôbre as quais nada ouvira antes. Quando procurou informar-se através das fichas de pessoas desaparecidas, ficou impressionado pela maneira impessoal, fria e vaga como estas informações eram dadas. NÃO HAVIA UMA COMUNICAÇÃO REAL. Ao procurar aprofundar-se em descobrir a causa desta imperfeição, chegou à conclusão de que a comunicação para ser eficiente, nunca deve tratar uma pessoa como objeto ou coisa. Penetrando mais profundamente nas implicações de tal afirmação, chegou à conclusão de que isto exige um genuíno senso de «presença» e «disponibilidade» por parte do comunicante. Os dois entram em correspondência. Um oficial estava no gabinete distribuindo as cartas de informações, auxílio material e instruções, mas a verdadeira presença» não era distribuída. Desta sorte não se havia realizado nenhuma comunicação verdadeiramente humana. Esta espécie de presença importa em que um indivíduo se coloque à disposição do outro. Isto envolve «a totalidade do sêr humano». Até que isto seja feito, diz Marcel, estamos tratando o outro como um «objeto». E comunicação entre a pessoa e o objeto, está aquém da verdadeira comunicação humana. Marcel escreve:

«A noção de disponibilidade não é menos importante para o nosso caso do que a presença com a qual ela está indissolùvelmente ligada. É inegável o fato, apesar de ser difícil darmos a êle uma definição inteligível, de que há pessoas que se revelam como «presentes» — isto é, à nossa disposição, quando estamos enfêrmos ou necessitados de confiar em alguém, enquanto que outras pessoas não nos dão esta impressão, ainda que tenham a melhor boa vontade.

Deve-se notar também, que a distinção entre a presença e a ausência, não é a mesma coisa que chamamos atenção e distração. O mais atento e mais consciencioso ouvinte pode dar-me a impressão de não estar presente. NÃO ME DÁ NADA. NÃO PODE ABRIR CAMINHO PARA MIM EM SI MESMO, quaisquer que sejam os favores materiais que esteja disposto a me conceder. A verdade é que **existe uma maneira de ouvir e uma maneira de dar**, e outro modo de ouvir que é uma maneira de recusar, de **recusar a si mesmo**. A DÁDIVA MATERIAL, NÃO DOCUMENTA NECESSÀRIAMENTE A PRESENÇA. Não devemos falar de prova nesta conexão; a palavra estaria fora do lugar. PRESENÇA É ALGUMA COISA QUE SE REVELA IMEDIATAMENTE E INCONTESTÀVELMENTE NUM OLHAR, NUM SORRISO, NUMA ENTONAÇÃO OU NUM APÊRTO DE MÃO.

Isto se tornaria mais claro se eu dissesse que a pessoa que está à minha disposição é aquela que é capaz de estar comigo com a totalidade de si mesma quando eu me acho em necessidade; enquanto que aquela que não está à minha disposição, parece oferecer-me meramente um empréstimo temporário de uma parte de seus recursos. Para um sou uma «presença», para outro sou um «objeto». Presença envolve a recìprocidade que é excluída de qualquer relação do «sujeito» com o «objeto», ou do «sujeito» com o «sujeito-objeto». Uma análise concreta da indisponibilidade não é menos necessária para o nosso propósito, do que o da traição, negação ou desespêro. Em outras palavras, a comunicação humana nunca poderá atingir o seu verdadeiro alvo, se o receptor foi tratado como um objeto e não como uma pessoa. Deve haver uma recíprocidade tal, em que nem um nem o outro se considerem a si mesmos como objetos. Nesta recíprocidade é excluída tôda relação de sujeito para com o objeto, ou de sujeito para sujeito-objeto. Envolve o fazermos de nós mesmos, criaturas disponíveis para o outro. Isto, diz Marcel, é essencial para o estabelecimento de uma relação espiritual sem a qual não existirá uma profunda ou verdadeira comunicação humana.

Examinando mais cuidadosamente o que Marcel, Dillistone, Buber, Nida e outros especialistas neste assunto estão dizendo, torna-se evidente que o que êles procuram como ingrediente básico para uma verdadeira comunicação humana, é aquilo que o apóstolo define como AGÁPE ou Amor divino. É o amor que se interessa pelo outro, porque há oportunidade e necessidade de amar e servir. É o amor «que não procura o seu próprio interêsse» e sem o qual o apóstolo afirma que tôdas as palavras eloqüentes e tôda análise científica, são apenas «o metal que sôa e o sino que retine»; isto é, ruído, vibração, som harmonioso ou sem harmonia, mas em que não há nada de «diálogo», de alma para alma.

É o Agápe que habilita o missionário, o pastor, a elevarem-se acima do reino onde meditam e se preocupam com «problemas» e «casos», mas que antes de tudo pensam em pessoas com as quais entrarão em entendimento, e partilharão com elas das boas novas do Evangelho, e que conseqüentemente tais pessoas estabelecerão entre si uma profunda comunhão cristã, e assim, transformar-se-ão em um novo instrumento de comunicação para os outros.

Dr. Nida cita diversos elementos básicos para uma efetiva identificação, para conseguir-se comunicação nos níveis mais profundos, isto é, os níveis que inspirarão confiança e abrirão caminho para a conversão e entrega a Jesus Cristo e seu Reino. Afirma êle:

1. O mensageiro deve reconhecer antes de tudo, que está identificando-se com pessoas específicas, e não com uma generalização ou tipo.

2. Deve chegar a conhecer os outros.

3. Deve participar da vida dos outros, não como um benfeitor mas como um colaborador.

4. Deve estar disposto a tornar-se conhecido dos outros, e não sòmente revelar suas boas qualidades, mas também suas faltas e fraquezas.

5. Deve possuir um genuíno amor pelas pessoas. Não sòmente um amor sentimental e romântico em relação a certo grupo de pessoas em geral, mas uma profunda apreciação (consideração) pelos indivíduos em particular.

Exigências tais como estas, respiram a atmosfera e participam da natureza do AGÁPE revelado em João 3:16 e I Cor. 13. Torna o missionário e pastor, pessoas gratas aos recursos sobrenaturais prometidos em Romanos 5:5 «porque o amor (agápe) de Deus é derramado em nossos corações pelo Espírito Santo que nos foi outorgado».

★

"UM modo puramente emocional de considerar a religião é preferível ao formalismo religioso, que é meramente estético e bem organizado, mas carece de fôrça dinâmica. Uma das sérias perplexidades na Igreja em nossos dias é que se tornou coisa legítima ser-se emotivo em tudo, menos em religião. Precisa-se de algo que convoque o entusiasmo integral do indivíduo. A partir do momento em que a Igreja se torna institucional e despersonalizada, ela se transformou num monumento em memória de Deus e não no instrumento de Seu amoroso poder». — Dr. John A. Mackay, num discurso diante da Assembléia Geral de 1960, da Igreja Presbiteriana de Cumberland, e citado em Christianity Today.

FALA DE DRAGÃO

JOSÉ BORGES DOS SANTOS JR.

O SEGUNDO monstro que apareceu na visão do Apocalípse tinha chifres de cordeiro, mas falava como dragão. Que dragão?

Diz o Apocalipse: «O grande dragão, a antiga serpente chamada o Diabo, e Satanás, que engana todo o mundo».

E como é que o dragão fala?

As primeiras palavras do diabo registradas na Bíblia mostram um suposto interêsse pela liberdade do homem. O dragão falou como se Deus tivesse colocado o homem no meio de coisas desejáveis e lhe proibisse participar delas.

No profeta do Apocalipse está escrito: «Já o acusador dos nossos irmãos é derribado, o qual diante do nosso Deus os acusava de dia e de noite». Segundo lemos em João 8:44, o Senhor Jesus disse aos seus opositores: «Vós quereis satisfazer os desejos de vosso pai. Êle foi homicida desde o princípio, e não se firmou na verdade, porque é pai da mentira».

Em resumo podemos dizer o seguinte: o dragão, quando fala, alega sempre causas justas, procura acusar alguém e mente a fim de alcançar o seu objetivo principal que é destruir o homem.

Foi por isso que Jesus disse aos seus opositores: «Vós quereis satisfazer aos desejos de vosso pai». Porque a história está cheia de exemplos de indivíduos, movimentos e instituições que falam exatamente como o dargão e, consciente ou inconscientemente, estão procurando satisfazer os desejos dêle.

À luz dessas palavras, vamos examinar o famigerado plano de Diretrizes e Bases da Educação — dragão com chifre de cordeiro.

Um dos aspectos mais freqüentemente focalizados na discussão do assunto é a liberdade de ensino. Pois bem, essa liberdade já está plenamente garantida pela Constituição, independentemente de qualquer plano de Diretrizes e Bases da Educação. (Art. 167).

Aí estão os fatos para comprovar. Uma vez observadas as leis em vigor, não só indivíduos para isso habilitados, mas as instituições religiosas puderam abrir escolas à vontade. Não houve

nenhum cerceamento à liberdade garantida pela Constituição. Pelo contrário, a escola particular foi sempre bem acolhida e prestigiada pelo meio social e pelo Govêrno que, aliás, as tem subvencionado freqüentemente. Prova-o também a existência de numerosas escolas confessionais por tôda a parte.

Mas os fatos estão aí para mostrar que essa frase «liberdade de ensino», muitas vêzes, é fala de dragão, porque aquêles que, hoje, procurando defender o projeto de Diretrizes e Bases da Educação invocam a liberdade de ensino, são os mesmos que, no passado, atacavam e procuravam impedir que florescessem os colégios protestantes no Brasil, entendendo que sòmente os colégios da sua seita tinham o direito de existir. Êsse grupo entende que liberdade é o direito de sòmente êles manterem escolas.

Pode-se perceber a existência dêsse conceito, examinando o projeto de Diretrizes e Bases de Educação, a partir do artigo 2, no seu parágrafo único, onde se lê: «À família cabe escolher, com prioridade, o gênero de educação que deve dar a seus filhos».

Como observou magistralmente o Prof. Roque Spencer Maciel de Barros, o objetivo dêsse artigo é sobrepor a família ao Estado, para depois sobrepor a Igreja à família e, assim, transferir para a Igreja aquilo que, de direito, é da competência do Estado.

Além disso, como também observou o mesmo professor, o artigo em discussão coloca a família e o Estado como se fôssem entidades antagônicas, o que não é fato num país de boa formação democrática, como se pode verificar aqui no Brasil.

Transparece, pois, no artigo, a tática de colocar, em nome da liberdade de ensino, um dos sectores da vida nacional sob a tutela exclusiva da Igreja Católica Romana. Aliás, isso não é novidade nenhuma, porque é o que se pode ver do simples exame de repetidos pronunciamentos dessa Igreja como, por exemplo, a encíclica Divini Illius Magistri.

Mas o artigo 2.o, em seu parágrafo único, exige outras observações.

Até onde vai e que é que significa o direito mencionado do artigo 26 da Declaração dos Direitos do Homem, direito dos pais escolherem com prioridade o gênero de educação a dar aos seus filhos?

A família no Brasil, em milhares de casos, é família de pais analfabetos. Tem a família, nesse caso, capacidade para exercer êsse direito sem lesar o patrimônio humano intelectual da sociedade ou sem invadir a esfera da liberdade dos próprios filhos?

Ainda mais, o têrmo «gênero de educação» não se aplica a tudo quanto é objetivo do projeto. Tratando-se de religião e ética,

a prioridade compete à família porque há, de fato, gêneros. Tratando-se, porém, de alfabetização, aritmética, geografia, ciências, quantos gêneros há? Haverá mais de um?

Tratando-se de orientação profissional, poderemos nós afirmar que à família pertence, com prioridade, o direito de decidir o gênero de educação a dar a seus filhos, quando já sabemos que a melhor educação profissional é aquela que corresponde aos testes profissionais e vocacionais? E o talento que Deus dá ao indivíduo é propriedade da família?

A mim me parece que, exceção feita à religião e à ética, num regimem democrático o que compete à família é dever, dever de dar aos filhos a melhor educação possível, dever de usar todos os recursos ao seu alcance, inclusive aquêles que podem esclarecê-la quanto à orientação profissional mais conveniente. Ainda mais, dever de exigir que o Govêrno crie escolas e, mediante seleção criteriosa e honesta, ofereça recursos a quem, pelo talento natural, possa receber a educação superior a que tem direito, como cidadão, num regimem democrático.

Se a prioridade a que se refere o artigo trata da faculdade de escolher entre escola pública e escola particular, não temos nada que opor, desde que as pessoas que preferem a escola particular estejam dispostas a pagar a educação de seu filho em escola dêsse gênero e não venham falar em liberdade de ensino, a querer exigir que o Govêrno sustente escolas particulares em vez de estabelecer e sustentar escola pública para todos como é, incontestàvelmente, de sua obrigação.

O Apocalipse se refere a dois monstros. O primeiro dêles é uma entidade que aplica a violência e tanto pode significar o Estado que se sobrepõe à religião, como à religião que se sobrepõe ao Estado e usa o poder do Estado para se impor, obrigatòriamente, pela violência.

Vejamos um exemplo.

Hildebrando, no seu esquema do poder papal, usou duas figuras para ilustrar o poder da Igreja sôbre o Estado. A primeira figura foi a lua e o sol, chamados no Gênesis o luminar maior e luminar menor. O luminar maior representa o poder pontifical, o poder da Igreja, e o luminar menor o poder do Estado.

A outra figura foram as duas espadas exibidas por Pedro. Quando Pedro exibiu duas espadas ao seu Mestre, Êsse lhe disse «basta», querendo dizer com isso que só há necessidade de dois poderes: o poder da Igreja e o poder civil, e o civil sujeito ao eclesiástico, isto é, ao poder papal.

A história está cheia de exemplos dessa detestável superposição da Igreja ao Estado. Sim, superposição detestável porque

resulta sempre na obtenção de monopólios e favores injustos e na violação da consciência e dos direitos daqueles que não pertencem à Igreja e não estão de acôrdo com ela.

Mesmo em países de espírito liberal como o Brasil podemos observar essa superposição da Igreja ao Estado. Aí estão numerosos casos de favores concedidos à Igreja Romana, por homens de Govêrno, contra a letra expressa da Constituição. Aí está, por exemplo, o processo pelo qual muitos congressistas votam leis, como, aliás, deputados e senadores votaram o famigerado plano de Diretrizes e Bases da Educação sob influência da Igreja e com visível desprêzo iníquo dos direitos da criança e do cidadão.

Mas êsse é o primeiro monstro que, aliás, vai perdendo, progressivamente, em muitos lugares, o seu prestígio. No Brasil, por exemplo, não sòmente os acatólicos, mas numerosíssimos católicos romanos, honra lhes seja feita, imbuídos de espírito democrático e cristão, reagem para que seja dado a César o que é de César, e a Deus o que é de Deus.

Valha-nos um exemplo do exterior: a atitude democrática, consistente, honesta e cristã do Presidente Kennedy, católico romano, contra quem está reagindo, enèrgicamente, a hierarquia católico-romana, porque êle se recusa, de acôrdo com a Constituição do seu país, a permitir que sejam aplicadas, em escolas particulares e confessionais, as verbas do Govêrno destinadas à educação.

Como conseqüência dêsse declínio de poder do primeiro monstro, surge, então, o segundo: o que tem chifre de cordeiro e fala como dragão, isto é, alega causas justas, acusa e mente. Não podendo mais sobrepor-se ao Estado, alega a prioridade dos direitos da família, invoca a liberdade de ensino, mas, ao mesmo tempo, sobrepõe-se à família para continuar a conservar em suas mãos, nessa forma odiável de predomínio, o domínio dos homens.

Entre as razões alegadas para combater a escola pública e favorecer a escola particular com vistas a êsse monopólio que estamos denunciando, tem-se dito que a escola pública é leiga, antireligiosa. Evidentemente é fala de dragão, Vamos repetir: o dragão fala alegando uma causa justa, acusando e mentindo para alcançar um determinado fim.

Qual é a causa justa alegada nesse caso?

A necessidade de impedir que a escola sirva de instrumento para destruir o espírito religioso dos educandos. A boa causa alegada é a religião.

Quem é que está sendo acusado nessa alegação?

A escola pública.

Qual é a mentira do dragão?

Dizer que a escola, sendo leiga, é antireligiosa.

Evidentemente é falsa a acusação. Leigo não é sinónimo de antireligioso. Tanto assim, que nas ordens e organizações religiosas há os chamados irmãos leigos. Isso não quer dizer que êles sejam anti-religiosos. A escola pública é leiga porque é neutra, isto é, não pode servir de instrumento para ensinar e impor um credo em detrimento de outros credos. Uma escola que se prestasse a ensinar materialismo já não seria uma escola realmente leiga, nem democrática, porque seria uma escola a serviço de uma atitude antireligiosa, isto é, de combate religioso. A escola pública é a grande conquista democrática — escola regida e mantida pelo Govêrno que representa por igual todos os cidadãos do país, seja qual fôr o seu credo ou falta de credo. Não é antireligiosa.

Dizer que escola leiga é antireligiosa não passa de fala de dragão. Num país onde a maioria fôr cristã e onde, portanto, nas escolares a maioria dos professôres fôr composta de cristãos, embora a escola seja leiga, ela não pode ser antireligiosa. A escola seria antireligiosa se os professôres fôssem antireligiosos, se ensinassem materialismo, agnosticismo ou ateísmo. No Brasil, por exemplo, país em que a maioria dos professôres são religiosos porque são católicos romanos, ou protestantes, ou espíritas, ou ortodoxos, ou israelitas, como poderá ser antireligiosa a escola pública, embora leiga? Aliás, para que a escola seja religiosa o essencial não é que rezem e ensinem catecismo na escola, e sim que os professôres mostrem a sua fé pela retidão da sua conduta, pelo seu respeito ao educando, pelo cumprimento pontual dos seus deveres, pela intransigência em falar a verdade, pela obediência às leis do país, pela pontualidade no cumprimento dos deveres. Ou vivem a religião, ou será melhor não falar em religião, porque a maior semeadura de incredulidade são as escolas confessionais em que os professôres não vivem de acôrdo com a religião que ensinam: criança e moço têm mêdo de fala de dragão e acabam fugindo mesmo.

Em vez de falar em prioridade dos direitos da família, direito do Estado, direito da Igreja, deveríamos falar em prioridade dos direitos do educando. Porque, afinal de contas, nem a família é um fim em si, nem o Estado nem a Igreja. Assim como Jesus disse — «O homem não foi feito para o sábado, mas o sábado para o homem», podemos também dizer que o homem não foi feito para a família, para o Estado ou para a Igreja, e sim a família, a Igreja e o Estado para o homem, porque o homem foi feito para Deus.

Qualquer conceito de liberdade que favoreça a esta ou àquela instituição em detrimento da liberdade que põe a finalidade do

homem em Deus, deve ser repelido com tôda a energia porque é fala de dragão que alega a liberdade para destruir no homem aquilo que lhe é essencial.

Quando o dragão fala em liberdade é impossível fazer obra de verdadeira educação. Sem liberdade é possível transmitir conhecimentos, instruir e amoldar o indivíduo a uma passividade subserviente de autômato. Educar é que não é possível. Tanto assim, que Deus, ao criar o homem, não hesitou em correr o risco da liberdade.

A liberdade de ensino, pois, num país genuìnamente democrático, só pode mesmo ser aquela que existe na Constituição e que está garantida nestes têrmos: «O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem». Art. 167.

Diante dêsse artigo da Constituição, não tem razão de ser nem o artigo 6.o, nem o 7.o do projeto de Diretrizes e Bases da Educação. O artigo 6.o diz que é vedado ao Estado exercer ou, de qualquer modo, favorecer o monopólio do ensino, assegurado o direito paterno de prover, com prioridade absoluta, a educação dos filhos, e dos particulares de comunicarem a outros os seus conhecimentos.

Cabem aqui duas observações: se algum dia houve pretensão a monopólio do ensino, isso não aconteceu sob os auspícios da atual Constituição. Aconteceu, sim, naqueles tempos em que a Igreja Romana era a religião oficial e quando o professor, para exercer o magistério em escola do Govêrno, tinha de ser católico romano. E, nesse caso, não era monopólio do Estado, mas o pior, o mais detestável e nocivo de todos os monopólios — o confessional.

Além disso, o texto do projeto é fraco ao dizer que é vedado ao Estado, de qualquer modo, favorecer o monopólio do ensino. O que se deve dizer é outra coisa: o Estado não deve permitir, de forma nenhuma, êsse monopólio.

O artigo 7.o diz o seguinte:

«O Estado outorgará igualdade de condições às escolas oficiais e particulares:

a) Pela representação adequada das instituições educacionais nos órgãos de direção do ensino;

b) Pela distribuição proporcional das verbas conseguidas para a educação entre as escolas oficiais e as particulares».

Eis aí a desejada liberdade de ensino das falas do dragão: nada mais do que a transferência de prerrogativas do Estado para instituições particulares com vistas, incontestàvelmente, a de-

terminada instituição cuja filosofia de liberdade foi expressa por Luiz Veuillot, nos seguintes têrmos: «Quando estais no poder exigimos de vós a liberdade, porque é princípio vosso; quando estamos no poder negamos a liberdade, porque não é princípio nosso» — fala de dragão.

Merece menção o princípio invocado para estabelecer a prioridade da Igreja sôbre a família e sôbre o Estado como expressão da liberdade de ensino. A encíclica Divini Illius Magistri de 31 de dezembro de 1929 diz: «No que se refere à extensão da missão educativa da Igreja, estende-se a todos os povos, sem qualquer limite, de acôrdo com o mandato de Cristo: «Ensinai tôdas as gentes»; e não há poder terreno que possa, legìtimamente, disputar ou impedir o seu direito. Primeiro estende-se a todos os fiéis... e... também aos não fiéis».

É assim que a Igreja Romana condena o monopólio do ensino e, contraditòriamente, aceita êsse mesmo monopólio. Condena o monopólio estatal, mas defende o confessional, desde que lhe esteja nas mãos. A verdade é que a Igreja Romana abusa das palavras que Cristo disse, porque o que o Senhor Jesus Cristo mandou, segundo se lê no original, foi o seguinte: «Ide fazer discípulos de tôdas as nações, batizando-as em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, ensinando-as a guardar tôdas as coisas que eu vos tenho mandado». Preceito e missão de caráter exclusivamente religioso, sem a menor relação com o ensino de ciências ou letras ou filosofia. Só mesmo por um processo grosseiro de exegese e, ainda mais, por uma completa falta de respeito ao texto sagrado poderia alguém entender que o Senhor Jesus estivesse entregado a quem quer que fôsse o monopólio do ensino como pretende a Divini Illius Magistri.

É simplesmente escandaloso que haja cristãos que, em vez de ensinar o Evangelho, aleguem aquelas palavras de Cristo para concluir que só a êles compete, com exclusividade, dirigir a obra de educação.

Mas, nem mesmo se tratando de transmitir o ensino de Cristo, ficou êsse direito reservado como concessão exclusiva a esta ou àquela organização. Porque a verdade não tem dono e não pode ser encarcerada dentro de nenhum monopólio. A verdade é de Deus, a verdade é como a luz que se espande em tôdas as direções na sua energia criadora da liberdade.

Nunca devemos permitir que se estabeleça uma luta entre a escola pública e a particular, principalmente num país em que tanto se deve à iniciativa e ao esfôrço particular em matéria de educação. Mas é preciso impedir, a todo o transe, que, a pretexto de defender a escola particular à qual tanto devemos, se consu-

mem as manobras destinadas a sobrepor ao Estado e à família instituições confessionais. Haja vista o que tem ocorrido na América do Norte. Paul Blanshard, no seu livro «Liberdade Americana e Poderio Católico», diz textualmente o seguinte: «Em virtude da determinação específica do Papa de que os católicos devem boicotar as escolas públicas, sempre que possível, a primeira exigência do programa da hierarquia referente às escolas públicas é que os católicos se conservem afastados dela».

Pergunta-se, por quê é que o mesmo não aconteceu aqui no Brasil? Por uma razão muito simples: no Brasil a Igreja Católica Romana conta com a maioria e, assim, pode exercer direta ou indiretamente o seu predomínio, o que não estava acontecendo nos Estados Unidos. Por isso, naquele país se faziam publicações como a do padre Paul L. Brakely, como o Imprimatur do cardeal Hayes, intitulada «May an American Oppose the Public School?»

Nesse opúsculo há trechos como êste: «Nosso primeiro dever para com a escola pública é não pagar os impostos para a sua manutenção. Pagamos êsse imposto sôbre protesto; não porque admitamos existir uma obrigação justificada. A justiça não pode obrigar-nos a sustentar um sistema que nossa consciência proíbe usar como sistema que consideramos mau em princípio e em suas últimas conseqüências. O primeiro dever de todo o pai católico para com a escola pública é manter seus filhos fora dela».

Êste trecho basta para mostrar o objetivo que está sendo visado pelas manobras da hierarquia romanista em tôda parte, manobras em que adota ora uma, ora outra posição: ensino particular e ensino confessional, isto é, sob direção, comando e influência da Igreja a expensas do dinheiro público.

O bispo Noll não fêz mais do que repetir a opinião do «Our Sunday Visitor», quando declarou: «É fato indiscutível que os sistemas de escolas católicas e não católicas são completamente irreconciliáveis».

Não é só por isso que nós nos devemos colocar, intransigentemente, na defesa da escola pública, reagindo contra qualquer projeto de lei sôbre educação que vise transferir para o sustento de escolas particulares os dinheiros públicos que são indispensáveis para criar e manter escolas públicas para todos os educandos do país. E também porque a escola pública é a grande conquista democrática onde as crianças aprendem a solidariedade humana, o respeito pelo seu semelhante na comunhão fraterna com todos os colegas sem qualquer distinção de classe, credo, côr ou raça. Por fôrça do dever de criar uma consciência cívico-democrática no país nem se deveria permitir a existência de escola particular que não estivesse aberta, dentro das mesmas condições, para

quaisquer educandos, sem discriminação de classe, credo, raça ou côr, porque a existência de escolas particulares com discriminação dá ensêjo à formação de mentalidade antidemocrática.

Não há muito tempo, uma pessoa das minhas relações fêz uma experiência notável em São Paulo, experiência que constitue um aviso. Tomou um menino de côr e com êle percorreu vários colégios particulares na cidade de São Paulo, pedindo matrícula. À vista do menino, diziam logo: «Êste colégio aqui não serve para êle porque é um colégio muito caro». Mas a pessoa interessada no menino dizia logo: «Não fazemos questão de preço. Podemos pagar, ainda que seja muito caro». Então surgia o impedimento real, indigno, anticristão, antidemocrático que olha mais o pigmento do que o valor inapreciável do educando. E ainda se fala em influência religiosa com fator primordial na obra da educação.

O ideal é mesmo a escola pública. Isso não quer dizer que a escola particular não deva existir e não tenha a sua função. Pelo contrário, a escola particular, respeitável e benemérita por aquilo que fêz na obra educativa do país, é também um fator da maior importância na obra atual como expressão da liberdade de ensino indispensável à educação. Mas, seja a escola pública, seja a particular, a escola se não fôr de espírito genuìnamente democrático não merece existir, porque, nesse caso, coloca em segundo plano o homem e dá mais valor a elementos acidentais do que ao educando.

E o ensino de religião?

A essa pergunta só se pode dar resposta honesta com outra pergunta: e as igrejas? Para que é que existem, então, as igrejas?

Tenho por certo que o projeto de Diretrizes e Bases de Educação foi um dos golpes mais audazes contra a democracia. Sinto-me profundamente humilhado, como cidadão, ao verificar que bem pouca gente tomou consciência do perigo e procurou reagir em tempo.

É deveras lamentável que o projeto tenha sido votado de modo a dar mais realce a interêsses das correntes em ação do que ao educando, à criança que, incontestàvelmente, é a matéria prima inapreciável para fazer o país grande, poderoso e próspero. Mas o dragão sabe quando fala e a quem, e não falta quem lhe dê ouvidos.

✶

RESPONSABILIDADES MISSIONÁRIAS DA IPB NO ÂMBITO NACIONAL

FLOYD EUGENE GRADY

O AMADO médico Lucas escreveu nos Atos dos Apóstodos 1:7-8: «Não vos compete conhecer tempos ou épocas que o Pai reservou para sua exclusiva autoridade ;mas rece bereis poder, ao descer sôbre vós o Espírito Santo, e sereis minhas testemunhas tanto em Jerusalém, como em tôda a Judéia e Samaria, e até aos confins da terra». Assim, a Igreja Cristã recebeu suas ordens para penetrar, permear e atrair cada geração, em todos os lugares, a Jesus Cristo. Cada coração, lar, grupo, comunidade e nação precisa ver e ouvir Cristo por meio da fé e obediência dos cristãos e da Igreja. As épocas e tempos pertencem à providência divina mas a fidelidade e obediência pertencem ao povo de Deus em cada tempo e em todo o lugar. Êste povo é o despenseiro da plenitude dos dons, recursos e graça divina para chamar e redimir os escolhidos do Senhor. Existe para êste fim glorioso uma Igreja Presbiteriana centenária no Brasil de 1961 ao lado de outras Igrejas irmãs e outras fôrças históricas que estão sendo usadas para os propósitos de nosso Pai celeste. Nosso assunto aqui não ignora a presença de outras fôrças divinas atuando no Brasil agora, mas chama a atenção primeiramente para os de casa, nossa Jerusalem. Também não ignora as fôrças e necessidades do estrangeiro, mas pretende apenas começar no lugar certo, a base pátria. Muitas responsabilidades missionárias podiam aparecer aqui mas lançamos no prelo agora apenas duas de suma importância para iniciarmos trabalhos efetivos, aplicarmos com eficiência nossos recursos em Cristo, e tomarmos posse das responsabilidades e oportunidades do Brasil de hoje. As observações aqui são oferecidas aos caros irmãos e colegas a título de participação nos estudos, debates e lutas para conduzir a nossa amada Igreja a um programa dinâmico e eficiente que o Brasil carace hoje. As observações humanas são falíveis e a estatística humana pode mentir mas o coração que dirige a mão que assenta estas linhas lançou-se à obra, há quatorze anos, para reunir os recur-

sos cristãos da IPB às necessidades do vasto Brasil sem Cristo. Aqui portanto lanço um apêlo sincero ao coração e mente do irmão para conhecer duas responsabilidades missionárias da IPB no Brasil moderno e se unir à responsabilidade de contribuir para um abençoado e frutífero casamento dos dois Brasis.

I. A RESPONSABILIDADE DE CONHECER OS DOIS BRASIS ATUAIS

Em 1959, Jacques Lambert escreveu um excelente livro sôbre o Brasil arcaico e necessitado e o Brasil novo e dinâmico. Êste livro, OS DOIS BRASIS, apresenta muito bem o conflito e contraste entre o Brasil passado ou passando e o Brasil nascendo e crescendo hoje, e as influências de um Brasil sôbre o outro e sôbre os destinos do país. Os dois Brasis que consideramos aqui são: o Brasil Presbiteriano e o Brasil sem Cristo. Fôrças inimigas, incrìvelmente astutas, dedicadas, disciplinadas e organizadas já perceberam êstes dois Brasis e fecham com assustadora rapidez as portas de oportunidade para Cristo e sua Igreja. Preciosos são os dias ou anos que nos restam para redimirmos o tempo perdido e comprarmos pelo preço da Cruz e os recursos da Graça êste Brasil sem Cristo. Quais são os recursos presbiterianos disponíveis?

A. O BRASIL PRESBITERIANO

O Brasil Presbiteriano, possui recursos espirituais, intelectuais, e materiais ponderáveis: Uma herança riquíssima de conhecimento das Escrituras Sagradas e doutrinas vivas e libertadoras do Espírito Santo e das melhores correntes da Reforma. Uma vida dinâmica incluindo Simonton, Conceição, Smith, Reis, e pastôres, evangelistas, professôres, oficiais e crentes sinceros e frutíferos durante mais dum século da vida Brasileira. Uma ação variada no serviço das necessidades sociais do Brasil em campos evangelísticos, igrejas responsáveis, escolas progressistas, hospitais e clínicas carinhosas, orfanatos e asilos compassivos e humanos, em colaboração com outras entidades serviçais. Um patrimônio humano salvo da perdição, sensível às necessidades alheias, livre das ditaduras humanas da esquerda ou da direita, da religião ou do estado, desprezador da mendicância ou ganância egoísta, desembaraçado quanto à superstição e ignorância, conhecedor dum só Senhor e Salvador e herdeiro dum Reino inabalável e eterno, salvos todos para salvar ainda mais.

O patrimônio estatístico dêste Brasil Presbiteriano inclui: 417 pastôres brasileiros e 74 pastôres norte-americanos, 186 evan-

gelistas brasileiros e 146 obreiros missionários para 597 igrejas organizadas, 1.171 congregações, 2.772 pontos de pregação e o cuidado de muitas escolas e serviços sociais. Há uma igreja, 2 congregações e 5,5 pontos de pregação para cada pastor presbiteriano no Brasil. O presidente do Supremo Concílio afirma que quase 98% dos membros presbiterianos sabem ler e escrever. Há 264 educandários primários e secundários com 22.261 alunos sob orientação presbiteriana. Durante 1960 os presbiterianos contribuiram Cr$ 209.595.230,00 para a manutenção e expansão da IPB ou Cr$ 1.954,00 por cada membro comungante. Possuimos 1.081 templos, 227 casas pastorais, além de escolas, casas de zeladores e necessitados, etc., que valem quase um bilhão de cruzeiros. As missões presbiterianas da América do Norte com sédes em Nashville e New York colocam ao lado da IPB todos os seus recursos de pessoal, equipamento, e propriedades para irem juntos ao encontro das necessidades e oportunidades do Brasil sem Cristo.

Todo êste patrimônio espiritual, intelectual, e material da IPB permanece distante e ineficientemente aproveitado por causa de diversos fatôres históricos e humanos. Ele é o fruto dos trabalhos de quatro missões presbiterianas norte-americanas, da Junta de Missões Nacionais e de quarenta e sete presbiterios em seis sínodos. Cada entidade obedeceu a orientação presbiteriana, dum modo geral mas variando quanto a métodos e meios para a realização da obra. A subordinação de igrejas e congregações às variedades de administração contribuiu para limitar os contactos naturais com outras partes da obra presbiteriana. Até o dia de hoje, apesar dos esforços heróicos do Rev. Haroldo Cook na parte estatística e do Conselho Inter-Presbiteriano no campo de relações entre as Missões e a IPB, não possuimos ainda o mapa presbiteriano para todo o Brasil. Além de tudo mais, há falta constante de informação quanto à localização de pastôres e obreiros e endereços de igrejas e outras entidades da Igreja. Os meios de comunicação oferecidos pela nação e pela IPB ainda estão longe de fazer uma contribuição eficiente à unificação dêste Brasil Presbiteriano. O primeiro passo, portanto, no aproveitamento eficiente dos recursos dêste Brasil, depende do conhecimento do mesmo e sua organização dentro dum sistema apropriado à sua herança histórica e natureza atual.

B — O BRASIL SEM CRISTO

O Brasil sem Cristo oferece um contraste oportuníssimo ao Brasil Presbiteriano, um patrimônio de necessidade que exige respostas práticas e cristãs: Uma herança de ignorância e superstição,

de cega obediência ao padre e ao coronel, de mendicância e cobiça interesseira, de miséria e morte por negligência irresponsável, de correntes extremistas sutis e cruéis, frutos de religiões vegetadas e de governos irresponsáveis e egoistas. Triste Brasil das macumbas e terreiros batidos, olhos espantados e braços cruzados pela praga de superstição e despotismo de crenças sem Deus. Brasil jovem idealista torcido pela célula dialética, materialista, dos alvos humanistas para a escravidão esquerdista. Coitado dêste Brasil sem o Cristo vivo, próximo, triunfante!

O patrimônio estatístico dêste Brasil sem Cristo inclui: mais de 50.000.000 dos seus 65.743.000 habitantes fora das Igrejas Cristãs e, dia após dia, ainda mais reduzida a porcentagem de Cristãos em sua população que cresce por 2,7% anualmente. Em 1958 das 12.500.000 crianças entre 7 e 11 anos de idade apenas .... 5.500.000 acharam lugares nas escolas primárias. No mesmo ano apenas 950.000 dos 14.000.000 de jovens de 11 a 18 anos de idade freqüentaram as escolas secundárias do Brasil. Apesar da campanha de alfabetização, o número de analfabetos cresce ano após ano. Em 1940 houve 12.700.000 analfabetos, em 1950 houve ... 15.400.000 e em 1960 o número atingiu 16.000.000. Na zona rural reside ainda 65% da população que produz uma média de apenas Cr$ 329,00 por hectare cultivado em comparação com Cr$ 1.029,00 por hectare no Canadá e Cr$ 1.108,00 por hectare na Alemanha Ocidental. Brasil rural permanece pobre por causa de sesmarias imensas de donos ausentes, de plantações rudes de machado, enxada, e fogo destruidor, de sementes más e práticas antiquadas, por falta de crédito, condução, e orientação, eternamente escravisado a um salário de fome ou necessidade. Um Brasil rural diminuindo ràpidamente pela atração da cidade industrial surpreendeu as autoridades em 1960 com a descoberta que a maioria da população ganha sua vida na indústria e não da terra. Êste Brasil industrial carece de mais atenção e trabalho por parte do Brasil Presbiteriano. Na cidade, como também no sertão, a gigante doença assola a grande maioria, que não goza dos benefícios de médicos, enfermeiras e tratamento adequado pelos meios modernos. Em muitos lugares 75 até 90% do povo sofre de doenças intestinais, pulmonares, e sanguínias e entre cada mil bebês nascidos quase a metade morre antes de três anos de idade. As doenças terríveis roubam ao Brasil os jovens obreiros antes de completarem seu preparo e lançam mais e mais pêso sôbre os ombros dos poucos que chegam à maturidade. São dados estatísticos que exigem ação por parte do cristão que descobrirá que o adversário entrou antes dêle na luta para acudir o necessitado.

Êste Brasil está perto de nós, tão perto que conhecemos sua voz rouca de tambor e trêmula a chorar ou mendigar, seu corpo

magro, esfarrapado, pintado e roído pelo mal, com mãos estendidas a agarrar e tomar. Mas indago do Brasil Presbiteriano qual é o nome dêstes necessitados? Êsses milhões sem face, sem personalidade, sem valor, carecem de identidade e de atenção. É tempo de acordarmos do sono das preocupações locais e denominacionais para acudirmos êste Brasil sem Cristo. Fomos despertados em Campinas quando descobrimos 38 aldeias e cidades dentro de duas horas do nosso Seminário e ainda sem Igrejas das principais denominações evangélicas. Dentro dos dois presbitérios de São Paulo mais de 67 bairros populosos carecem de igrejas evangélicas. Em todos os lugares em que temos estudado, os conselhos locais ou presbitérios ficaram admirados de descobrir em quantos lugares faltam igrejas, quantas necessidades carecem de satisfação, quantas vidas pervertidas ou limitadas pedem socorro dos samaritanos do Senhor. Tão grandes são as necessidades e injustiças que requerem nossa atenção que muitos fecham seus ouvidos e olhos e fogem da visão chocante dos conterrâneos que sofrem. Há muitos que não agüentam mais a dor dos sofrimentos alheios e se protegem dentro das paredes das igrejas ou dentro do grupo familiar da comunidade cristã. Outros acham que não podemos fazer tudo que a hora exige, e portanto, não farão nada. A verdade é que os recursos ilimitados estão com Deus e Êle dará também a sabedoria e a graça necessárias para usar bem os recursos disponíveis. Nesta confiança consideramos agora um plano para o melhor aproveitamento dos recursos do Brasil presbiteriano face às necessidades do Brasil sem Cristo.

II. A RESPONSABILIDADE NO USO EFICIENTE DOS RECURSOS DO BRASIL PRESBITERIANO

O conhecimento dos recursos do Brasil presbiteriano e das necessidades do Brasil sem Cristo resultará sempre em ação da parte dos irmãos presbiterianos. O amor de Deus aplicado pelo Espírito Santo ao coração cristão transbordará em manifestações de compaixão e auxílio. Porém, o grande perigo de nossa Igreja é a falta de conhecimento da capacidade da IPB e o desperdício dos mesmos em planos e trabalhos mal organizados. O conhecimento de necessidades reais continua a multiplicar autarquias e organizações presbiterianas e produzem assim uma máquina pesada, dispendiosa e ineficiente para os serviços do Corpo de Cristo. Vamos estudar um plano mais simples e mais presbiteriano para fazermos um bom casamento entre os recursos presbiterianos e as necessidades do Brasil sem Cristo.

A. Uma Estrutura Presbiteriana Unida e Representativa.

A existência de cinco missões presbiterianas e da Igreja Presbiteriana organizadas e autônomas dentro do Brasil, e a multiplicação de projetos, comissões e autarquias em cada uma, e entre tôdas, contribui para o desperdício de recursos humanos e materiais num tempo em que a mais eficiente economia e aplicação da fôrça presbiteriana é exigida pelo Brasil sem Cristo. Êste quadro real pará lembrar aquela figura ridícula apresentada como descrição dum certo desequilíbrio mental, quando o homem pulou sôbre seu cavalo branco e quis correr a galope em todos os rumos de uma só vez. Pior ainda, é a nossa situação, montados sôbre seis ou mais máquinas presbiterianas, cada qual com um rumo distinto e diferente. Como podemos nos unir e coordenar a nossa potencialidade total? As principais funções da dinâmica IPB podem ser encorporadas em relativamente poucas comissões: **Ação Social** — incluindo estudos e execução de programas de assistência social, econômica, política, e de hospitais, clínicas, orfanatos, asilos, etc.; **Educação Cristã** — incluindo estudos e execução do programa educacional da igreja nos lares, organizações internas, acampamentos, conferências, retiros, etc.; **Evangelização** — incluindo estudos e execução do programa de evangelização por todos os meios e métodos lícitos e cristãos e em todos os lugares no âmbito nacional; **Missões** — incluindo estudos e execução do programa missionário da IPB para informação e participação das igrejas locais na extenção do Evangelho no país e no estrangeiro; **Mordomia e Finanças** incluindo estudos e execução do programa de educação e participação com vida, dons, tempo, bens na obra cristã universal; **Publicações e Publicidade** incluindo a preparação e distribuição de literatura e notícias como também aproveitamento de todos os meios de comunicação para alcançar outros para Cristo, e manter boas relações públicas.

Em cada igreja local, cada presbitério, cada sínodo e no Supremo Concílio apareceria cada uma destas comissões, ou outras conforme o parecer da IPB, cada comissão com poderes de deliberação e execução e cada uma subordinada ao seu próprio concílio. Cada concílio inferior daria relatório e prestaria contas sôbre o trabalho das suas comissões ao concílio imediatamente superior por meio da mesma comissão do concílio.

Através da prática e experiência local, líderes sairiam para trabalhos semelhantes nos concílios superiores. Através do sistema, plano e programas nasceriam em tôda a parte e subiriam normalmente aos concílios superiores quando necessário, para a participação de tôda a Igreja. Assim evitaríamos a imposição de programas gerais por poucos elementos chaves da IPB e teríamos

pessoas responsabilizadas em todo lugar para a execução dos programas adotados. Obreiros nacionais e estrangeiros seriam aproveitados sob a administração local, presbiterial, sinodal ou nacional sem a necessidade de autarquias ou administrações paralelas à IPB. A grande doutrina do sacerdócio real de todos os crentes, acharia neste plano maiores possibilidades para tornar-se conhecida na prática da IPB. Cada membro da igreja teria lugar para aplicar seus recursos cristãos dentro do presbitério, sínodo ou supremo concílio conforme a medida da sua capacidade e qualificação. Haverá também a possibilidade de mais economia de dinheiro e de pessoal com a centralização da administração num só escritório em cada nível da IPB.

Concílio	Ação Social	Educ. Cristã	Evangel.	Missões Mord.	F. Public.
Igreja local					
Presbitério					
Sínodo					
Supremo Concílio					

CONCLUSÃO

Três coisas são essenciais para que o Brasil Presbiteriano possa vencer os poderes dinâmicos e pagãos e conquistar o Brasil para Cristo: Uma visão e conhecimento mais profundo do Cristo Vivo e Salvador que o conduza à dedicação completa dos seus recursos ao Senhor e ao bem dos necessitados; uma compreensão do significado da encarnação para irmos ao encontro e participarmos da redenção em todos os aspectos da vida humana ao seu alcance; conhecer a fôrça do inimigo no campo de batalha e demonstrar uma vida de fé no poder do Espírito Santo, a qual criará o corpo de Cristo bem unido e organizado a fim de colocar seus recursos nos lugares certos e na hora certa. Eis aí uma pequena contribuição aos estudos e trabalhos necessários por parte de todos nós para conquistarmos nossa Jerusalém e sairmos preparados e maduros para a conquista das Samarias e nações vizinhas.

★

Seção de Haliêutica

ALGUNS ASPECTOS RELIGIOSOS PAN-AMERICANOS

BENJAMIM MORAES

2 — A AMÉRICA LATINA

A AMÉRICA Latina, em seu conceito antigo, abrangia os países de língua espanhola e portuguêsa, ao sul dos Estados Unidos. Continentalmente, do México à Argentina e Chile; insularmente, as Antilhas de língua espanhola e o Haiti, que fala um dialeto francês.

Modernamente, o conceito ampliou-se para abranger algumas regiões, onde não se fala língua latina, mas que estão vinculadas geogràficamente aos países ibero-americanos: as chamadas Índias Ocidentais (**Vest Indies**), onde predomina o inglês, a Jamaica, a Guiana Inglêsa e a ilha de Trinidad (língua inglêsa), a ilha de Curaçao e a antiga Guiana Holandesa, hoje chamada Surinam, onde se fala o holandês, como língua oficial.

Os interêsses comerciais, tão próximos dos países tradicionalmente chamados latino-americanos, estão fazendo predominar nestas áreas um sentimento de comunidade «latino-americana», sem que aí se fale língua de origem latina. Contribui, para isso, certa dose de sentimento anti-americano, que faz essas regiões se aproximarem da América Latina. E, mesmo nas áreas que ainda são colônias de nações européias, como a Guiana Francesa, as ilhas de Martinica e Guadalupe, um sentimento de independência

as faz aproximar-se mais das nações independentes de língua espanhola e portuguêsa. Observe-se o fato da britânica Jamaica e da holandesa Curaçao haverem introduzido, como matéria regular de ensino nas escolas, o estudo do espanhol: A língua popular de Curaçao é, aliás, um misto de português, espanhol, com algumas raízes de idiomas nativos.

Neste vasto complexo que é, hoje, a América Latina, para se poder apreciar o panorama religioso com certa nitidez, é indispensável, além do aspecto geográfico, considerar antes alguns fatôres predominantes na formação dessa área destinada a cumprir missão importantíssima no mundo moderno.

Culturalmente, tôda a América Latina apresenta uma alta percentagem de analfabetismo, ainda; todavia, há uma minoria culta e desenvolvida, acentuando-se o aparecimento de duas correntes antagônicas culturais, nìtidamente delineadas: uma romanista (no sentido de Igreja Romana), e outra socialista. Revistas, livros, jornais, conferências, cursos, etc. desenvolvem-se num e noutro sentido, buscando conquistar as elites e as massas, para os respectivos grupos.

Racialmente, a área latino-americana constitui-se de três grupos étnicos principais, marcadamente diferentes: a população **índia,** já encontrada pelos primeiros europeus que aqui aportaram, os **conquistadores ibéricos** (espanhóis e portuguêses), que dominaram polìticamente a região por três séculos e pouco, trazendo, com isso, sua língua, seus costumes e sua religião, e, em terceiro lugar, a população **negra,** de origem africana, trazidos geralmente na condição de escravos, até fins do século passado.

É óbvio que essas divisões raciais são as **grandes divisões;** pois da África vieram escravos trazidos de doze tribos principais; entre os índios americanos, havia enormes diferenças, desde os adiantadíssimos astecas do México, os cultos incas peruanos, e os artísticos índios marajós do Brasil, até às tribos mais atrazadas e primitivas do imenso planalto sul-americano. Dos três grupos principais, sòmente os ibéricos apresentavam maior homogeneidade.

Com a interrupção da imigração negra, a partir da metade do século XIX, outras correntes migratórias foram chegando à América Latina: além dos espanhóis, que continuaram vindo especialmente dos países de sua língua, e dos portuguêses para o Brasil, começaram a chegar, em levas crescentes, italianos para os países do Rio da Prata e para S. Paulo e Rio Grande, no Brasil; alemães para o Brasil meridional, Argentina e Chile; britânicos para as áreas industriais ou de mineração de quase todos os países, onde entrava o capital da Grã-Bretanha; japoneses, para o sul do Brasil, Peru e outras nações; chineses para os países da costa do

Pacífico, Cuba e, mais recentemente, para o Brasil em larga escala. Outras correntes imigratórias têm sido notórias, ainda que em escala menor; sírios, libaneses, armênios, do Oriente Próximo; romenos, tchecos, polacos, russos brancos, lituanos, letões, estonianos, húngaros, nórdicos e holandeses, e imigrantes de origem balcânica. Do extremo Oriente tem chegado últimamente bom número de coreanos.

Seguindo suas emprêsas comerciais e industriais, vêem-se grupos franceses e norte-americanos, em muitos países latino-americanos. Nas Guianas, há muitos inglêses, holandeses e franceses, segundo a respectiva área.

Estas novas correntes imigratórias são, aliás, as fôrças que estão sacudindo as velhas bases tradicionais econômicas e apressando as transformações políticas e sociais, que farão da América Latina o grande continente que atuará com poder decisivo no concêrto das nações. Muitos descendentes próximos de imigrantes atingem aos altos postos de direção na América Latina. Só para citar três exemplos da atualidade, vejam-se os nomes dos presidentes Alessandri (Chile), Kubitschek (Brasil) e Frondizi (Argentina) .

Pollticamente, a América Latina apresenta uma dupla face: acentuado egoísmo em muitos dirigentes partidários, que se traduz numa evidente ânsia do poder, a fim de dominar e comandar. Variam as causas, em cada região, mas o aspecto final é surpreendentemente igual: subir para dominar. O caudilhismo gera, assim, freqüentes revoluções, conquistando-se o poder por via militar, de golpes e pronunciamientos. Conquistados os postos de mando, não se muda muito a política: continuam a distribuir-se empregos pelos amigos, governa-se a coisa pública segundo os caprichos do grupo dominante, enquanto os grupos econômicos vão agindo mais ou menos livremente. Forma exceção única, neste aspecto, o problema de Cuba, onde o castrismo não se fixou como «mais uma revolução latino-americana»; ao invés, tomou um aspecto socialista e socializante, indo, pois, muito além do simples golpe político de conquista do poder.

A segunda face política da América Latina é a que se traduz no seu acentuado nacionalismo. Esta é a palavra chave de muitas agitações e também de muitas especulações em nossas terras. Característica das nações jovens, que obtiveram há pouco a sua independência, apresenta uma estranha permanência nas nações latino-americanas, quase tôdas com cêrca de século e meio de independência política. Cada nação é particularmente orgulhosa de suas tradições, de suas riquezas, de sua independência, quando não de coisas peculiares como de sua particular pronúncia do espanhol ou de suas vestes «nacionais». As festas pátrias são muito

apreciadas; as côres das bandeiras nacionais são vistas por tôda parte; os desfiles militares freqüentes são aplaudidíssimos pelas massas. Frases populares sintetizam um tipo de nacionalismo. No linguajar peruano, para dizer-se que um objeto vale muito, diz-se que «vale um Peru», símbolo do valor máximo. Como que um ideal de auto-suficiência alimenta as nações latino-americanas. A palavra «soberania» domina a linguagem jurídica e se expressa em muitas formas populares de civismo: «pátria ou morte», «a pátria acima de tudo», etc.

Curiosamente, êste nacionalismo é explorado por outras fôrças, que nada têm de nacionalistas: o comunismo nestas áreas proclama-se «nacionalista», para conquistar adeptos. Sendo fôrça política eminentemente internacional («Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos!»), aqui apresenta-se travestido de «nacionalista». A Igreja Católica Romana, outra fôrça de ordem internacional, com sede na cidade do Vaticano, a nomear bispos para o mundo inteiro, acoroçoa o nacionalismo na América Latina, principalmente quando ataca o protestantismo, considerando-o «religião de estrangeiros», e aconselha os seus fiéis a permanecer na Igreja Católica, por ser esta a única «nacional».

John Gunther, na sua obra «Inside Latin America» aponta como fôrças políticas dominantes na América Latina a Igreja Católica e a classe militar; Oliveira Lima vê outras duas: o operariado, que cresce com a industrialização, e o capitalismo, que ainda comanda parte considerável do poder latino-americano.

Econômicamente, a América Latina apresenta-se como um continente que passa ràpidamente da fase puramente agrícola ou extrativa, para o período da manufatura, ou industrialização. Esta, feita assistemàticamente, carreia milhares de braços da desprotegida lavoura para os centros urbanos, onde o trabalho é particularmente protegido pelas leis ditas sociais. Mas, quer nos campos, quer nas cidades, o desajuste é tremendo. Há uma pobreza generalizada nas massas, aliada a um analfabetismo dominante, e um grupo de elite, ao mesmo tempo culto e rico. Essas migrações descontroladas dos campos para a cidade criaram o problema conhecido no Brasil como as «favelas» ou «mocambos», onde vivem hoje milhões de seres humanos, na mais abjeta condição de falta de confôrto, falta de higiene, falta de instrução e terrível promiscuidade. Os nomes variam, mas o drama é sempre o mesmo. A tais favelas, chamam, na Argentina, «villa miséria»; na Colômbia, «caseríos»; em Cuba, «bohios»; no Peru, «barriadas», e assim por diante, num fenômeno espantoso que não era conhecido há vinte e cinco anos. Enquanto isto, na América do Norte os «slums» vão desaparecendo aos poucos, como símbolo de uma nova concepção de vida entre os norte-americanos.

Antes de focalizarmos diretamente o aspecto religioso da América Latina, convém que acentuemos alguns traços altamente respeitáveis dos povos latino-americanos: a sua aguda inteligência, um nobre sentimento de solidariedade humana (que os faz em geral ser contra as penas corporais e especialmente contra a pena de morte) o seu patriotismo natural, e a enorme capacidade de trabalho. Neste último aspecto, chega a ser notável um fato característico do homem latino-americano: para atender ao crescente custo da vida, exerce duas profissões diversas, afim de obter maior salário. O norte-americano, em geral, não entende como é possível a um latino-americano ser advogado e funcionário público burocrata; médico e professor; pastor e jornalista; empregado nos correios e professor secundário; bancário e dentista, e assim por diante. E quase não acredita, quando lhe contamos que é freqüente o latino-americano exercer bem as duas profissões. Talvez se deva acrescentar, entre as qualidades dos habitantes da América Latina, essa derivada das necessidades econômicas, ou inerente à sua natureza: a versatilidade.

Sob o aspecto religioso, a América Latina, com êsse conglomerado de fatôres culturais, raciais, políticos e econômicos, apresenta-se com uma face própria, peculiar à sua extensão: é, na generalidade, um misto de paganismo autóctone, de catolicismo romano muito superficial, e de crenças africanas trazidas pelos antigos escravos.

Verifica-se a mistura de crenças, por exemplo, no Peru, onde as procissões levam símbolos cristãos, como a cruz, e símbolos pagãos, como o sol, lado a lado. No Brasil, muito soi **disant** católico consulta macumbeiros e crê nas intervenções dos espíritos desencarnados; os santos do catolicismo são, por muitos, identificados com oguns, orixás, oxôces, xangôs e outros dos cultos africanos. Em Cuba, há uma espantosa identidade de mistura de crenças, como a existente no Brasil. Pode-se, quase sem errar, dizer que a origem do espiritismo alto, ou sistemàticamente organizado, é francesa, com Kardec e outros, mas a crença popular do espiritismo baixo e do umbandismo é fundamentalmente africana.

O catolicismo romano impõe-se como religião oficial, na maior parte das repúblicas latino-americanas. É certo que o povo não tem maior cultura religiosa; crê nos ritos, mistura a crença romana com a espírita ou a indígena, mas não se aprofunda no estudo da teologia romana. Não obstante, aceita como implícito que a Igreja Católica seja «a do país», a «da nacionalidade» e, portanto, oficial.

Na Colômbia, o Estado tem uma velha concordata firmada com o Vaticano, que dá à Igreja direitos incríveis sôbre propriedades, educação, privilégios políticos, fôro especial, etc. A liber-

dade religiosa ali foi, durante alguns anos, pràticamente abolida. Mais de 200 escolas diárias, das igrejas evangélicas, foram fechadas à fôrça; 66 templos protestantes foram destruídos por dinamite ou incêndio; e 116 crentes foram mortos por causa de sua fé em Cristo. No momento atual, há mais tolerância. Já não se mata, nem se incendeia. Mas o programa oficial de aulas de religião, mesmo para as escolas evangélicas, é elaborado pela Igreja Católica. E tem havido tentativa, por parte do clero romano, de entrar nos colégios evangélicos, para ministrar as aulas de religião, o que até agora não foi conseguido.

Há, como se vê, peculiaridades do catolicismo, em cada país, numa espantosa adaptabilidade às mais variadas circunstâncias.

No México, a lei não permite que nenhuma igreja tenha propriedades ou colégios. Todos os templos pertencem ao Estado, tôdas as escolas são obrigatòriamente leigas. Se se constrói um novo templo, católico ou protestante, é imediatamente confiscado pelo Estado que, entretanto, permite que o seu uso continue a ser feito pela religião que o construiu. Mas a Igreja de Roma tira partido da situação. Se um templo precisa de reparos, ou mesmo de grandes reformas, vai-se buscar o dinheiro do Estado para tais obras, pois o imóvel pertence ao Estado... As igrejas evangélicas têm de ser construídas e consertadas, todavia, com o dinheiro dos próprios crentes, os quais, pelo princípio de separação da Igreja e do Estado, não vão pedir mesmo recursos a êste.

A obra de evangelização nos colégios protestantes mexicanos não pode ser feita diretamente; ali não há cultos, não há pregações. A vinculação jurídica dos estabelecimentos jamais é feita com as igrejas, mas com as sociedades civis educativas, que os crentes vão constituir. Assim, a maior pregação é feita pelo exemplo dos mestres crentes, e pelas opiniões dêstes em aulas, sôbre dados assuntos que tenham conexão com a religião. E o fato notável é que êsse testemunho dos crentes ali está operando extraordinárias conversões!

A América Central apresenta faces diversas. Enquanto Costa Rica se apresenta calma, com igualdade de direitos políticos para os não-romanos, já na Guatemala houve perseguições com a revolução de Castillo Armas, que acabou sendo assassinado. Em geral, nessas revoltas armadas da América Central, os crentes são mortos, sob a alegação de sua posição política, e não por sua crença religiosa. O que acontece, necessàriamente, é que o Evangelho conduz os crentes a uma convicção política liberal, e êles se filiam aos partidos que mais respeitam a liberdade; a Igreja de Roma apóia geralmente os partidos mais reacionários e, vencendo êstes, os crentes hão de sofrer.

Na Venezuela, há mais liberdade religiosa que na Colômbia,

mas os evangélicos são pouco numerosos e extremamente divididos: cêrca de 30 denominações formam o pequeno núcleo protestante, que, por isso mesmo, não produz grande impacto na vida nacional. E esta precisaria receber tanto do Evangelho! País de vida caríssima (três ou quatro vêzes mais cara que nos Estados Unidos), torna-se campo fácil para a pregação de ideologias extremistas; a instabilidade política, com revoluções e crises, em que a Igreja Católica sempre toma partido, gera um clima de ânsia que só encontrará resposta nas páginas do Livro Sagrado. Nas áreas reservadas aos índios, as missões católicas mandam soberanamente, de modo que são regiões quase impenetráveis ao Evangelho.

País que tem gozado de relativa liberdade, muito apreciável, é o Equador, onde se permitiu a instalação da mais poderosa rádio-emissora evangélica latino-americana: a HCJB, a Voz dos Andes, que prega o Evangelho 24 horas por dia, em muitos idiomas, com várias freqüências, em ondas médias e curtas, realizando um trabalho de intensa penetração missionária, atingindo hoje todos os continentes. Os crentes ali são muito dedicados. Na última Conferência Evangélica Latino-Americana, realizada no Peru, ali compareceu uma numerosa delegação equatoriana, de gente pobre mas alegre e feliz, que viajara 14 dias, para atingir a capital peruana!

O Peru apresenta uma face de liberdade religiosa, não obstante as vinculações da Igreja Romana com o Estado. Pode-se pregar o Evangelho, nas cidades e entre as tribos indígenas, havendo mesmo uma iniciativa interessante de uma missão inglêsa, criando um instituto bíblico para os índios, afim de que êles mesmos preguem, em suas línguas, aos seus irmãos ainda não convertidos. Recentemente, em Lima, inaugurou-se um lindo e grande templo da Igreja Evangélica do Peru, na Avenida Brasil, com o nome de «Maranatha», com a de coração em vidros das côres verde e amarela. Além das denominações metodista, batista, pentecostal e algumas menores, esta «Igreja Evangélica Peruana» tem uma organização sui generis: batiza por imersão, consagra crianças com as mesmas promessas que fazem os presbiterianos, mas sem a aplicação da água em nome da Trindade, e têm organização rìgidamente presbiteriana: govêrno local de presbíteros (com o corpo de diáconos também), além do presbíterio e do sínodo, que têm êsses mesmos nomes. Sua teologia é predominantemente calvinista. Há, em Lima, uma igreja presbiteriana escocesa, junto ao Colégio San Andrés, fundado pela figura inconfundível do Dr. John A. Mackay.

A Bolívia e o Paraguai constituem os dois países da América do Sul, sem costas marítimas, onde o desenvolvimento geral não

se fêz tão grande como nos países que os cercam. A Igreja de Roma domina muito. Predominam as línguas indígenas. Há muita pobreza. Em Assunção há um grande colégio protestante, mas não se pode pregar o Evangelho aos alunos. Não pode haver culto ao ar livre. Não se prega pelo rádio. Missões e missionários estão desenvolvendo, dentro de tantas limitações, um bom trabalho. Mas parece que é a hora do Brasil dar a mão ao esfôrço que as igrejas evangélicas fazem nesses dois países. Há, já, missionários batistas brasileiros ali trabalhando, bem como metodistas da Argentina. Os presbiterianos do Brasil estão sendo convocados para a grande tarefa. Quando irão?

O Chile é o grande país amigo do Brasil, além dos Andes. Constituído de longa faixa estreita de terra, espremido entre a montanha e o oceano, torna-se de comunicações caras e demoradas. Algumas áreas quentes e sem água, outras férteis e salubres ao sul, é um país de magníficos contrastes. Mas como há muita agricultura, a riqueza extrativa é pouco variada (cobre e nitrato) e a terra sujeita a freqüentes tremores, a população é muito sacrificada econômicamente. Mas é uma gente boa e amável, que goza de grande liberdade religiosa. Há várias igrejas evangélicas. A presbiteriana tem apenas um presbitério, com menos de trinta igrejas locais, apesar de ser mais antiga que a do Brasil, pois foi fundada em 1845, enquanto a brasileira o foi em 1859. No Chile, a Igreja evangélica mais forte é a pentecostal, com dominadora penetração nas massas. Só uma igreja que vi em Santiago tinha mais de 15.000 membros! Realizavam-se cultos durante o domingo inteiro, para atender àquela população que entrava e saía nas várias horas do dia! Os crentes ali ainda são conhecidos por um pejorativo: os **canutos**, por causa de um Sr. Canuto, que outrora foi um dos líderes evangélicos do país. O Chile já é objeto de missões brasileiras. Há, no momento, vários ministros brasileiros em igrejas chilenas, e outros estão sendo chamados.

O Rio da Prata é uma área privilegiada. Compreende as progressistas nações do Uruguai e da Argentina. O Uruguai é um dos países de mais completa liberdade política e religiosa. Sem os muito ricos, nem os muito pobres, acha-se bastante socializado e politizado, para usar de vocábulos modernos. Grandes igrejas, como a metodista e a valdense, além do trabalho batista, dos discípulos e outros, constituem precioso acervo espiritual da nação. A Associação Cristã de Moços mantém ali sua sede continental, onde se preparam os secretários para as ACMS de tôda a América do Sul. É uma escola com boa base bíblica, nem sempre seguida, infelizmente, por várias Associações sul-americanas.

Na Argentina, há um notável progresso espiritual, com o centro na Faculdade Evangélica de Teologia, que é um seminário

unido, que funciona em Buenos Aires. Esta é uma grande obra, consolidada pelo gênio do Dr. F. Stockwell, recentemente falecido. A Confederação Evangélica Argentina funciona com real dinamismo, embora com pouquíssimos empregados. Atua com poder num país, onde a Igreja Católica se considera absolutamente radicada, por ser a igreja oficial. Para ser-se presidente, vice-presidente ou senador, é indispensável fazer profissão de fé católica romana. A pessoa que se converte ao Evangelho, automàticamente está renunciando com isto vários direitos políticos, como o de ocupar altos postos no govêrno, por fôrça da Constituição da república. Não obstante, há liberdade religiosa, serviços evangélicos pelo rádio e em praça pública, embora com menos fervor do que se nota no Brasil. Uma grande editôra evangélica, a livraria «La Aurora» mantém grande número de publicações em espanhol, servindo não só a Argentina, mas a muitos outros países de língua castelhana. Mesmo no Brasil, tem havido excelente mercado para essas publicações. Os colégios evangélicos, embora menos numerosos que os do Brasil, são grandes e muito recomendados.

Das Antilhas, destacamos Cuba, por sua violenta transformação nestes últimos dois anos. Os últimos anos do regime Batista (um sargento do exército que se promoveu a coronel e, depois, a general, assumindo por longos anos o poder) foram de uma fúria incrível contra as liberdades públicas. Durante o mês que lá estive, soube de várias mortes, sem nenhum julgamento, de inimigos políticos, inclusive pastôres batistas e outros evangélicos. Só a Igreja Católica, podia-se dizer, gozava de relativa liberdade. A ascensão de Fidel Castro foi saudada por todos como uma aurora de liberdade. Mas o corte de relações diplomáticas e econômicas, impôsto pelos Estados Unidos, foi fatal à pequena e progressista ilha, justamente cognominada a «pérola das Antilhas». Com uma economia inteiramente dependente «del Norte» (Est. Unidos), era certo cair a república em mãos da economia soviética. E a revolução de «26 de julho» (assim se chamava o movimento castrista) se transformou numa revolução social, em nada parecida com as anteriores rebeliões latino-americanas. Não foi só a mudança de homens no poder; está havendo mudança de conceitos jurídicos e sociais. As escolas particulares, principalmente as pertencentes a qualquer igreja (católica ou evangélica) passaram à propriedade do Estado. Colégios presbiterianos passaram a ter nomes de «Karl Marx», «Engels», «Lenin» e outros próceres comunistas. Os pastôres evangélicos, que cooperaram muito para a vitória de Fidel Castro, estão divididos: uns ainda crêem no vitorioso revolucionário da Sierra Maestra, outros já se desiludiram dêle e lutam o quanto podem contra o chefe a quem con-

sideram traidor da revolução. Vários pastôres já foram deportados ou se exilaram voluntàriamente. Segundo as últimas informações, não está sendo permitida a escola dominical na ilha, tendo as igrejas sòmente permissão para o ritual dos cultos.

O Brasil ocupa uma posição ímpar, entre as nações latino-americanas. Não só pela língua, que apresenta impressionante uniformidade em todo o território nacional, não obstante as nuanças regionais, mas pelas características de formação racial, sem os odiosos preconceitos que se verificam em outros países, e pela cordura de alma, que se traduz em atos de generosidade e sincero afeto. Há pouco tempo, a sêca nordestina moveu os corações de todo o Brasil, que enviou roupas, remédios, gêneros alimentícios e dinheiro, para socorrer os «flagelados da sêca». Pouco tempo depois, rompeu-se a grande reprêsa de Orós, que inundou parte considerável do Ceará. E novas e abundantes manifestações de solidariedade humana canalizaram para o nordeste socorros e mais socorros, para os «flagelados de Orós».

Um impressionante sentimento de unidade nacional caracteriza o nosso país. Um simples jôgo de futebol por uma equipe brasileira no estrangeiro eletriza por igual os habitantes do norte, do centro e do sul do país. Um movimento político de maior vulto, como a eleição ou a renúncia do sr. Jânio Quadros, ou a mudança da forma de govêrno, ou a ascensão do sr. João Goulart à presidência da nação, apaixona a opinião nacional de norte a sul.

Uma tradição de liberdade, que nos vem da pregação positivista no século XIX, e que se consolidou na primeira República (de 1889 a 1930), ainda perdura na maioria dos corações. É certo que o período Vargas (1930 a 1945 e, depois, de 1950 a 1954), tendo sido em sua maior parte ditatorial, criou uma geração inteira sem o uso e gôzo da liberdade. A Igreja Romana aproveitou-se, aproximou-se do Estado e, embora não seja uma igreja oficial, procede como se o fôsse, dizendo missas pelos atos públicos, sempre presente oficialmente às mudanças de govêrno, à inauguração da nova Capital, Brasília, e retirando muitos recursos dos fundos públicos, para seus colégios e igrejas.

Oficialmente, todos os credos merecem igual proteção da lei, desde que não ofendam a ordem pública ou os bons costumes. Mas a Igreja Romana tem conseguido alcançar uma forma subterrânea de poder, de modo que muitos atos governamentais não se executam sem o beneplácito prévio da Igreja. Muitos cargos públicos deixam de ser preenchidos por protestantes, que para êles seriam perfeitamente capazes, por uma influência sutil da Igreja de Roma. Mas são raros os casos de perseguição ostensiva, como apedrejamento de igrejas, ou proibição de cultos ao ar livre.

Quando tal acontece, é comum verificar-se que se trata de um revide às palavras de algum pregador violento contra os padres ou contra algumas crenças romanistas.

No Brasil, ainda se goza de ampla liberdade religiosa. Sendo as igrejas evangélicas, em geral, de formação intensamente evangelista, prega-se muito ao ar livre, pelo rádio (há centenas de programas evangélicos radiofônicos), e até mesmo alguns pela televisão. Os jornais, em geral, publicam notícias dos cultos evangélicos e, em algumas fôlhas, recebe-se a colaboração sistemática do pastor da cidade, mais em evidência. Em muitos municípios, há vereadores crentes, inclusive pastôres. No Parlamento Nacional, há vários deputados evangélicos. No Supremo Tribunal Federal, há um ministro que é crente fervoroso.

Durante a primeira república, o Brasil evangélico progrediu extraordinàriamente, graças ao fervor evangelístico que ainda nos vinha dos primeiros missionários, e graças também à relativa estagnação da Igreja Católica, que perdera por completo o contacto com o poder público, uma vez que a sua antiga posição de Igreja oficial, durante o Império, desaparecera com a República.

Depois da revolução de Vargas (1930), sentiu-se uma mudança: a Igreja Católica conseguiu nova posição de prestígio, com a adoção do ensino religioso nas escolas públicas, o casamento religioso com efeitos civís, a entronização do crucifixo em repartições do govêrno, assembléias legislativas e côrtes judiciárias, o respeito pelos seus muitos «dias santos», a instituição das capelanias religiosas para hospitais e fôrças armadas, pagas pelos cofres públicos, a celebração de missas pagas com os dinheiros da nação e as muitas subvenções financeiras para o seu trabalho. Intelectualmente, a Igreja saiu da fase de estagnação. Surgiram os filósofos da Igreja; as obras de Jackson de Figueiredo, Tristão de Athayde, Vianna Moog, Gustavo Corção, Octávio de Faria e outros passaram a ser intensamente divulgadas. Livrarias católicas passaram a encher o mercado.

Enquanto isto, a literatura protestante aumentou em quantidade, mas nem sempre em qualidade. Saindo da fase polêmica, em que brilharam homens como Álvaro Reis, Eduardo Carlos Pereira, Lysânias de Cerqueira Leite, Ernesto de Oliveira e outros, a literatura ficou no «a b c» da religião, para o efeito imediato do proselitismo. Livros e folhetos tendentes a expor as duas doutrinas básicas da conversão — arrependimento e fé — encheram e ainda enchem as estantes das editôras evangélicas. As revistas de escola dominical ficaram, mais ou menos, no padrão antigo, sem atacar de frente muitos dos problemas novos com que a Igreja e seus membros têm de defrontar-se. Têm faltado, em maior medida, os grandes filósofos da fé protestante, que só ùltimamente

vêm dando atenção aos problemas das implicações da fé evangélica, frente às responsabilidades políticas, sociais, diante da massa operária e dos partidos, frente à sub-nutrição e ao analfabetismo, ao abandono da terra, à criação das favelas e aos novos métodos tanto de evangelização, como de crescimento na fé por parte dos antigos convertidos.

Parece que, entretanto, a Igreja Evangélica acorda para novas arrancadas. As lutas ecumênicas e anti-ecumênicas da década 1950-1960 contribuíram para estudar-se mais carinhosamente o problema eclesiástico e, de envolta, os demais aspectos teológicos atuais. Reuniões, cada vez mais freqüentes, de líderes das várias denominações, abrem para a Igreja um novo panorama quanto às suas responsabilidades sociais. Os setores e imigração e assistência social começam a apaixonar o conjunto das igrejas evangélicas no país. O ecumenismo começa a ser compreendido nos seus justos têrmos, sem os excessos do unionismo, nem a atitude negativa do separatismo absoluto: uma compreensão fraternal toma lugar não só nas mentes, mas na prática de muitas igrejas.

Também quanto às responsabilidades de evangelização extra-fronteiras, as igrejas evangélicas do Brasil se capacitam de sua nova posição. Saem da fase do colonialismo, em que tudo recebiam da América do Norte ou da Europa, passam a fase egoística da auto-manutenção com as vistas voltadas exclusivamente para a sua vida interna, e se projetam nos campos das responsabilidades no estrangeiro: compreendem que é chegada a hora de ajudar as igrejas irmãs da América Latina e bem assim as igrejas ainda missionárias da África Latina, especialmente Angola e Moçambique. Velhas missões estrangeiras em Portugal transformam-se para tornar a igreja portuguêsa auto-suficiente e colaboradora nas missões africanas.

Ainda recentemente, no fim de julho e início de agôsto de 1961, a Igreja na América Latina deu mostras de uma nova compreensão da sua missão evangélica. Referimo-nos à II Conferência Evangélica Latino-Americana, que se reuniu no colégio metodista Maria Alvarado, na cidade de Lima, capital do Peru. A primeira Conferência realizara-se em Buenos Aires, em 1949, e alcançara a representação de várias denominações, com cêrca de 60 delegados. A de Lima, agora, atingiu a mais de 200, entre delegados oficiais e fraternais, representando um número muito maior de delegações nacionais e de denominações evangélicas, mesmo aquelas que não fazem parte das confederações nacionais. Assim, houve ali muitos pentecostais, batistas, discípulos e outros que, no Brasil, não se filiam à Confederação Evangélica do Brasil.

Estudando como tema central — «A nossa tarefa inacabada», a Conferência considerou, à luz da Bíblia, os muitos problemas

atuais de evangelização, de educação cristã, de educação teológica, responsabilidade social, difusão da Bíblia e outros de suma importância. Sobretudo, aprendemos a conhecer-nos melhor, a reconhecer-nos como irmãos e obreiros da mesma seara, e a unir os nossos esforços para a consecução do alvo comum: Cristo para a América Latina. E Cristo, da América Latina, para o mundo todo.

★

NA FILOSOFIA, a dúvicda tem e deve ter o seu lugar legítimo e importante. A dúvida, na filosofia, é a dúvida metódica, e deve ser exercida metódicamente. Sendo assim, ela é uma das fontes vitais de tôda filosofia verdadeira. Ai do filósofo que não sabe disso! Êle simplesmente não é filósofo, pois está despido do eros do conhecedor: a paixão especulativa.

A dúvida, no domínio da fé, tem um lugar muito diferente. Dúvida metódica em matéria de fé seria blasfêmia ou sacrilégio, pois significaria jogar sistemáticamente com a relação de confiança entre o crente e seu Deus: não Deus-em-geral ou Deus como a idéia ou entidade metafísica última, mas o seu Deus, que é seu Pai em Jesus Cristo. No contexto da fé, a dúvida precisa ser considerada como sendo de qualidade e categoria diferentes. Ela significa um terremoto nas relações pessoais do crente com seu Deus. Isso não tem nada a ver com a busca filosófica ou intelectual e, portanto, nem com sacrificium intellectus ou coisa semelhante. No contexto da religião bíblica, a dúvida religiosa é uma leve ou grave crise na relação pessoal de confiança, que de maneira nenhuma encontra analogia no campo da filosofia, mas sim nas relações de amor humano, como — por exemplo — no casamento.

HENDRIX KRAEMER, «Religion and the Christian Faith» — páginas 430-431.

Seção Biográfica

BACH COMO HOMEM E TEÓLOGO

FLOYD B. SOVEREIGN (1)

UMA discussão que está empolgando os círculos teológicos em nossos dias, é a que se verifica em tôrno da relação entre a Religião e a Arte. Alguns seminários estão até mesmo oferecendo cursos pós-graduados que se dedicam ùnicamente aos estudos que lançam as bases para um diálogo entre estudantes de teologia e estudantes de arte. Desperta curiosidade, porém, o fato de serem a pintura e a literatura os gêneros de arte que quase sempre dominam essas discussões. Entretanto, a arte que històricamente tem tido ligação mais imediata com o Cristianismo, e que sempre tomou parte nos cultos da Igreja, está sendo negligenciada nesses estudos (2). Nem é preciso dizer que me estou referindo à Música.

A existência de muita «música» que hoje recebe o nome de «música religiosa», revela essa falta de aproximação entre os estudiosos de teologia e os compositores.

---

1 O A. deseja assinalar que as citações usadas neste artigo foram traduzidas pelo seminarista Wesley Emmerich Werner, que também concorreu com valiosas sugestões quanto ao uso do idioma português. Êste registro é feito com duplo objetivo: o de manifestar a gratidão do A. pelo subsídio recebido e também para evitar aos leitores uma impressão errônea.

2 Por exemplo, o novo livro de Roger Hazelton, New Accents in Contemporary Theology, centraliza-se nesse tema.

De ambos os lados — no teológico ou no musical —, necessitamos de melhor entendimento recíproco e mais profundas penetrações nesses campos de estudo que nunca deveriam ter ficado separados.

É com o propósito de contribuir para essa aproximação — e não por ser teólogo e muito menos músico — que escrevo êste ensaio. Estou apenas como quem tenta estender uma ponte entre os dois campos, dos quais sou simples ouvinte. Mais especìficamente, estou querendo expor a teologia de Johann Sebastian Bach, como é revelada em sua música.

No ano passado, um professor de um Seminário norte-americano voltou da Europa depois de haver estudado durante um ano com Karl Barth. Êsse homem não se contentou sòmente em virar um «Barthinho» em sua teologia, mas também aceitou as idéias do velho professor de Basiléia a respeito de música. E para ser coerente com suas novas idéias, êsse norte-americano vendeu os seus discos de Bach e agora está comprando sòmente Mozart!

Gostaria, então, de convidar o leitor a examinarmos juntos as idéias de Barth quando êste fala do grande mestre da Música. Em seu livro sôbre a teologia do séc. 19, um dos melhores capítulos é o que faz um resumo do pensamento do séc. 18. É nessa discussão que encontramos sua crítica de Bach:

> «...todos os músicos de menor importância do século dezoito **e também** os grandes músicos, e talvez especialmente os grandes, não eram ao seu próprio modo de ver, nem no de seus contemporâneos, Aquilo que nós hoje clessificamos como artistas ou compositores, mas simplesmente peritos na profissão, interessados em honrar a Deus e em deleitar o coração do homem: uma profissão que consistia primàriamente no domínio de um ou de diversos instrumentos musicais. A Arte era naqueles dias mais explìcitamente ainda, o produto da habilidade técnica. Arte era proficiência. E foi essa proficiência que primeiramente fêz Bach famoso.
>
> Mas, naquele tempo, a arte de compor era considerada por grandes e pequenos simplesmente como um meio de aplicar, ampliar e aprofundar o raio de ação da arte da música profissional, como um meio de demonstrar a habilidade aperfeiçoada que, nesta como em tôdas as outras coisas, revela o mestre. Não sensibilidade, não experiência, não mística e nem protestantismo, mas arte como uma habilidade, como destreza na manipulação das mais rigorosas regras — não como «invenção», certamente, como era então chamada, mas invenção contìnuamente inventando

uma nova necessidade, invenção na expressão não tanto daquilo que o compositor achasse pessoalmente estimulante, mas sim de leis gerais — isso era o que se precisava para escrever uma fuga. E a qualidade que distinguia uma boa fuga de outra ruim em composição e execução era, na opinião de nada menos que o próprio Bach, a arte que era revelada na habilidade do artista.

A firme convicção de que a arte, compreendida dessa maneira, iria por si mesma resultar na glória de Deus e no deleite da alma, era a primeira qualidade característica da música típica do tempo.

Fazer música significava sujeitar o som a certas leis. Esta é a segunda peculiaridade da música do tempo». (3)

Um técnico apenas, o mestre exímio de um instrumento é que Barth enxerga em Bach! E, com o mesmo tipo de generalização, assegura que o verdadeiro gênio da época — e de tôdas as épocas — foi Wolfgang Amadeus Mozart! (Tal conclusão seria, para muitos, mais um motivo para duvidar de outras idéias dêle...)

Nestas páginas não quero e nem sou capaz de discutir com o velho autor da «Kirchliche Dogmatik», mas não é por isso que iria concordar plenamente com êsse julgamento. Devemos entender Bach como alguém que resumiu tudo o que havia de grande na tradição musical da Idade Média, ou como o representante do protesto original do século 18 contra o pensamento artístico do Iluminismo. Creio eu que devemos manter estas duas idéias em conjunto, pois elas nos ajudam a explicar dois fatos importantes da vida de Bach. Em primeiro lugar, Bach sentiu-se ìntimamente relacionado com o passado, tanto artística como religiosamente. Êle foi um dos últimos artistas não-românticos, uma das últimas figuras a protestar contra a Arte como um meio de auto-expressão. Auto-expressão era, para Bach, uma impossibilidade, pois havia tanta coisa muito mais digna para expressar-se. Sua orientação religiosa não sòmente teve como inspiração básica a Reforma do séc. 16, mas também a convicção de que o protestantismo é a fé autêntica, tradicional — o verdadeiro catolicismo. Êste pensamento é expresso perfeitamente pelo fato de Bach escolher para comunicar a sua fé, não tanto as formas inferiores por êle desenvolvidas — a cantata, o coral, a paixão

---

3 **Barth, Karl.** Protestant Thought: from Rousseau to Ritschl (**«Die Protestantische Theologie im 19. Jahrhundert»**).

— mas a MISSA. A maior missa musical já composta pelo Homem, foi obra de um protestante. De que maneira mais eloqüente poder-se-ia expressar a catolicidade do protestantismo?

Precisamos, concordando com Barth, admitir que Bach também foi um homem do séc. 18. Era um alemão, burguês, conservador e convencional — pronto a usar qualquer modo de expressão artística que estivesse ao seu alcance. Mas, mesmo admitindo êstes fatos, ainda estaremos longe de reduzir a grandeza de Bach como músico de profunda penetração teológica.

Mas antes de examinarmos as idéias teológicas do homem, devemos considerar certos aspectos de sua vida que o possam situar no seu contexto. A Teologia precisa da História, tanto nesta como em qualquer outra situação.

I. BACH, O HOMEM

Bach nasceu a 21 de março de 1685. Ficou órfão aos dez anos de idade e por causa disso foi morar junto com seu irmão mais velho, em Ohrdruf. Terminou ali o ginásio e ali recebeu suas primeiras lições de música. A família do seu irmão estava aumentando, portanto foi preciso achar um lugar para Johann como interno numa escola em Luneburgo, onde cantava no côro e gastava muitas horas entre os livros de música na biblioteca.

Depois de um curto emprêgo na côrte de Weimar, assumiu o cargo de organista da nova igreja de Arnstadt. Isso foi no ano de 1704. Em Arnstadt conseguiu a base necessária para tornar-se mestre do órgão e ao mesmo tempo começou a revelar algumas das peculiaridades de sua personalidade, que lhe causaram muito incômodo pelo resto de sua vida. Revelou-se constitucionalmente incapaz de ensinar música ou de manter a disciplina de um côro. As autoridades da igreja ficaram decepcionadas ao verem no seu organista uma espécie de «prima donna», que se recusava fazer qualquer trabalho musical além do de tocar órgão e compor peças para êsse instrumento. Bach rebelava-se constantemente contra as suas responsabilidades com o côro em Arnstadt. Finalmente, começou a circular um boato em tôrno da visita de uma «fremde M dchen» à igreja, durante os seus ensaios. Como resultado disso, êle logo aceitou uma posição em Mulhausen. Nessa ocasião casou-se com sua prima, Maria Bárbara. Era o ano de 1707.

Infelizmente, a igreja de Mulhausen estava dividida entre ortodoxos e pietistas, e ninguém tinha interêsse em melhorar a música ou em apreciar o novo organista. Portanto, Bach pediu demis-

são e logo encontrou um excelente emprêgo como organista e músico da côrte ducal de Weimar. Êste foi um período de muita felicidade para Bach. Mas quando em 1717 não foi escolhido como **Kapellmeister,** êle sùbitamente deixou Weimar e aceitou uma colocação na côrte Reformada de Anhalt-Cothen. Visto ser da tradição Reformada, não havia música na igreja da côrte. (Devo dizer aqui que isto não estava de acôrdo com os ensinos de Calvino). Foi o trabalho de Bach durante os seis anos que ali passou (1717-1723) cuidar da orquestra da côrte. Nesta época sua espôsa morreu, deixando-o com quatro filhos. Dois anos mais tarde casou-se com Anna Magdalena, que se revelou excelente espôsa e companheira musical. Dêsse casamento nasceram-lhe 13 filhos.

No ano de 1723 foi chamado a ocupar o lugar de «cantor» da Igreja de São Tomé, em Leipzig. Não foi com muito entusiasmo que aceitou, pois estava gostando da vida simples de Anhalt-Cothen. Mas o ordenado era melhor, e pensando no bem-estar de seus filhos, aceitou a posição. Foi em Leipzig que passou o resto de sua vida. Teve aí muitos atritos com as autoridades da igreja, mas houve tempo suficiente para produzir a maior parte das suas composições.

Vamos ainda examinar outras características dêste homem. Albert Schweitzer tem dado muita ênfase ao caráter burguês de Bach. Diz êle: «Suas vicissitudes e criações artísticas vão lado a lado com o teor normal e quase trivial de sua existência quotidiana». (4)

Por exemplo, Bach era muito sovina e Schweitzer nota (de maneira muito cortês) que as finanças ocupavam muito do seu pensamento. Mas, se Schweitzer tivesse tido tantos filhos e recebesse o ordenado que Bach recebia, talvez tivesse a mesma preocupação.

Certa vez indagaram de Bach como havia êle conseguido tanta perfeição em seus trabalhos e êle respondeu: «Eu tive de trabalhar àrduamente, mas qualquer que quiser trabalhar tão duro quanto eu, será capaz de fazer tanto quanto eu fiz.» (5)

Portanto, tem alguma base o quadro do homem que se preocupava com finanças e que confiava no valor do trabalho árduo. Mas isso já deu vez a que surgisse uma lenda a respeito de Bach

---

4. **Schweitzer, A.** J. S. Bach, **traduzido por Ernest Newman. 2 vols. Vol. I, pág. 165.**

5. **Ibid. pp. 115-16.**

que, entretanto, não é verdadeira. Segundo essa lenda, êle foi um simples pai e marido, um súdito leal, obediente aos superiores, alegre, o gênio espontâneo que produzia grandes músicas sem conhecer o valor e nem a profundidade do seu próprio pensamento.

Devemos entrar agora em outro aspecto do séc. 18, para completarmos o retrato de Bach, o homem. Precisamos vê-lo não sòmente como um homem burguês, mas também como um homem barroco. (6) O dicionário inglês «Webster» dá à palavra «barroco» a seguinte definição: «que pertence ou designa o estilo de arte e arquitetura dominante desde o tempo de Miguelângelo até à última parte do séc. 18; caracterizado por contrastes enérgicos e pelo uso de formas curvas e oblíquas». Isso nos traz à mente algo que o quadro burguês não inclui: Bach foi um homem de paixão tremenda. Não foi obediente aos superiores; foi cabeçudo, sempre a se defender contra seus alunos, a universidade, a Igreja e as autoridades.

Além disso, foi um homem que amava a vida. O conselho da igreja de Halle deu certa vez a Bach um banquete por ocasião da dedicação de um órgão novo. Existe hoje uma cópia do «menu» daquela ceia: «bife a la mode, anchovas, presunto, ervilhas, batatinha, espinafre, carne de ovelha, abóbora, pastéis, casca de limão em calda, cerejas, salada de aspargo, repôlho, rabanete e vitela assada». Bach recebeu um presente em dinheiro durante o banquete e assinou um recibo dessa quantia, usando o papel dum cardápio. Êsse recibo existe até hoje e os especialistas em caligrafias afirmam que sua letra indica alguma instabilidade emocional. Portanto, algumas pessoas acham que êle não sòmente comeu bastante, mas talvez tenha abusado um pouco do copo.

O fato citado nos mostra um outro lado do homem: era um homem barroco em seu amor à vida e suas alegrias. Vamos escutar a ária do soprano da sua maravilhosa «Kaffee Cantata» em louvor ao café:

> «Ah! como é bom beber café!
> Mais deleitável que um milhão de beijos,
> Melhor do que vinho moscatel.
> Queres restaurar o meu espírito?
> Ah! então sirva-me café!»

O «obbligato» para flauta nos sugere o ruído da conversa de muitas pessoas numa festa social («Kaffee-klatsch»).

---

6. Esta sugestão é feita pelo Prof. Hans Besch num excelente artigo: «Bach: Cidadão de Dois Mundos», Lutheran Quarterly, Maio, 1960.

O Prof. Besch apresenta seu resumo dêste aspecto da pessoa de Bach:

> «Êste foi um homem que amou a vida, um arrebatado homem de ação, um homem que finalmente retirou-se e isolou-se do mundo, porque o mundo não podia avaliar sua grandeza. Mas nada disso aparece nos retratos do cantor dedicado, do subordinado obediente, do compositor que se perdia a si mesmo por suas criações que renunciavam a êste mundo pelo Além. Êle se firmou na terra com ambos os pés e impeliu-se conscientemente para frente. Êle escreveu certa vez a um amigo (por sinal no ano em que escreveu a Paixão segundo S. Mateus), que, devido ao clima de Leipzig ter sido muito saudável, menos pessoas haviam morrido e por isso, nos anos anteriores, êle havia tido menos rendimento de honorários de funerais. Podemos ainda conservar no lugar o velho retrato romântico de Bach?» (7)

Entretanto, precisamos corrigir o quadro de Bach como homem barroco, assim como foi necessário corrigir também o quadro que se fêz dêle como homem burguês. Muitas evidências provam que o gôsto demonstrado por Bach pelas coisas do mundo tinha bases cristãs e não no pensamento do século 18.

Vejamos a Cantata n. 4 — «Christ lag in Todesbanden» (Christ lay in death's strong bands):

> «Jesus por nós cativo
> À morte foi levado.
> Mas Êle agora é vivo
> A vida nos tem dado;
> Vamos pois louvar a Deus
> E alegremente graças dar
> Em brados de aleluia!» (8)

É por causa da morte e da vitória de Cristo, diz êle, que devemos nos alegrar e render graças. Seu amor pela vida era baseado em sua gratidão pelas dádivas divinas. Isso nos explica como foi possível a Bach considerar sua música secular tão religiosa como sua música para a Igreja. Às vêzes êle usou temas de músicas seculares que tinha escrito, como motivo de suas cantatas sa-

---

7. Ibid. p. 130.

8. «Christ lag in Todesbanden» (Cristo jaz no poder da morte).

cras (9). Por causa da morte e ressurreição de Cristo, a vida inteira e **tôda** música — religiosa e secular — devem existir para o louvor da glória de Deus. Não foi sòmente nos manuscritos de suas obras religiosas que êle escreveu «ad Gloria sola Deo». Bach daria risadas ao ouvir a crítica de certos comentadores religiosos que se manifestam tristes por ter êle precisado de se rebaixar muitas vêzes, escrevendo música clássica... A vida secular e a música secular eram, para Bach, respostas humanas a Deus tão legítimas quanto a vida e a música religiosa.

Devemos fazer duas observações mais, a respeito de Bach, antes de discutirmos sua fé. Foi um profundo e cuidadoso estudante da Bíblia. Uma descoberta recente nos revelou a lista dos livros de sua biblioteca, onde não havia quase nenhum livro que não fôsse religioso. Achavam-se em suas estantes duas edições das obras de Lutero, uma em latim e outra em alemão, e ainda outros volumes avulsos de seus sermões e **Tischreden** (Conversas à mesa). Havia ali também vários volumes de obras teológicas luteranas, alguns dos sermões do místico Tauler e algumas obras obras dos pietistas Spener e Francke. Na sua biblioteca encontram-se também várias cópias (bastante gastas) da Bíblia, comentários bíblicos, uma geografia bíblica e uma coleção completa da História dos Judeus, de Josefo.

A parte mais impressionante da sua vida foi talvez o seu constante desejo de morrer. Mais adiante teremos de descobrir algo a respeito da origem religiosa dêsse desêjo e teremos de resolver se colocamos Bach entre os luteranos clássicos ou entre os místicos. Entretanto, fazemos aqui êste registro apenas para distinguir uma parte do seu caráter. Lembremo-nos de que êle ficou órfão aos dez anos de idade. Quatro anos depois do seu casamento, ao voltar de uma viagem, encontrou sua espôsa morta e enterrada. Teve um total de 20 filhos, sete dos quais morreram durante a vida dêle. Um escritor diz que durante os primeiros anos do casamento havia sempre um berço novo e um caixão novo em sua casa cada ano.

«Komm, süsser Tod» (Vem, dôce morte!) — Como podemos compreender êste desêjo de morrer e ao mesmo tempo conciliá-lo com o gôsto pela vida, que há pouco observamos? Como foi que êle conseguiu manter-se entre êstes dois extremos sem capitular a nenhum e sem dividir em duas a sua personalidade? Para um cristão a resposta não é difícil! Foi-lhe possível manter estas duas idéias em harmonia em virtude do fato de Bach ter sido mais

---

9. **Êste fato deve levar-nos à reconsiderar a crítica de certos músicos que combatem o uso de música não eclesiástica dentro da Igreja.**

que um homem do séc. 18, cuja vida girava em tôrno de dois centros: vida e morte.

Êle era antes de tudo um cristão — um homem com **um** centro: Jesus Cristo. O amor à vida e o desêjo de morrer estavam ambos rendidos a Cristo. Esta é a razão humana porque a Paixão — a morte e a ressurreição de Cristo — foi um assunto que sempre estêve na sua mente. O desêjo de morrer não foi resultado das suas experiências de tragédia e desespêro, e sim das suas meditações sôbre a morte de Cristo. O amor à vida, a que já nos referimos, derivou-se não das alegrias e deleites dêste mundo, mas da sua meditação sôbre a significação da ressurreição e do mundo como algo que Deus redimiu. A graça de Deus foi dada a Bach em abundância e foi essa graça que o salvou da ansiedade e sensualidade.

O prof. Hans Besch, no excelente artigo ao qual já nos referimos, cita uma sentença de uma carta escrita por Nietzsche:

> «Esta semana eu ouvi a «Paixão segundo S. Mateus» do divino Bach, e cada vez com um sentimento de incomensurável admiração. Quem quer que tenha esquecido o cristianismo, nesta obra êle o ouve realmente como um evangelho. Esta é a música do repúdio da vontade, sem sugestão de ascetismo.» (10).

Uma referência a respeito da morte de Bach, empresta ênfase ao nosso ponto, Alguns anos antes do fim sua vista começou a enfraquecer. Duas operações deixaram-no permanentemente cego e destruiram sua saúde. Sua última composição foi um prelúdio coral, uma forma de que parece ter gostado muito. Algum tempo antes êle havia começado um prelúdio com a música que levava o título «Wenn wir in hochsten Nothen sein» (Quando estamos em maior necessidade). Em seus últimos momentos (a 28 de julho de 1750) êle voltou à obra mais uma vez e, ao ditá-la ao seu aluno e genro Altnikol, mudou o título da peça e para exprimir esperança em vez de angústia, chamou-lhe «Vor deinem Thron tret'ich» (Perante teu trono venho). O Prof. Parry descreve os últimos momentos assim:

> «A morte sempre teve um estranho fascínio para êle e muitas de suas mais belas composições foram inspiradas pelos pensamentos que ela lhe sugeria. E agora êle a encontrou, não com queixas ou mêdo do desconhecido, mas com uma expressão de excelente paz e confiança». (11)

---

10. Ibid.
11. C.H.H. Parry, Johann Sebastian Bach, p. 543.

Êste último prelúdio coral foi executado no funeral de Hans Lietzmann, o famoso historiador alemão, em 1944. Parry diz que o falecido General Beck estava presente e perguntou o nome do prelúdio, dizendo: «Aquilo foi a peça mais extra-terrena que jamais escutei!». Eis aqui a diferença infinita entre Bach e um Beethoven ou um Wagner. Êstes viviam na terra e tentavam alcançar o céu. Bach vivia no céu e gozava a vida terrestre.

Assim terminamos nosso estudo de Bach como homem. Temos contemplado um homem cheio de idéia contraditórias, alguém que amava a vida e ao mesmo tempo dava boas-vindas à morte. E do mesmo modo como não lhe seria possivel explicar a sua própria vida nem sua música sem relacioná-las a Cristo, assim também nós não podemos entendê-lo sem estudarmos algo de sua fé cristã.

II. COMO HOMEM DE FÉ

Como deveremos classificar o pensamento teológico de Bach? Foi êle um verdadeiro filho do Iluminismo? Foi êle um luterano ortodoxo? Foi um pietista? Ou um místico, como diz Schweitzer?

Convém começarmos com uma história. No ano de 1675, quando Spener publicou **Pia Desideria**, o movimento pietista já se firmara na pequena cidade de Mulhausen. O deão da igreja estava influenciado pelos pietistas e quando em 1699 chegou o novo arcediago Eilmar, teve começo o conflito. Eilmar logo pregou um violento sermão contra os pietistas e contra seu colega, o deão Herr Pastor Frohne. E assim, quando Bach chegou, a igreja estava em conflito e divisão. Spitta caracteriza a situação assim:

> «Eilmar coloca-se como um partidário condigno da ortodoxia coletiva oposta a Spener: injusto, fanático e mergulhado num formalismo rígido e sem vida. Em parte alguma pode-se achar um vestígio de um sentimento religioso ardente; nada além de doutrina enfadonha e sem vida, pedantismo, lógica escolástica, verbosidade contenciosa e notória vulgaridade». (12)

Spitta revela-se um pouco violento demais, mas em todo o caso, pensaríamos que Bach estaria ao lado do mais tolerante, o pietista Frohne. Os fatos nos levam à conclusão contrária. No re-

---

12. Phillip Spitta, Johann Sebastian Bach, trad. de C. Bell e J.A.F. Maitland, Vol. I, p. 360.

gistro de batismos, vemos que Eilmar foi escolhido por Bach para ser o padrinho do seu primogênito. Sabemos que sòmente um bom amigo seria escolhido para exercer êsse privilégio. Existia, portanto, uma grande amizade entre aquêle pastor luterano ortodoxo e o organista. Mas, foi Bach sòmente um luterano ortodoxo?

Não há dúvida que êle era dessa tradição e mesmo colocou-se ao lado dos ortodoxos contra muitas idéias, especialmente contra o ascetismo do pensamento artístico do Iluminismo, com sua crença que a beleza em si mesmo poderia enobrecer e transformar o homem. Lemos também sôbre um conflito entre Bach e um tal Ernesti, reitor duma escola em Leipzig, um dos pioneiros da escola de crítica histórica. Ernesti não gostava da música de Bach, pois queria ver na música da Igreja apenas a mensagem ética e prática. Quis eliminar o coração do Evangelho que, na música de Bach, sempre ocupou o centro. Portanto, podemos vê-lo aqui ao lado dos ortodoxos, contra o otimismo e moralismo da teologia do Iluminismo. O Prof. Pelikan, da Universidade de Chicago, exprime êsse ponto vigorosamente:

> «Parece evidente que, enquanto Bach foi influenciado em suas formas musicais por certos aspectos do Iluminismo e mesmo os textos de suas cantatas refletem «o pensamento do Iluminismo, sua orientação teológica fundamental era quase que completamente divergente das pressuposições metafísicas e teológicas básicas da Aufklärung alemã. Enquanto o Iluminismo tem como seu propósito confesso a redução do conteúdo da fé e doutrina cristãs a um certo mínimo irredutível de bom senso, a compreensão de Bach do significado da vida humana estava fundamentada na convicção teológica de que o «minimum» de fé cristã era a dádiva da revelação em Cristo. O motivo da teologia do Iluminismo era o geralmente religioso; o motivo de teologia de Bach era o especìficamente cristão.» (13)

Bach, no fim das contas, havia sido criado num lar ortodoxo e recebeu sua instrução num ginásio ortodoxo. Usou muitas músicas de Lutero como base de seus corais e até fêz uma série de corais baseados no Catecismo Menor de Lutero. Sua convicção da criação inteira como algo bom, é luterana; bem como sua compreensão de vocação. Quase não há uma só página de manuscrito seu que não tenha uma inscrição como **Soli Deo Gloria**, **Jesus juva**, ou **in nomine Jesus.** Há uma citação de um dos seus manuais sôbre acompanhamento e improvisação, em que êle diz: "O baixo

13. Jaroslav Pelikan, Fools For Christ, p. 151.

floreado é um alicerce perfeito para a música... fazendo uma agradável harmonia para a glória de Deus e uma justificável satisfação para a alma. Assim como tôda a música, o baixo floreado não deveria ter outro fim ou objetivo que o da glória de Deus.»

Mas Bach não sòmente superou a teologia do Iluminismo de então. Foi também mais do que um ortodoxo. Ao mesmo tempo, era mais do que um pietista. Teve, porém, certos alvos em comum com os pietistas e soube compreender o espírito dêles. Os pietistas estavam tentando conseguir uma renovação da religião pessoal entre o povo; Bach, a renovação da música sacra. Os pietistas expressavam sua mensagem na linguagem do povo; Bach usou muitas vêzes melodias de origem secular e popular. E, também, certas cantatas têm um leve sabor de pietismo, com sua ênfase no individualismo e nos sofrimentos do Salvador.

Mas depois de admitir tudo isso, precisamos dizer que Bach não concordava com a atitude pietista para com a Arte. Para o pietismo, a Arte e a beleza eram parte «do mundo». Mas Bach afirmava que a Criação era coisa boa, feita por Deus e por Êle redimida. A atitude ortodoxa de então era para Bach menos difícil de aceitar. A ortodoxia considerava a Arte como uma das «adiáphora», isto é, coisas indiferentes, podendo ser usada tanto para o bem como para o mal.

Na imagem popular de Bach, há muitos aspectos do pietismo. Grande parte disso deriva-se de um livro sentimental intitulado **«Die kleine Chronik der Anna Magdalena Bach».** Foi escrito por uma senhora inglêsa, simulando ter sido escrito pela espôsa do grande músico. Neste livro conta-se do dia em que sua espôsa entrou no escritório de Bach, quando êle estava escrevendo «O Gólgota», da «Paixão segundo S. Mateus». Olhou da porta e viu o rosto de Bach branco e coberto de lágrimas. Mais tarde escreveu:

> «Quão pouco aquêles que ouvem esta música percebem quanto ela custa! Eu senti um impulso de ir a êle e lançar meus braços em tôrno de seu pescoço, mas não ousei fazê-lo. Pois havia algo em seu olhar que me encheu de temor e reverente mêdo. Êle nunca soube que eu o havia visto uma vez na agonia do trabalho criador e ainda me alegro a respeito dêsse fato, porque êsse era um momento em que Deus apenas poderia olhá-lo. Nesta música santa que êle compôs para as palavras do Evangelho, êle deu a mais sublime expressão aos sentimentos que vêm aos cristãos de tôdas as partes quando voltam seus olhares

para a Cruz. Sebastian sentiu em sua própria alma a profunda ansiedade, o imenso terror das criaturas precisando de redenção, a altiva sublimidade do mistério da Encarnação, quando sentou-se para compor essa ária.» (14)

Apesar dos aspectos sentimentais e do exagêro, que são óbvios, existe algo nessa história que ilustra a verdade. Bach, sem dúvida, experimentou um sentimento de pecado, ansiedade e dependência da graça divina. (Entretanto, êsse relato não deve ser considerado como documento histórico).

Vemos, então, que Bach teve alguns alvos em comum com os pietistas, pois êle também queria uma renovação de Lutero sob formas novas. Êle enxergava os perigos de uma ortodoxia fria e, por isso, suas músicas apresentam uma apreciação evangélica da doutrina ortodoxa, com uma ênfase feita por alguém que não sòmente conhecia a doutrina, mas que também teve experiência pessoal com o Cristo vivo. Entretanto, não era pietista.

Foi Albert Schweitzer o primeiro a concluir que, visto Bach não caber nas categorias da ortodoxia nem do pietismo, talvez fôsse melhor classificá-lo entre os místicos. Segundo o pensamento de Schweitzer, Bach entraria no grupo histórico dos místicos alemães. Êste homem robusto, que sempre estêve no centro da vida, desfrutando de sua família e de seu trabalho, estaria verdadeiramente morto para o mundo. É verdade que sua vida estêve dominada por um maravilhoso desêjo de morrer. Vez após outra sua música revela essa sua maior preocupação.

Schweitzer (15) chega ràpidamente à conclusão que, sòmente por ter havido em Bach um desêjo de morrer, isso representa prova absoluta de que êle foi um místico. Schweitzer chega a essa conclusão exatamente porque não tem uma cristologia que lhe permita entender a fé cristã que Bach teve. O desêjo de morrer que Bach manifestava era baseado no seu desêjo de chegar às culminâncias em sua união com Cristo. Schweitzer acha que até mesmo a idéia de união com Cristo seja uma idéia do misticismo. Por esta razão, o grande médico de Lambaréné (que sem dúvida é autoridade na música de Bach) não entende a **fé cristã**, nem de Bach e nem de Paulo. Schweitzer, influenciado profundamente pelo Iluminismo e incapaz de aceitar Jesus Cristo como o Filho encarnado de Deus, não está em condições de entender a fé cristã de Bach em têrmos da teologia bíblica de Lutero. Schweitzer, re-

---

14. Die kleine Chronik der Anna Magdalena Bach. p. 57.
15. Schweitzer, A. Op. Cit. Vol. 1, pp. 169-170.

jeitando tôda a estrutura escatológica dos Evangelhos como a «mortalha» do Jesus histórico, não tem outra maneira de explicar nem Bach, nem Paulo. Só através do misticismo. (16)

Mas se Schweitzer pode estar errado a respeito da teologia de Bach, por que não poderia também estar equivocado a respeito da sua música? Quando nós escutamos a música de Bach, a impressão mais forte que recebemos é de ter ela um alvo, um propósito. Não é o tipo de música de um misticismo que renuncia ao mundo. Como diz Scheide:

> «A música de Bach nunca é estática; ela está sempre em movimento, o que pode ser uma das razões do incômodo que ela causa a algumas pessoas. Ela invade a mente e o ser de um modo tal que o ouvinte não acha repouso. Êle perde seu costumeiro contrôle sôbre seus próprios pensamentos. Em Bach, rítmo, melodia e harmonia, os três elementos básicos da música, cooperam para uma finalidade que pode tornar-se realmente insuportável». (17)

Ouvindo o côro da Cantata n. 78, «Apressemo-nos com passos fracos, mas diligentes», podemos entender a verdade desta observação de Scheide. A fé cristã de Bach não é baseada exclusivamente no seu desêjo místico de morrer; ela se baseia também (como fala êste côro) no desêjo de servir a Deus como discípulo de Cristo, agindo redentoramente neste mundo presente. Misticismo é algo que repudia o mundo. Bach é muito mais protestante, muito mais bíblico que isso; e Schweitzer, abandonando a teologia clássica, não enxerga a verdade bíblica evidentemente clara na vida de Bach. Ao mesmo tempo que afirma o mundo, Bach o nega — e vive a desfrutar o mundo, mas sem pertencer a êle. Isto não é misticismo! É escatologia bíblica! E é isso que Schweitzer não entende.

> «Atente-se ao côro inicial da «Paixão segundo São Mateus». Aqui se desdobra uma melodia de gênero emocional o mais extravagante, de angústia e tristeza infinitas. Ela é, na realidade, uma espécie de expressão clássica da frustração máxima da limitação humana. Todavia, o baixo, como um fundo, palpita com o rítmo de uma vitalidade eterna que não é tolhido por nenhuma considera-

---

16. **V. II Cor. 5:6 ss. e a obra monumental de Schweitzer:** The Mysticism of Paul the Apostle.

17. **Scheide, William H.: — opúsculo, «Johann Sebastian Bach as a Biblical Interpreter.» p. 9**

ção humana. É impossível imaginar-se uma expressão mais vívida na arte de relacionar o temporal ao eterno. Envolvimento completo no mundo, unido a uma transcendência total a êle; esta é a essência e ao mesmo tempo o paradoxo da arte de Bach. Uma concepção dessa espécie é mais ousada e mais difícil do que o puro misticismo, mas é também mais bíblica e conduz finalmente à escatologia». (18)

A palavra «concepção», que Scheide usa, é não sòmente a essência e o paradoxo da obra de Bach, mas também de sua vida tôda.

Portanto, não podemos colocar Bach em nenhuma destas categorias: não é luterano convencional e ortodoxo, não é pietista, e nem é místico. Êle é um artista teológico criativo que pensa dentro dos limites da tradição protestante. Êle tem uma profunda lealdade a Cristo e é êsse o segredo do seu caráter e da sua música.

A maior consecução de Bach, tanto artística como teológica, é seu retrato de Jesus Cristo como Senhor. Meditando na morte de Jesus, Bach chegou à mesma conclusão de Paulo, «preferindo deixar o corpo e habitar com o Senhor»; mas meditando também na Ressurreição, êle manifesta seu gôzo pela presente vida. Cristo é a chave para entendermos as diversas facetas de seu caráter e de sua arte, que de outro modo não se poderiam explicar.

> «Em última análise, o que Bach apresenta em suas composições sôbre temas bíblicos não é uma exaltação religiosa indefinida, mas a delineação e sedução de uma personalidade particular, uma personalidade que êle expressou artìsticamente de um modo tal que comunica a convicção de ser a mais formidável de tôdas as personalidades. Quanto a isto (assim como em muitos outros aspectos) Bach desfruta uma solidão algo amedrontadora entre os artistas religiosos. É difícil encontrar-se um rosto de Cristo, pintado ou modelado em séculos recentes pelo menos, que expresse a mesma fôrça da concepção de Bach. Eu não tenho notícia de nenhuma realização literária que se lhe compare. Na medida, portanto, em que o Jesus de Bach continua a ser uma figura solitária entre as criações artísticas dos últimos tempos, o compositor pode, com justiça, pretender o título de o maior de todos os artistas cristãos». (19)

---

19. Scheide, op. cit., p. 35.

Finalmente, todos nós precisamos verificar a validade desta opinião em nossa própria experiência. Em qualquer época quando a Bíblia se torne algo estranho à nossa vida, quando tivermos afastado o seu poder para longe de nossa própria experiência — talvez por causa da nossa familiaridade com ela ou por causa de super-confiança em nossa própria capacidade crítica — então é hora de nos assentarmos com o Novo Testamento em mãos e escutarmos as meditações e interpretações profundas de Bach. Não conheço nenhum outro processo mais eficaz de reafirmarmos nossa fé no fato de ser a Bíblia o livro que transforma vidas, através da sua mensagem de alegria, vitória e salvação. (E não, como querem alguns, «porque ela apresenta a mais adequada interpretação da situação humana»).

Quando a nossa fé cristã se torna algo apenas tradicional e sem poder, devemos escutar outra vez a «Paixão segundo S. Mateus», especialmente «O Haupt voll Blut um Wunden» (Ó Cabeça ensangüentada). Ou quando o gôzo do Evangelho pareça estar bem longe de nós, o último coral da «Paixão segundo São João» encherá nossa alma de alegria e louvor a Deus.

Bach foi um grande teólogo. E o foi pela única razão pela qual um teólogo pode ser grande: êle considerou como seu dever único, o de interpretar as palavras das Escrituras e revelar o profundo significado delas para o seu tempo. Suas interpretações sempre nos ensinam humildade em presença da Graça Divina e, ao mesmo tempo, nos inspiram para o serviço cristão.

BIBLIOGRAFIA

Barth, Karl: — PROTESTANT THOUGHT FROM ROUSSEAU TO RITSCHL «Die Protestantische Theologie im 19. Jahrhundert» Harper & Brothers, New York. 1959

Besch, Hans: — «Bach: Citizen of Two Worlds» artigo na Lutheran Quarterly, Maio, 1960

Brant, Celso: BACH, O QUINTO EVANGELISTA. Ministério de Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1957

David, H.T. e Mendel, A. (Editores) THE BACH READER — R. L. Poole, Londres. 1946

Hazelton, Roger: — NEW ACCENTS IN CONTEMPORARY THEOLOGY — Harper & Brothers, New York. 1960

Nettl, Paul: — DE LUTERO A BACH — La Aurora, Buenos Aires. 1948

Parry, Charles Hubert Hastings: — JOHANN SEBASTIAN BACH — Oxford University Press, Londres, 1909.

Pelikan, Jaroslav: — FOOLS FOR CHRIST — Muhlenberg Press, Philadelphia, 1955.

Scheide, William H.: — opúsculo «Johann Sebastian Bach as a Biblical Interpreter». Princeton Theological Seminary, Princeton, N.J. 1956

Schweitzer, Albert: — THE MYSTICISM OF PAUL THE APOSTLE — A. & C. Black, Ltd. Londres. 1931

Schweitzer, Albert: — J. S. BACH — A. & C. Black, Ltd. Londres 1911 (Em Francês, Leipzig, 1905)

Smallman, Basil: — THE BACKGROUND OF PASSION MUSIC — S. C. M. Press, Ltd. Londres, 1957

Spitta, Phillip: — JOHANN SEBASTIAN BACH — trad. de C. Bell e J. A. F. Maitland. 3 Volumes. (Em Inglês) Leipzig, 1873.

★

"PORQUE não és frio nem quente...» — O Dr. Wayne E. Oates, em pequeno mas rico volume intitulado «What psychology says about religion», faz a seguinte observação que vale por ótimo comentário ao texto acima: — «Os absolutos pelos quais o homem vive não são meras opiniões que êles sustentam com medíocre entusiasmo. São, pelo contrário, realidades e valores pelos quais êles vivem e estão dispostos a morrer. O psicoanalista Gotthard Booth diz que tem «razões teóricas e empíricas», para crer que a saúde, quer de um cristão piedoso ou de um ateu militante, é melhor do que a da pessoa que «não conseguiu achar no mundo coisa alguma pela qual esteja disposta a viver ou a morrer». — Op. cit., pág. 96.

Assuntos Brasileiros

DIRETRIZES E BASES DE EDUCAÇÃO NACIONAL

GUTENBERG DE CAMPOS

O SENADO da República aceitou, finalmente, no dia 3 de agôsto próximo passado, com algumas emendas ainda não dadas à publicidade, o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que a Câmara Federal havia aprovado anteriormente. O Senado repeliu, por grande maioria. o substitutivo do nobre senador mineiro, Dr. Camilo Nogueira da Gama, ilustre democrata e prestigiado prócer do Partido Trabalhista Brasileiro. A decisão infeliz da Alta Câmara decepcionou inteiramente a opinião pública democrática do país, opinião esta representada, com garbo e ousadia cívica, pelos defensores da Escola Pública.

Insistentemente convidado pelo culto e atilado diretor desta Revista, para expor com maiores detalhes o momentoso assunto, aqui estou com o mesmo entusiasmo com que me lancei à luta, defendendo Escola Pública e alertando a opinião evangélica contra o perigo que pesava e que ainda pesa sôbre as instituições democráticas do país.

Antes de mais nada quero afirmar que é inadiável para os legítimos interêsses do evangelismo pátrio e para a própria preservação do regime republicano, que todos os cristãos evangélicos, membros de quaisquer denominações evangélicas, operantes no país, e afastadas do falso cristianismo que anda por aí solapando os alicerces do sistema democrático, assumam, corajosa. prudente e imediatamente. uma posição definida nos quadros políticos da nacionalidade. Todo cristão

evangélico alfabetizado, — e não se concebe que não o seja —. deve possuir ao lado de sua Bíblia, um exemplar da Constituição Brasileira e o seu título de eleitor. As Igrejas Evangélicas devem promover sistemàticamente aulas de civismo e de orientação social aos seus membros. As datas nacionais, 7 de setembro e 15 de novembro, especialmente, devem ser comemoradas com maior expressividade cívica. As Igrejas evangélicas devem ministrar à sua juventude lições austeras de moral e de civismo. A história pátria e a biografia dos grandes vultos brasileiros podem fazer parte, também, do próprio curriculum das lições destinadas à Escola Dominical. O ensino da Bíblia precisa ser ministrado de ora em diante em função, também, das realidades político-sociais do mundo e da pátria. Os cristãos protestantes devem estar a par da vida e da obra dos grandes líderes e dos grandes mártires que deram a vida pela liberdade civil e religiosa. A Igreja de Cristo, além de proclamar a salvação do indivíduo pelo sacrifício redentor de Cristo, deve formar, também, o caráter cívico, moral e intelectual do cristão salvo por Cristo. Cada cristão professo tem o dever indeclinável de ser patriota esclarecido e eleitor responsável. Tem de ser um elemento dinâmico na sociedade e um fermento irresistível no meio-social em que vive. Tem, por isso, de estar informado sempre dos problemas nacionais mais palpitantes, não para resolvê-los, naturalmente, mas para estar em condições de orar pela pátria com mais sabedoria e de colocar o seu voto nas urnas com maior consciência cívica. Daí a responsabilidade do ministério evangélico, dos seminários evangélicos, das escolas evangélicas, dos intelectuais evangélicos, da imprensa e do púlpito evangélicos. Não deve haver problema de profundo interêsse nacional que não seja, também, do interêsse do cidadão evangélico. A Igreja, como tal, não deve meter-se em questões políticas, mas os cristãos, individualmente, podem e devem exercer profundas atividades político-sociais. comportando-se, porém, em tôdas as circunstâncias, como fiéis discípulos de Cristo. A personalidade do cristão-evangélico deve possuir características marcantes e definidas. Deve refletir no seu dinamismo e na sua pureza de propósitos a comunhão inspiradora que mantém com as divinas Pessoas revolucionárias de Cristo e do Espírito Santo. Deus, para o cristão-evangélico, não é um santo-morto, mas o Espírito Vivificante, cheio de graça e de verdade. O conceito que o cristão-evangélico tem de Deus é o de um Deus vivo, dinâmico, imanente, pessoal, revolucionário. existencial e atuante. A crença num Deus assim é algo de glorioso que responsabiliza e ilumina a personalidade do que crê. Desinteressar-se, pois, dos problemas vitais da pátria e do mundo é não ser fiel a Cristo, o Verbo-Encarnado de Deus. Voltar as costas, pura e simplesmente, aos temas cívicos, às lutas políticas, aos graves problemas sociais da hora que passa, é também, uma forma de infidelidade ao Evangelho, ou pelo menos, de incompreensão do Evangelho.

A estupenda mensagem profética entregue à consciência protestante, há mais de meio século. por Shailer Mathews. em seu magistral livro THE CHURCH AND THE CHANGING ORDER, possui, ainda, impressionante e majestosa atualidade. A Igreja de Cristo, fiel ao Evangelho e leal às doutrinas dos apóstolos, tem de atuar enèrgicamente nesta grande hora de transição e de recomposição da sociedade humana. E há-de fazê-lo, não se imiscuindo. mediòcremente, na política sectária e secular, mas criando e inspirando cidadãos auteros cuja presença e atuação na sociedade sejam, de fato, um fator positivo na regenração e santificação dos costumes sociais e políticos do mundo. Conversão, no alto conceito bíblico. é transformação da personalidade. salvando-a para que ela possa servir, santificando-a para que ela possa ser fermento na comunhão social. A alma que mantém, de fato, comunhão com Cristo, não pode ser anêmica nem superficial. Por isso, tudo o que acontece, na igreja, no lar e na sociedade, tem de ser objeto da sua atenção, do seu interêsse e de suas orações. Há, contudo, uma série de coisas que merece a atenção especial do cidadão convertido: os problemas, por exemplo, que afetam a estrutura jurídica do Estado democrático e os postulados cívicos da República. Devem ser do interêsse imediato e intransferível de todo cidadão-protestante, especialmente, os seguintes problemas: o problema da preservação das liberdades civis e religiosas nos países de tendência pagã e idolátrica; o problema da igualdade jurídica dos indivíduos e dos diferentes credos religiosos diante da Lei e perante o Estado; o problema da organização e da promoção da educação pública e do ensino nacional; o problema do devido respeito à fraternidade e à dignidade humanas; o problema do direito que o cidadão democrático deve ter da bater-se pela maior justiça social sem ser acoimado, por isso, de comunista ou de coisa que o valha; o problema da existência de fôrças reacionárias operantes no país, tão nefastas à convivência social como o próprio comunismo materialista e ateu; o problema do acesso que devem ter as minorias religiosas e sociais à imprensa, ao rádio e à televisão; e outros problemas apaixonantes e vitais como êstes.

E, assunto algum na esfera político-social do país, merece tanta atenção e desvêlo dos evangélicos, como as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ora em balha. Destas Diretrizes e destas Bases dependem o próprio destino da pátria e a própria sorte da democracia no Brasil. Êste assunto é básico e supremo. Nêle estão envolvidos interêsses sagrados da alma humana e direitos imprescritíveis do cidadão. Os evangélicos devem estar plenamente informados de tudo o que há em tôrno dêste magno assunto. Trata-se, evidentemente, de uma questão de vida e morte para os mais legítimos sentimentos republicanos. Uma questão que desperta interêsses sagrados que permanecerão em pauta por muito tempo. Democrata algum, liberal algum, evangélico algum,

poderá ensarilhar armas antes da vitória completa e cabal dos ideais autênticamente democráticos na vida e nos costumes dos povos. Os idealistas desta cruzada poderão perder algumas batalhas preliminares, mas jamais perderão de vista a vitória final, vitória, aliás, assegurada por Deus mesmo, aos que lutam e se batem pela verdade, pelo direito e pela justiça. Abordarei, portanto, com plena liberdade, o palpitante assunto, e o farei sem ambages ou quaisquer descabidos respeitos humanos.

A SITUAÇÃO DO ENSINO NO PAÍS

As atividades educacionais do país vem se processando, desde há muito tempo, mais ou menos empìricamente, quase à matroca, destituídas de uma orientação científica definida que as encaminhasse, com maior rendimento e proveito, a uma finalidade social mais objetiva e a uma realidade democrática mais concreta. Os programas de ensino oficial e as iniciativas particulares não condizem com as brutais e agressivas realidades sociais do mundo moderno. Os esforços e os gastos feitos com a alfabetização e instrução dos brasileiros, o incremento último da extensão da rêde de ensino, não produzem um rendimento à altura das exigências da sociedade hodierna. E não produzem, dentre outros motivos, pelos seguintes: a) o programa de ensino está totalmente fora de forma e de atualidade, b) os recursos financeiros destinados ao ensino, são parcos e deficientes, c) é gritante a ausência de uma finalidade social fundamentalmente democrática no planejamento e no processamento do ensino.

O ensino primário que se ministra hoje não produz o rendimento que produzia há 40 anos atrás quando o período escolar era mais longo e o ensino mais apurado. Daí a necessidade dos célebres cursos de admissão extra-oficiais, preparando os alunos à matrícula nos cursos de segundo grau. O curso secundário e o colegial não preparam, suficientemente os estudantes para o ingresso nas Faculdades superiores. Antigamente os ginásios eram poucos. A matrícula nêles um privilégio. Mas ministravam ensino mais eficiente e mais sério. Hoje a instrução intensificou-se em quantidade com prejuízo manifesto da qualidade. Daí, também, a existência dos não menos famosos "cursinhos" particulares vestibulando os exames de ingresso às escolas superiores. Os cursos superiores, por sua vez, selecionam com muito mais cuidado suas equipes de futuros doutores e candidatos às diversas profissões liberais. As faculdades, como os ginásios, eram escassas, o estudo um privilégio, mas o ensino era mais sério e mais produtivo em profundidade. Com a democratização da sociedade e o triunfo das idéias progressistas nos espíritos, o direito ao estudo e às aspirações à cultura mais elevada e ao gôzo de outras regalias sociais, estendeu-se, felizmente, a

tôdas as classes, por mais humildes que sejam. O ensino intensificou-se em sentido horizontal, não vertical; em quantidade, não em qualidade. O critério adotado, num "frenesi" patriótico irresistível, foi: alfabetizar a todo custo, a galope, haja o que houver! E ao termo *alfabetização*, deu-se um conteúdo muito medíocre e superficial: saber ler e escrever mal e pobremente! Muitos outros defeitos poder-se-iam apontar nas atividades educacionais do país. Outros aspectos do problema, — como, por exemplo, a infeliz substituição da *instrução moral e cívica* pelo chamado *ensino religioso* muitas vêzes sectário e retrógado —, poderiam ser, também, focalizados e discutidos numa análise mais demorada da matéria. Urgia, pois, uma reforma substancial na estrutura e na finalidade da educação nacional. Esta necessidade já se vinha sentindo há muito tempo. Tentativas de reforma e mudança de rumo surgiram, ficando, todavia, sempre, nas gavetas oficiais ou, apenas, nas colunas das gazetas. Projetos de reforma nasciam, muitas vêzes, já fora de forma e de atualidade, graças à displicência, ao espírito reacionário ou à ignorância específica das autoridades responsáveis pela solução do problema. Neste regime caótico, multiplicavam-se as escolas e as faculdades particulares, a granel, sem que o Estado democrático tivesse exercido, como devia, fiscalização ordeira e saneadora. As iniciativas particulares, com raras e nobres excepções, nasciam com vícios graves e desconcertantes: a) o fito exagerado de lucro, b) o interêsse de proselitismo religioso, muitas vêzes, anti-fraterno e anti-democrático O ensino público e oficial, por seu turno, não contava com dois fatôres de fundamental importância: a) um programa definido e atualizado segundo às exigências sociais do mundo moderno, b) recursos suficientes dos cofres públicos para a devida expansão e aprimoramento de suas atividades. Imprescindível, sem dúvida alguma, a necessidade de que os poderes competentes formulassem diretrizes sábias e bases profundas para a educação nacional.

AS DIRETRIZES PROPOSTAS.

Ao Estado democrático compete a liderança na organização e orientação do ensino do país. As Constituições do Brasil, em todo o período republicano, excepção da malograda carta outorgada de 1937, consagram êste princípio. A Constituição de 24 de fevereiro de 1891 proclama a laicidade do ensino nos estabelecimentos oficiais (Art. 72, Parágrafo 6.º). A Constituição de 16 de julho de 1934, dedicando ao assunto, nada menos, de onze artigos, onze itens e seis parágrafos, firma os seguintes deveres e a seguinte competência do Estado: a) fixar o plano nacional de educação, b) coordenar e fiscalizar a sua execução, c) determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino, fiscalizando-os, d) organizar e manter, nos Territó-

rios, sistemas educativos apropriados, e) reconhecer condicionalmente os estabelecimentos particulares de ensino, f) proibir a dispensa de concurso de títulos e provas para o devido provimento dos cargos do magistério oficial. A Constituição vigente, a de 18 de setembro de 1946. declara, taxativamente: *O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulam* (Art. 167).

Não se discute, pois, a competência do Estado, competência e dever, de organizar, orientar e liderar, o ensino prático. Qualquer reforma de ensino tem de ser promovida pelo Estado, e seu conteúdo e estrutura, natureza e finalidade devem, em tôdas as circunstâncias, refletir a índole e os propósitos liberais e democráticos da Constituição brasileira. Disto não há que fugir. E antes de prosseguirmos, convém determo-nos, por um instante, na interpretação do dispositivo constitucional acima transcrito. O aludido dispositivo (art. 167), determina duas coisas bem explícitas: a) o ensino dos diferentes graus e ramos deve ser ministrado, com absoluta preferência, pelo poder público, b) as iniciativas particulares têm liberdade para ministrar o ensino. mas desde que se sujeitam às leis impostas pelo Estado. O Estado não pode, pois, fazer duas coisas: a) abrir mão do seu dever de ministrar o ensino, b) deixar de fiscalizar e disciplinar as iniciativas particulares de ensino. Por outro lado nenhuma iniciativa particular de ensino, quer leiga, quer confessional, poderá gozar da liberdade de fundar, organizar, e dirigir escolas com o propósito claro ou dissimulado de ministrar ensino contrário ao regime democrático e aos postulados sociais da República. Para sermos mais claros e explícitos: se negamos, em nome dêstes princípios, o direito ao comunismo de fundar tais escolas, negaremos, também, em nome dos mesmos princípios, o mesmo direito ao clericalismo de qualquer tipo, de criar escolas com finalidades anti-democráticas e anti-republicanas. O Estado democrático não pode ser um Estado suicida e muito menos um Estado fraco e despersonalizado. Quem combate a intromissão dos comunistas nos costumes políticos e sociais do Brasil deve combater, também, a ingerência e a intromissão, constante e abusiva, de credos internacionais, de índole e natureza totalitárias em nossos costumes políticos e aspirações democráticas. Não queremos pautar nossos hábitos políticos, nem orientar nossas reformas sociais segundo o figurino materialista de Moscou, mas não queremos e não permitiremos, tão pouco, que êstes mesmos hábitos e esta mesma reforma se processem sob a tutela eclesiástica qualquer que seja. O brasileiro sincero, o democrata esclarecido e culto, jamais toleraria que o Direito Canônico de credos reacionários viesse substituir o nosso Direito Civil baseado sôbre princípios liberais e calcados sôbre fundamentos cristãos e democráticos. Esta verdade é que deve determinar a atitude e as resoluções dos responsáveis pela orientação e programação do ensino nacional.

Nunca será demais repetir: não queremos nem a cubanização, nem a clericalização de nossa sociedade e dos nossos costumes políticos! Aborrecemos tanto o extremismo da esquerda como o extremismo da direita! Ambos são contrários a nossa formação democrática e aos sentimentos generosos do povo brasileiro. Civismo não é clericalismo e cristianismo não é romanismo. Os que se mostram tão exaltados contra o comunismo, perdem tôda a autoridade moral, quando debaterem em nome de um falso cristianismo, mal dissimulando complexos totalitários e ditatoriais. Na defesa sincera das instituições democráticas e no devido respeito às liberdades religiosas, é que encontraremos base moral para combater os extremismos e para promover sem violência. a urgente reforma da justiça social.

O texto da lei é claro e de transparente compreensão. O Estado democrático responsável não pode reconhecer às iniciativas privadas ampla e ilimitada liberdade de ação. As iniciativas privadas de ensino são livres, mas com o devido respeito às leis que regulam êste mesmo ensino. Dentro do território nacional instituição particular alguma poderá gozar da liberdade de organizar e dirigir escolas cuja filosofia de ensino e de vida seja oposta aos princípios e aos ideais da democracia explìcitamente consagrados na própria Constituição da República.

Reatando os comentários que vínhamos fazendo sôbre a necessidade urgente de uma reforma do ensino no país, prosseguiremos num breve e necessário histórico. Em 1947 foi nomeada pelo ministro Clemente Mariani uma comissão de renomados educadores incumbida de preparar um projeto de lei. fixando, afinal, as diretrizes e as bases que de então em diante deveriam presidir as atividades educacionais do país. Faziam parte desta augusta comissão, os seguintes ilustres brasileiros: Antonio de Almeida Júnior, Antonio Carneiro Leão. Teixeira de Freitas, Celso Kelly, Câmara Lobo. Fernando de Azevedo. Alceu Amoroso Lima, Artur Filho, Joaquim Faria Goes, Maria Junqueira Schmidt, Pedro Calmon, Cesário de Andrade, Mário Paulo de Brito, Leonel Franca, Levi Carneiro. A Comissão elaborou um anteprojeto calcado nos dispositivos constitucionais e consagrando a descentralização federativa nas diretrizes de ensino. O referido anteprojeto. acompanhado da mensagem presidencial, foi apresentado à Câmara, em novembro de 1948, onde permanece, dormindo, até julho de 1951, época em que se constatou, pura e simplesmente, o seu extravio ou desaparecimento. De 1951 a 1958, o anteprojeto em balha, já restaurado, e a discussão do assunto, sofrem um incrível e indeslindável processo de marcha e contra-marchas, de avanços e de recuos, de bombardeios e contra-bombardeios, até que, dentre outros, surge o celebérrimo substitutivo Carlos Lacerda, datado de 1958, felizmente, repelido por absurdo e reacionário, mas, infelizmente, vitorioso em seus aspectos mais negativos, nas atuais diretrizes e bases aprovadas pela Câmara Federal, em janeiro de 1960, e com algu-

mas emendas, pelo Senado da República, em 3 de agôsto de 1961. Gustavo Capanema procurou torpedear o anteprojeto Clemente Mariani de 1948, conseguindo protelar a sua votação e aprovação final. Carlos Lacerda, por sua vez, procurou, agora, destruir a estrutura clássica e tradicional do nosso sistema de ensino, ainda consagrado no anteprojeto de 1958, conseguindo imprimir novos rumos à discussão e equação da matéria. O espírito reacionário e clerical levanta o cólo liderado pelo árdego panfletário carioca e prestigioso procer udenista. Carlos Lacerda, sagrando-se, campeão da extrema-direita e porta-voz retumbante da reação, explora, sem originalidade e sem modéstia, duas coisas que não passam de meros pretextos políticos da sua imperturbável e jesuítica solércia: os sagrados direitos da família e o perigo iminente do comunismo avassalador! A defesa da família e o combate ao comunismo não se processam, porém, com golpes farisaicos desferidos nas instituições liberais da República, nem tão pouco, na constante, antipática e atrevida intromissão da política clerical na esfera do poder civil e nos destinos da democracia brasileira, desfigurando-os. O substitutivo Carlos Lacerda, apresentado na Câmara, em 1958, rejeitado nas suas linhas mais grossas, mas vitorioso, afinal, no projeto posteriormente aprovado pela Alta Câmara do país, em seus alvitres reacionários mais disfarçados. pretendia, nada mais e nada menos, do que: a) a prioridade absoluta das escolas particulares e a supletividade mediante o poder público, b) a obrigação do Estado em subvencionar, larga e amplamente, as escolas particulares, c) o Estado não terá direito algum de fiscalizar o ensino particular.

O substitutivo Carlos Lacerda possuia 18 títulos arranjados em 105 artigos, vários parágrafos e ítens, assim dispostos:

Título I

Fins da educação

Título II

O direito de educar

Título III

A liberdade de ensino.

Título IV

Competência do Estado em relação ao ensino.

Título V

A verificação dos trabalhos escolares.

Título VI

A educação primária: objetivos e condições: estruturação e duração do curso.

Título VII

A educação do grau médio.

Título VIII

A educação secundária: objetivos, condições de admissão, estrutura e duração. os períodos letivos e as férias, as transferências, e o ensino profissional.

Título IX

O magistério: formação do magistério. os orientadores educacionais.

Título X

O administrador escolar.

Título XI

Os inspetores de ensino.

Título XII

O acesso aos cursos superiores.

Título XIII

O ensino superior

Título XIV

Recursos da educação: os fundos e as bolsas. financiamento e empréstimos.

Título XV

A defesa da educação

Título XVI

Os poderes da educação: definição. o conselho nacional de educação, os conselhos regionais de educação, o órgão auxiliar.

Título XVII

Educação de excepcionais.

Título XVIII

Disposições transitórias.

Os absurdos mais graves no aludido substitutivo estão nos títulos II, III e IV, que definem, respectivamente, o direito de educar, a liberdade de ensino, e a competência do Estado em relação ao ensino. Convem reproduzí-los, na íntegra, para maior esclarecimento dos leitores:

Título II: O direito de educar.

Art. 3.º — Aeducação da prole é direito inalienável e imprescritivel da família.

Art. 3.º — A educação da prole é direito inalienável e imprescritível da família.

Art. 5.º — Para que a família, por si ou por seus mandatários, possa desobrigar-se do encargo de educar a prole, compete ao Estado oferecer-lhe os suprimentos de recursos técnicos e financeiros indispensáveis, seja estimulando a iniciativa particular, seja proporcionando ensino oficial gratuito ou de contribuição reduzida.
Título III: A liberdade de ensino.

Art. 6.º — É assegurado o direito paterno de prover, com prioridade absoluta, a educação dos filhos; e o dos particulares, de comunicarem a outros os seus conhecimentos, vedado ao Estado exercer ou, de qualquer modo, favorecer o monopólio do ensino.

Art. 7.º — O Estado outorgará igualdade de condições às escolas oficiais e às particulares:

a) pela representação adequada das instituições educacionais nos órgãos de direção do ensino;

b) pela distribuição das verbas consignadas para a educação entre as escolas oficiais e as particulares proporcionalmente ao número de alunos atendidos;

c) pelo reconhecimento, para todos os fins, dos estudos realizados nos estabelecimentos particulares;

Art. 8.º — Excetuam-se das disposições dos arts. 6.º e 7.º, a fundação e a manutenção, pelo Estado, de Escolas Militares.

Art. 9.º — Ao Estado compete, ainda, fixar as normas gerais para a educação cívica, cabendo aos estabelecimentos de ensino especificá-las e orientar-lhes a execução.
Título IV: Competência do Estado ao ensino.

Art. 10 — Competem ao Estado as seguintes funções:

a) dar, quando silicitada, assistência técnica e material às escolas, a fim de lhes assegurar, em benefício da comunidade, o mais extenso e intenso rendimento de trabalho.
b) verificar se a escola preenche as finalidades a que se propõe;
c) fundar e manter escolas oficiais em caráter supletivo nos estritos limites das deficiências locais, onde e quando necessário ao pleno atendimento da população em idade escolar.

Art. 11 — Na verificação das condições mínimas para o funcionamento dos estabelecimentos de ensino, o Estado estipulará normas que atendam às seguintes condições fundamentais: quanto à idoneidade: *a) constitua a escola empreendimento do qual, acima de quaisquer finalidades, prevaleça o propósito de educar, b) mantenha na efetiva direção, pessoa cuja integridade moral e capacidade profissional sejam incontestáveis e comprovadas, c) filie-se o estabelecimento escolar à associação autônoma de escolas cujo fim procípuo seja o aprimoramento da*

consciência profissional dos educadores; quanto às condições *materiais: a) preencha a escola um mínimo de condições de higiene e confôrto, variável segundo as possibilidades e necessidades relativas da região, b) sejam tais condições verificadas e revistas de três em três anos, pelo menos, por delegados escolhidos pelo Conselho Regional de Educação.*
Art. 12 — Compete à União estabelecer as diretrizes gerais da educação nacional.
Art. 13 — Compete aos Estados e ao Distrito Federal a organização dos sistemas locais e da rêde escolar. no que diz respeito ao ensino oficial, sendo essa competência atribuída à União nos Territórios Federais e, com caráter supletivo, onde e enquanto não possam os Estados se desincumbir plenamente dessa função.

O conteúdo dêstes artigos e itens são explícitos quanto à pretensão de privilégios odientos que se pretendem outorgar aos grupos sociais e religiosos que manipularam o famigerado substitutivo. E o que mais repugna no substitutivo em balha, são as falsas aparências de vocação democrática e de desvêlos domésticos. O substitutivo mostrou-se tão reacionário e absurdo em suas pretensões. que fôra repelido pela Câmara. Mas seus propugnadores, alguns de peito aberto. outros embuçados ou escondidos atrás de misteriosos biombos, não se deram por vencidos. Carlos Lacerda, tendo em mira as eleições que se anunciavam, e pretendendo a governança da Guanabara, aliando-se com Sandra Cavalcanti, igualmente candidata à Câmara de Deputados do novo Estado, deram-se as mãos, no empenho da votação e aprovação imediata do Projeto N.o 2.222, hoje, transformado em lei, projeto êste que consagra, ainda que, camufladamente, muitas mirabolantes pretensões do substitutivo Lacerda. Enquanto educadores evangélicos se reuniam no Rio de Janeiro. estudando e analisando. em companhia de reconhecidos e abalizados educadores patrícios, do coturno de Lourenço Filho e Anisio Teixeira, as chamadas Diretrizes e Bases, o senhor Carlos Lacerda, e a senhora Sandra Cavalcante realizavam comícios políticos, em colégios confessionais católicos romanos, em favor de suas próprias candidaturas, explorando, sempre, o apoio acintoso que davam às mesmas Diretrizes e Bases, e caluniando, miseràvelmente, os defensores da Escola Pública, taxando-os, indiscriminadamente, de comunistas ou de inocentes úteis a serviço do comunismo...

Mas o famigerado substitutivo foi analisado e reduzido às suas legítimas proporções, por jornalistas, intelectuais e professôres, em artigos e estudos, publicados nos jornais de S. Paulo, especialmente, no "O Estado de S. Paulo", ou, apresentados, na I.ª Convenção Estadual de Defesa da Escola Pública, a 4 de maio de 1960. Artigos e estudos que analisam, também, sob diferentes aspectos, — o aspecto técnico, o político, o social e o econômico — as infelizes Diretrizes e Bases da Educação Nacional, desgraçadamente aprovadas, com algumas emendas pelo

Senado brasileiro. Êstes artigos e êstes estudos estão reunidos no volumoso livro DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, editado pela Comissão Estadual de Defesa da Escola Pública de S. Paulo, com a colaboração de intelectuais de S. Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Belo Horizonte. Trata-se de um alentado volume de 600 páginas, com trabalhos sôbre o assunto, produzidos, dentre outros, por Antonio Almeida Júnior, Carlos Mascaro, Fernando de Azevedo, Florestan Fernandes, João Villalobos, Laerte de Carvalho, Luiz Carranca, Roque Spencer de Barros, Wilson Cantoni, e outros. O volume traz, também, na íntegra, numa Apêndice, os Projetos, os substitutivos e as emendas, apresentados nas Câmaras ou sugeridos por entidades leigas. Merece especial recomendação o trabalho do ilustre prof. Florestan Fernandes, intitulado *Análise e Crítica do Projeto de Lei sôbre Diretrizes e Bases.* Nêste trabalho, o conhecido intelectuas paulista, professor universitário, especializado em sociologia, produz, com insenção de ânimo, profundidade de análise, inteligência cívica e discortínio político, esplêndido estudo da matéria, deixando patentes as erronias, os lapsos e as falhas do malsinado projeto de lei, infelizmente aprovado, embora com emendas, pelo Congresso da República. Roque Spencer Maciel de Barros, num estilo e numa linguagem de expedito escritor, produz, também, excelentes trabalhos sôbre o infeliz Projeto, tratando com erudição, conhecimento do assunto e, sobretudo, com absoluta independência moral, vários dos aspectos mais palpitantes do problema, tais como — Liberdade e Ensino, Religião e Educação, Escola e Ideologia, o Direito da Família, etc. Sobretudo, o estudo e a análise que faz sôbre o chamado Direito da Família, merecem atenção especial, dos que quiserem se aprofundar, um pouco mais no assunto. Os defensores das Diretrizes e Bases, hoje transformadas em lei, fizeram carga cerrada no chamado Direito da Família. E o ilustre professor e intelectual patrício, analisa o referido direito, numa crítica percuciente, e atilada, mostrando, à saciedade, o conflito irredutível existente, nesta matéria, entre o Direito Canônico e o Direito Civil e Constitucional da República dos Estados Unidos do Brasil. Trata-se, positivamente, de um trabalho que deve ser lido e examinado por todos os democratas e, especialmente. pelos estudantes de teologia das nossas Casas de Profetas. O volume trás, também, vários documentos de permanente valor, como o Manifesto dos intelectuais brasileiros e a Proclamação de Princípios pela Primeira Convenção Estadual de Defesa da Escola Pública.

O Projeto N. 2.222 que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovado pela Câmara Federal, e pelo Senado, com inúmeras emendas, que nada alteram de fundamental, o seu conteúdo reacionário e sectário, possui 119 Artigos, 74 parágrafos, 86 itens, dispôstos em 13 Títulos e 10 Capítulos, contendo o seguinte:

Título I: Dos fins da educação
Título II: Do direito à educação.

Título III: Da liberdade do ensino.

Título IV: Da administração do ensino.

Título V: Dos sistemas de ensino.

Título VI: Da educação de grau primário: pré-primária, primária.

Título VII: Da educação do grau médio: do ensino médio. do ensino secundário, do ensino técnico, da formação do magistério para o ensino primário e médio.

Título VIII: Da orientação educativa e da inspeção.

IX: Da educação de grau superior: do ensino superior, das universidades, dos estabelecimentos isolados de ensino superior.

Título X: Da educação de excepcionais.

Título XI: Da assistência social escolar.

Título XI: Dos recursos para a educação.

Título XIII: Disposições gerais e transitórias.

O Projeto é na aparência democrático, liberal e constitucional. Quem o ler na íntegra, desprevenido, sem conhecimento especializado do assunto, destituído de espírito crítico, crédulo na formação jurídica e na sinceridade democrática dos nossos legisladores, inexperiente da política ultramontana avassaladora, não perceberá, de pronto, a solércia e os golpes farisaicos contra a Escola Pública e os diretios democráticos do povo, dissimulados na linguagem sibilina, imprecisa, de duplo sentido ou de sentido oculto, em que estão redigidos muitos de seus artigos e parágrafos. O Projeto é, contudo, fora de qualquer dúvida, tendencioso e eminentemente sectário: visa beneficiar e conceder propinas às escolas particulares, especialmente. às confissionais de orientação romana, em manifesto detrimento da Escola do Povo, escola que não admite odiosas discriminações sociais e religiosas e que cuida. de fato, do maior aprimoramento do ensino. A capciosidade principal do Projeto, se situa na redação dos artigos, parágrafo e ítens do Título II, que dizem respeito ao Direito à educação:

Art. 2.º — *A educação é o direito de todos e será dada no lar e na escola.* Parágrafo único: *À família cabe escolher, com prioridade, o gênero de educação que deve dar a seus filhos.*

> *A) pela obrigação do Poder Público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma da lei em vigor.*
>
> *B) pela obrigação do Estado de fornecer recursos indispensáveis para que a família e, na falta desta, os demais membros da sociedade se desobrigarem dos encargos da educação, quando provada a insuficiência de meios, de modo que sejam asseguradas iguais oportunidades a todos.*

Sob o pretexto dos direitos da família, o Projeto mal dissimula suas verdadeiras intenções: entregar à Cúria Romana a primazía e a prioridade na orientação de tôda a educação nacional. E esta é a pretensão proclamada como direito inalienável da Igreja pelos seus mais eminentes e desabusados dignatários. O silogismo velhaco é bem feito: A família tem o direito de escolher, com prioridade, o gênero de educação que deve dar a seus filhos. O Poder Público tem a obrigação de fornecer recursos à família para que esta proporcione ensino aos seus filhos. Quem tem o dever sagrado e inalienável de indicar à família, o gênero de educação que deva dar aos seus filhos, é a Igreja (a Romana está claro). E quem representa e constitui, de fato, a Igreja, é o seu ministério oficial (o clero). Logo, o Poder Público tem o dever, sem tossir, nem mugir, de: a) abdicar do seu dever de orientar a família quanto à ministração da educação aos seus filhos, b) reconhecer ao clero romano, êste direito, c) manter o ensino orientado pelo clero, d) abster-se de qualquer fiscalização que, por ventura, viesse discutir ou limitar a liberdade do clero em imprimir ao ensino a orientação que bem entendesse.

O Título III, que diz respeito à liberdade de ensino, é ainda, mais interessante:

Art. 4.º — *é assegurado a todos na forma da lei o direito de transmitir seus conhecimentos, não podendo o Estado favorecer o monopólio do ensino.*

Art. 5.º — *São assegurados aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares legalmente autorizados adequada representação nos conselhos estaduais de educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos nêles realizados.*

O Art. 4.º fala sibilinamente em monopólio. Os defensores do Projeto reacionário acham que o Estado não pode monopolizar o direito de ministrar o ensino, mas mal escondem o intuito de reconhecer êste direito aos proprietários e orientadores das escolas particulares confessionais de cunho católico romano. E todos nós sabemos que a Curia Romana avança, sempre, neste sentido, proclamando, mesmo, pelos seus dignatários mais representativos, o suposto direito da Igreja (Igreja Romana, está claro!) de tutelar e superintender todo o ensino nacional. tolerando, apenas, e com ignominiosas limitações, os direitos das confissões que não seguem a cartilha romana. O Congresso da República. inadvertidamente, vai satisfazendo, aos poucos, as pretensões católicas. Temendo a organização política e eleitoral do clero. os parlamentares ambiciosos de votos, vendem a alma ao diabo, mandando às ortigas a Constituição e calcando aos pés os próprios postulados democráticos. Fingem, com enternecedora inocência, desconhecer que a educação ministrada nas escolas de orientação e propriedade clerical. é uma educa-

cação tendente a destruir em seus alunos, e nas famílias, os legítimos sentimentos democráticos de fraternidade humana e as salutares convicções republicanas. A Cúria Romana visa inocular nos espíritos o respeito pelo Direito Canônico em detrimento ao respeito do Direito Civil da República. O católico romano disciplinado e fiel tem de proclamar os direitos totalitários da Igreja e os deveres integrais do Estado à Igreja. O católico romano só será democrata e liberal na proporção em que fôr rebelde e desobediente às leis da Cúria e aos mandamentos da Igreja que se proclama a única interprete infalível e depositária credenciada da verdade. Mas os princípios e os postulados da democracia moderna, segundo os padrões americanos e e acôrdo com a proclamação dos direitos do homem pela Revolução Franceza,são incompatíveis com os ensinos da Igreja Romana quanto à liberdade, à igualdade dos credos diante do Estado e àsprerrogativas da consciência do cidadão. A Igreja Romana condena as liberdades modernas de culto e de religião e não admite que o Estado as reconheça. E por isso tudo, terão os democrátas e os cristãos esclarecidos, de chegar a uma conclusão inevitável: se o comunismo ameaça, e ameaça, de fato, o regime vigente do Brasil, de igual forma, o poder eclesiástico de Roma o faz! E é, mesmo, por causa da ingerência constante e abusiva do clero romano nas questões e instituições civis que o comunismo, entre nós, tem ganho tanto terreno e conquistado tantas simpatias no sentimento popular, o mesmo acontecendo nos demais países em que o clero levanta o colo impudico e totalitário.

As Diretrizes e Bases da Educação Nacional, hoje consagradas em lei, estão cheias de falhas, de lacunas e de pecados graves, tanto de omissão quanto de comissão. O Projeto tem falhas técnicas inúmeras e mal encobre interêsses privatísticos e clericais inconfessáveis. Sob o ponto-de-vista científico e pedagógico, sociológico e político, é um monstrengo. Sob o aspecto da astúcia jesuítica e do farisaísmo político manifestado pelos seus artífices, é uma obra-prima do diabo. Na composição dos conselhos de ensino, por exemplo, e na distribuição de bolsas aos estudantes pobres, vê-se, também, no infeliz Projeto, o dedo visível e invisível, das insaciáveis pretensões ultramontanas.

Hoje, depois de termos testemunhado, pessoalmente, a votação da matéria, no Senado, e depois de termos assistido, revoltados, a interferência direta exercida por altos dignatários do clero sôbre o comportamento dos senhores congressistas, temos o direito líquido e certo, como patriotas e como cristãos, de assim nos expressarmos. E, na impossibilidade material de prosseguirmos nesta exposição e nestes comentários, remetemos os leitores, ao livro magistral, DIRETRIZES E BASES DA

EDUCAÇÃO NACIONAL, editado por professôres e intelectuais de São Paulo, Rio, Curitiba e Belo Horizonte. Êste livro deve ser lido e estudado por todos os intelectuais responsáveis. Possui êle estudos especializados sôbre o palpitante assunto e análises percucientes do famigerado Projeto que todos os verdadeiros democratas malsinam, mas que, a despeito de tudo, o Congresso da República transformou em lei. Os ilustres senadores e deputados temem, por certo, a eficiente organização político-eleitoral do clero. Quiserem, por isso. agradar a Cúria, visando as novas eleições. Pretenderam, também quem sabe, mostrar ao mundo, a sua "franciscana" capacidade de renúncia. principalmente, da renúncia ao devido respeito à Constituição, e à defesa intransigente dos direitos democráticos do povo! Paira, hoje, no ar, como um mistério, um estranho poder demoníaco, prostituindo os homens e deformando as instituições...

★

"NADA que vale a pena ser feito, pode ser conseguido durante a duração de nossa vida; por isso, devemos ser salvos pela esperança. Nada que é verdadeiro ou belo ou bom, pode ser completamente compreendido em qualquer contexto histórico imediato; por isso, devemos ser salvos pela fé. Nada que fazemos, embora louvável, pode ser executado sòzinho; por isso, somos salvos pelo amor. Nenhuma ação virtuosa é tão virtuosa do ponto de vista do nosso amigo ou inimigo como é do nosso ponto de vista. Por isso, devemos ser salvos pela forma final de amor, que é o perdão». Reinhold Niebuhr, em «The Irony of American History», p. 63.

ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

A alta importância da Administração Escolar, dentro da conceituação moderna, deriva de decisiva influência que ela tem sôbre a **qualidade do ensino**

WILSON CASTRO FERREIRA

SURPREENDEU-ME, de uma feita, ouvir dos lábios de um chistoso matuto, a declaração: — «Meu fio é um arfaiate de cabelo muito especial».

Alfaiate de cabelo! Sim senhor! Julguei logo ter encontrado mais um espécime raro, para a minha preciosa coleção de ditos folclóricos.

Mais tarde caiu-me às mãos um livro de crônicas sôbre o Portugal antigo. Verifiquei, através da leitura de uma das crônicas, que na velha Lusitânia, o alfaiate acumulava o ofício de barbeiro ou cabeleireiro, pois, só êle possuia e manejava o raro instrumento chamado tesoura.

Tirei logo a ilação: era daí que provinha o emprêgo dado pelo matuto brasileiro à curiosa expressão — alfaiate de cabelo.

Não vêm ao caso, porém, qualquer divagação filológica, ou mais especìficamente, semântica.

Interessa-me a analogia que o fato oferece, ao ensêjo de introdução do meu assunto.

Imaginemos o ridículo de se apresentar, hoje, alguém a um alfaiate pedindo que lhe cortasse o cabelo.

Não era assim em outros tempos.

É que as exigências do mundo moderno requer uma técnica especializada para tudo.

O barbeiro de hoje deve ser especialmente preparado para o exercício do seu mister. Não poderá ser apenas um alfaiate que faça valer a sua tesoura, nas horas vagas, cortando o cabelo a eventuais fregueses dessa outra profissão.

«Presidente ou Reitor de um Colégio ou Universidade foi, até os fins do século passado, «Arfaiate de cabelo». Alguém cuja

profissão oferecesse certas afinidades ou correlação com a tarefa de administrar escola, seria procurado pelos «Boards of Trustees» ou Mesas de curadores para o cargo de diretor de alguma escola.

A escola era mais simples: a tarefa se restringia a uma certa rotina administrativa; a concepção do cargo mesmo era outra.

Não quer isso dizer que não se possa contar na vida das instituições com edificantes exemplos de grandes administradores, que deixaram indelével o traço de sua marcante personalidade nos anais da escola, as quais serviram com o mais denodado esfôrço e zêlo.

A evolução que se verificou, no sentido da transição do mero estágio de improvização para a época atual de preparação científica e técnica do Administrador escolar obedeceu passos naturais.

Tomamos os Estados Unidos como campo de verificação, pois, foi aí exatamente que o fenômeno se processou.

A princípio a simplicidade da tarefa mesma exigia menos do administrador.

Não existia ainda a complicada máquina administrativa que hoje funciona nas grandes universidades, mesmo porque as escolas eram pequenas, e a conceituação de escola era outra.

Nêsse estágio recaía a escolha para diretor, quase sempre, no ministro evangélico, de preferência com o sólido preparo e anos de brilhante ministério.

Compreende-se essa preferência, pois, que a escola tinha que oferecer rigorosa orientação religiosa e o diretor devia se fazer respeitado por sua cultura, autoridade e austeridade.

O ministro preenchia essas exigências mais fàcilmente.

Êle era o líder cultural da comunidade além de ser o espiritual.

Mesmo hoje, nas escolas confessionais evangélicas (para não falar nas católicas, onde é sempre um clérigo o diretor)a escolha recai freqüentemente num ministro, com experiência no magistério e capacidade administrativa.

Novos aspectos da administração se tornaram evidentes, requerendo qualidades outras do Reitor ou Presidente.

Os colégios cresciam e o número dêles aumentava cada dia. Crescia conseqüentemente a natural disputa pela preferência dos alunos. No ambiente de livre competição comercial, como o americano, essa disputa é fenômeno comum, mesmo entre instituições sem fins comerciais.

Cada escola sentia necessidade de se projetar na vida da comunidade, mesmo porque o apoio da comunidade, no sistema americano, foi sempre decisivo, para o progresso e para a vida de uma escola.

Ainda recentemente afirmava importante documento assi-

nado por um grupo de educadores que, «uma escola sem apoio da comunidade é anacronismo». (The Aids to Community Analisis for School Administrators).

E para os «Colleges» que visavam a nação inteira ou pelo menos a região, o apoio da comunidade era como que a base necessária para a sua projeção mais ampla.

Convinha então buscar, para a presidência da instituição um homem capaz de grangear-lhe o apôio da comunidade, ao mesmo tempo que projetá-la além de suas fronteiras.

Sim, porque dêsse apoio dependia o levantamento dos recursos para o aprimoramento da instituição de modo a adquirir prestígio amplo.

O problema das relações humanas — embora o têrmo não tivesse ainda o conteúdo, o sentido técnico que adquiriu depois da guerra — estava então em jôgo.

Buscava-se, então, o Administrador entre políticos de renome, que trouxesse para a escola a bagagem de seu prestígio, de suas relações e contactos.

É fácil de ver que os problemas financeiros de uma instituição de ensino haviam de se constituir em constante preocupação para os «Trustees».

O desenvolvimento das Universidades, com a criação de novos departamentos e novas especialidades começaram a requerer uma máquina administrativa muitíssimo complicada, tão complicada como a de uma grande firma comercial. Não só a manutenção dessa máquina se tornava dispendiosa.

Era preciso um homem de percepção comercial e habilidade para manter o seu funcionamento eficiente.

O atendimento dos gastos se tornava cada vez mais oneroso. O aprimoramento dos instrutores, bem como a atualização dos plantéis, começavam a exigir cada vez maiores verbas; e o problema dos déficits orçamentários começou a se tornar uma constante sombra na vida das escolas.

Vinha então a busca de um perito «businessman» para a direção das instituições de ensino.

Por vêzes um oficial do Exército, cujas qualidades de administrador e líder fôssem comprovadas, cuja consagração na vida militar lhe tivesse grangeado respeito e admiração, era conduzido ao posto de Administrador Escolar.

Compreende-se que no sistema de improvisação, mesmo quando um dos aspectos da administração era satisfatòriamente atendido, outros podiam ser desservidos.

Com o tempo foi se verificando que a tarefa requeria muito mais versatilidade e muito mais conhecimento de certas maté-

rias — tais como psicologia, sociologia e mesmo ciência de administração — do que um ministro, político, militar ou homem de negócios poderia oferecer.

Cumpre lembrar que o desenvolvimento a que vimos nos referindo não se deu assim, regularmente, em sentido geral.

As fases podem ter variado de instituição para instituição e até pode acontecer que em muitas instituições, elas não se tenham verificado, ou se verificaram em ordem diferente. Os passos mencionados representam tendências várias, que se observaram no período de improvisação.

Nasceu a idéia, que ainda prevalece em certos setores, de que o administrador nasce, como o poeta, o orador, etc..

Sim, nasce e se educa. Possui dotes naturais, que o indicam para a tarefa, mas, deve cultivar êsses dotes.

Não demoraria muito para que os responsáveis, na tarefa de educar, se convencessem de que o mundo se via face a face com uma ocupação de suma importância para a educação e que requeria especial preparo e vocação.

Não se podia pensar em ensino eficiente, quando êsse ensino dependia do funcionamento de uma máquina administrativa pesada que as mais das vêzes, era emperrada, pois faltava o perfeito entrosamento das partes por carência de boa administração.

Cumpria, portanto, às Universidades ou «Colleges» o estabelecimento de curso de administração escolar.

O alvorecer do século XX experimentaria o surgimento do interêsse escolástico em torno dêsses cursos.

Primeiro surgiriam tratados sôbre a matéria.

Ronald Bauer diz-nos que em 1900 teve publicação o primeiro livro sôbre o assunto: «College Administration», por Charles F. Thwing.

Como sempre acontece, outros estudiosos do assunto se preparavam para a compendiação da matéria. Não tardou que uma série de livros surgisse nas livrarias e que se formasse a consciência de que o assunto devia ser objeto de estudo, em cursos especiais, nas universidades.

Houve, então, um período de pesquisas, estatísticas, discussões.

Professôres dedicavam-se ao estudo de fenômenos no campo da administração; estudantes escreviam teses sôbre o assunto.

Surgem entre 1914 e 1918 os primeiros cursos de Administração Escolar. O «George Peabody College for Teachers» foi o pioneiro, sendo seguido pelo «Teachers College» da Universidade de Colúmbia.

Outros cursos iriam surgir depois multiplicando-se o seu número.

Iniciava-se, portanto, a transição entre a mera improvisação do período anterior e a conceituação nova do cargo, com uma técnica e ciência a serviço do seu estudo e preparação.

Não quer isso dizer que a improvisação cessasse de vez.

Mesmo porque, não foi sem resistência que a idéia de se fazer da Administração Escolar uma profissão em si começou a se implantar.

É possível que ainda encontre resistência em alguns setores, se não, pelo menos, indiferença.

Em favor dessa resistência, apresentar-se-ia o exemplo de muitos que se assinalaram, mesmo sem o moderno treinamento, como excelentes administradores, alguns dos quais ainda estão prestando o seu eficiente serviço. — Diríamos que ainda seriam melhores, assistidos pela moderna técnica.

Cumpre observar que, de outro lado, um simples diploma em Administração Escolar não garante eficiência. Isso acontece em tôdas as profissões. E pode acontecer o contrário também; alguém sem o preparo acadêmico mostrar-se mais eficiente do que quem o teve. Também isso pode ocorrer em quaisquer ramos da atividade humana, excepcionalmente; a exceção, mais uma vez, confirmaraá a regra.

Não se pode negar que, embora, um número crescente de administradores se prepare cada ano; um excelente administrador é ainda objeto de constante e cuidadosa seleção.

Morris Hamburg («Case Study in Elementary School Administration», pág. 1) afirma que, conquanto não haja falta de candidatos para as posições administrativas das escolas, há, todavia, necessidade de pessoal convenientemente preparado para preencher muitas diretorias escolares.

Releva notar que, segundo os entendidos, os cursos de Administração Escolar sofreram e continuam a sofrer de um mal natural aos cursos novos — falta de material abundante, compendiado e comprovado pela experiência.

Por causa desta falta, um estudo aprofundado da natureza da administração Escolar, seus problemas específicos, sua técnica, tem sido retardado.

A Conferência Nacional de Professôres de Administração Educacional verificava, em 1948, a necessidade de «harmonizar a teoria à prática no ensino de Administração Escolar».

De onde devia vir então o material para um estudo mais prático do assunto, isto é, para que se pudesse fazer a tão desejada harmonia entre a teoria e a prática? — Evidentemente da própria vida administrativa das instituições.

Ninguém melhor do que os próprios administradores, com

larga experiência no cargo, para oferecer o material de laboratório, por assim dizer, a êsse tão importante campo de investigações.

O caminho foi encontrado na aplicação do «Casa Study Method», que já vinha produzindo resultados mui satisfatórios em outros setores do ensino, como na própria administração comercial, e posteriormente, no estudo da administração pública.

Após a última guerra o interêsse pela aplicação do método, no estudo da administração escolar, começou a se sentir mais agudo.

Talvez as profundas modificações que a escola vem sofrendo sob o impacto de novas exigências e, ùltimamente em conseqüência da guerra fria, a urgente necessidade de atualização de tôda a vida escolar, tenham feito sentir a imperiosa urgência de uma administração escolar que corresponda a êsses novos movimentos.

Ultimamente, de modo especial, depois que entramos na era interplanetária, convenceram-se os educadores de que uma nova revisão se fazia imperativa em tôda a estrutura da educação. Acordou o povo americano, e principalmente o mundo pedagógico, para a realidade da deficiência do ensino.

O quarto relatório anual do «Special Project Studies of Rockfeller Brothers Fundation», concluiu por uma série de paradoxos, um dos quais era: «embora uma sociedade necessàriamente complexa, muitas vêzes produza a mediocridade, necessita, no entanto, de brilhantes realizações» («Time Magazine» de 9 de julho de 1958).

Essa conclusão aplicada ao ensino, nos Estados Unidos, indicava a necessidade de produzir «essas brilhantes realizações».

Como disse, linha atrás, o Case Study Method aplicado ao campo da Administração Escolar, impunha-se como imperativo.

Tive oportunidade de estudar por êste método como o grande mestre Dr. Karl Bigelow no «Teachers College» da Universidade de Colúmbia. Suas aulas são fascinantes; descem à realidade da vida administrativa dos colégios e por isso atraem um número muito grande de estudantes.

No «Case Study Method» toma-se um caso real, ocorrido na vida administrativa de uma instituição e, tomadas as precauções necessárias para ocultar os nomes das pessoas e da instituição envolvidas procura-se analisar com minúcias, as decisões tomadas — as possíveis alternativas, os problemas de relações humanas e suas raízes psicológicas, sociais, afetivas, os fatôres claros no liame dos incidentes.

A adoção dêste método, tem concorrido para estimular o surgimento de um grande número de livros de «Case Study» resultando daí um acervo de material prático antes desconhecido.

Novos métodos, novas pesquisas, novos resultados, produzem uma nova conceituação do assunto. É isso que vem acontecendo com a Administração Escolar.

Inegàvelmente um novo conceito de Administração Escolar vem sendo aceito e pontificado nas escolas.

Dentre as novas bases dessa conceituação, encontra-se aquela de que o Administrador é um líder educacional. Não apenas um professor que foi bem sucedido no magistério, como se pensou durante algum tempo. Não apenas isso. Nem apenas o chefe de uma hierarquia, cuja autoridade deve ser respeitada, cujas ordens devem ser cumpridas, necessária e indiscutìvelmente.

Um líder educacional é aquêle que sabe reunir uma equipe de colaboradores, de modo que as decisões sejam o resultado daquilo que se chama **autoridades da situação.**

Chester I. Bernard exige para o «executive» (e o administrador escolar é um «executive»), a capacidade de recrutar bons elementos, com talento e gôsto; persuadir e incentivar de modo a obter o máximo de eficiência. (The Function of the Executive).

Daniel Davies, do «Teachers College», observa que o Administrador Escolar é o coordenador de um «team».

Não apenas o homem empenhado em infindáveis minúcias sôbre o curriculum, métodos, pátios, conservação das propriedades e programas internos. Deve haver pessoas responsáveis nos seus setores específicos, que assumam a responsabilidade da execução destas diferentes tarefas.

Cabe ao Reitor criar circunstâncias emocionais e o ambiente social que favoreçam a expontânea interação e concorra para o funcionamento perfeito da máquina administrativa.

Dentro da nova conceituação, pois, a administração escolar é bàsicamente, um processo social — como afirmam as conclusões do relatório de uma comissão de educadores (da Universidade de Colúmbia — «Aids to Community Analisis for School Administrator», N. Y. 1956).

Ora, resulta daí que o administrador não deve apenas ter conhecimento da administração, mas, também, dos fenômenos sociológicos próprios das organizações em que se verifiquem relações interpessoais e intergrupais.

Ronald Bauer conclui daí que é de suma importância que o administrador conheça não apenas a organização formal da administração, mas, também a importante organização **informal,** onde se processam as relações resultantes de necessidades, emoções, atrações e repulções; onde os conflitos podem surgir com alterações profundas no funcionamento da organização formal.

Há muita diferença entre os fatos encarados friamente, sem

o seu contexto social e emocional, e a movimentação dêstes mesmos fatos, sob o impulso de emoções e sentimentos gerados na interação dos grupos e indivíduos.

Uma das mais importantes funções do administrador é a responsabilidade de tomar decisões. Êle tem que saber decidir, quando decidir e não adiar a decisão sem motivo, nem antecipá-la sem razão. Não deve assumir decisões que outros podem tomar e nem deixar a outrem decisões que lhe pertencem.

Tomadas as decisões, certas e sábias, a eficiência delas depende dos canais da organização e pelos quais elas tomam curso e atingem o objetivo.

Chester I. Bernard afirma que uma das maneiras mais eficientes de se obter o desenvolvimento e manutenção de um adequado sistema de comunicações encontra-se na organização informal, que o bom «Executivo» saberá preservar com cuidado.

Para isso terá êle que fazer inteligente uso dos vários incentivos, incentivos êstes que se prendem à satisfação dos motivos dominantes dos membros dos grupos ou grupo.

Nesse caso, compreende-se que o administrador seja homem capaz de pelo conhecimento da psicologia dos indivíduos e dos grupos, penetrar no domínio dêstes motivos.

Compreende-se, então, que a administração escolar se opera dentro de um corpo administrativo orgânico, onde as partes se integram e como que se completam para uma ação viva e harmônica, dinâmica, com uma finalidade comum.

Todo êsse mecanismo em ação, exige organização. Não sòmente organização da máquina administrativa e de sua ação constante, mas. do administrador mesmo.

Marshal Edward Dimock, no seu livro: «The Executive in Action», diz com acêrto: — «Ninguém pode organizar outros, até que tenha organizado a si mesmo. E ninguém terá organizado a si mesmo, com sucesso, enquanto não tiver adquirido apreciação intelectual das causas e remédios para os problemas com os quais tem de lidar diàriamente, na sua vida vocacional».

Quase somos levados a dizer: — «para tanto, quem é idôneo?».

Dir-se-à mesmo: «porque tanto se há de exigir do Administrador Escolar?».

A administração escolar não é um fim em si mesma. A finalidade em jôgo é a própria eficiência do ensino.

Uma das descobertas que se vem de fazer, com os estudos modernos da Administração Escolar, é a da sua vital importância, na qualidade do ensino. Morris Hamburg, representa, sem dúvida, a opinião moderna, quando diz que o «diretor da Escola,

tem influência definida na qualidade de educação ministrada na escola em virtude da sua posição de líder e supervisor do corpo docente».

Mais do que isso, porém, a sua visão de educador; a sua compreensão dos fins mesmos da educação; a sua capacidade de selecionar elementos e incentivá-los a um mais alto grau de eficiência; a sua capacidade de produzir soluções conducentes aos altos objetivos da educação, influem poderosamente nos resultados finais do processo educacional.

E é por isso que nessa época em que a maior eficiência do ensino se constitui num verdadeiro desafio, em que essa deficiência é indispensável mesmo, para a própria sobrevivência da vida nacional, busca-se com tanta ansiedade, nos Estados Unidos o preparo acurado dos administradores escolares.

Não desejaria terminar essas considerações sôbre o assunto de tão alta atualidade, sem olhá-lo do ponto de vista nosso, do Brasil, notadamente de nossas escolas evangélicas.

Ainda hoje lia eu num de nossos periódicos, a propósito de novas medidas que se vêm tomando com respeito à política financeira, a opinião de abalizado cronista, na qual afirmava êle, aquilo que todos sabemos, mas que não é demais repetir: «os brasileiros são os mestres da improvisação».

Temos sido e continuamos a ser.

Parece-nos que graças a êste dom de improvisação temos nos mantido em alguns setores, com certa felicidade; e temos sobrevivido a crises menores. Não será, porém, com medidas de improvisação que acompanharemos o progresso que nos impõe a própria conjuntura nacional e internacional.

Em muitos setores as possibilidades de improvisação estão superadas de há muito.

No que concerne às nossas escolas evangélicas, por exemplo, entendo que há uma crise de administração ameaçando tôda a estrutura e reclamando habilidade de técnicos, que não se obtém com os exorcismos de improvisados diretores.

Há um novo desafio, que o problema da educação vem atirando ao nosso rosto, para o qual não estamos preparados.

Tenho a impressão de que um supremo esfôrço tem que ser feito; uma verdadeira pregação daquilo que nos parece as obrigações da Igreja, para com a obra da educação, obrigações impostas a nós pelos novos rumos que o problema vem tomando, se quisermos cumprir a nossa responsabilidade para com as gerações, que virão depois de nós.

Dentro, pois, da sábia conclusão a que se chega, de que a qualidade mesma do ensino e sua eficiência dependem decisivamente da administração, resta à Igreja, resta aos responsáveis pe-

las nossas instituições de ensino, a tarefa de iniciar imediatamente o selecionamento vocacional e a preparação, dentro de padrões modernos e de uma filosofia cristã de ensino dos futuros administradores de nossas escolas.

No caso das escolas evangélicas, além das qualidades já mencionadas para um administrador escolar, convém exigir aquilo que a Presbyterian Life disse de Howard Lwory (P. L. — 1 de fevereiro de 1961) que «êle traz para a direção do colégio, uma atitude pastoral»... a sua devoção a Cristo pervade todo o seu trabalho «porque êle é um Scholar» e «President» que pensa e prega como um clérigo».

Creio firmemente que, na tarefa de dirigir nossas escolas, está um dos mais sérios desafios, que a mocidade evangélica está enfrentando hoje e uma das mais graves responsabilidades, dentre as muitas que pesam sôbre os dirigentes da Igreja Nacional.

*

"ENTRE (jovens estudantes) que dão, em suas vidas, lugar ao sentimento religioso, quais são as influências que se destacam como lastro do seu senso de necessidade? Enumerando, pela ordem de freqüência, os fatôres por êles mencionados, verifica-se que os pais aparecem em 67% dos casos e outras pessoas, em 57%. Daí concluimos que o fator «influências pessoais» atinge a mais alta proporção. A seguir vem o medo, mencionado por 51% desses jovens; a Igreja é reconhecida como influência específica por 40%; a gratidão (emoção comumente negligenciada em nossa vida social), é referida em 37% dos casos. Seguem-se o apêlo estético e as leituras, em cerca de um terço dos casos. Depois, vem a pressão no sentido de conformar-se o jovem com a tradição, com 27%. Os estudos exercem influência sôbre um quarto, e o sofrimento e a perda de entes queridos, sôbre 18%. A experiência mística, às vezes não bem compreendida, foi registada em 17% dos casos e a violência da turbulência sexual, em 16%. A lição que derivamos dêstes dados é que as razões psicológicas do sentimento religioso... são numerosas e que no caso dos jovens com inclinação religiosa, quase todo tipo de experiência pode ser e será orientado rumo ao canal do desenvolvimento do sentimento religioso».

G. W. Allport — The Individual and his Religion, páginas 39-40.

Notícias Internas

IX INSTITUTO DE PASTÔRES

Vários fatôres concorreram para tornar o IX Instituto de Pastôres, reunido de 20 a 27 de Julho p.p., um dos mais proveitosos de quantos já se realizaram em nosso Seminário. Notou-se, primeiramente, que a representação foi das mais significativas, já pelo número, já pelas regiões e concílios a que se ligavam os obreiros presentes. Além disto, o programa despertou invulgar interêsse em virtude dos assuntos nêle incluídos e da maneira como foram abordados e discutidos.

O preletor visitante, Dr. Cecil A. Thompson, apresentou duas séries de preleções. A primeira, durante o período da manhã, versou sôbre A Vida Abundante e a segunda, no período da tarde, sôbre a Edificação do Reino. O Dr. Thompson, professor de Missões e Evangelismo no Seminário Teológico de Colúmbia, Decatur, no Estado de Geórgia, EE.UU., apresentou as suas preleções como um pastor falando a pastôres. A singeleza que caracterizou a sua maneira de falar,o tom eminentemente prático que conseguiu imprimir a cada palestra, a constante preocupação em demonstrar a relevância do material bíblico como fonte insubstituível de ensino e prédica que compete à Igreja apresentar ao mundo, em todos os tempos, inclusive neste século de rápidas e violentas transformações, fizeram de seus estudos uma real inspiração para os membros do Instituto.

As reuniões vespertinas foram ocupadas com a discussão de assuntos diretamente relacionados com a vida e trabalho da Igreja Presbiteriana do Brasil, tais como: «A responsabilidade missionária da IPB no exterior»; A responsabilidade missionária da IPB no âmbito nacional»; «O problema da re-estruturação das sociedades internas da IPB»; «Relações da UMP com organizações congêneres presbiterianas e inter-denominacionais»; «A campanha de consolidação financeira da IPB». Cada tema foi apresentado por um obreiro amplamente credenciado para sôbre êle discorrer com

segurança e responder com firmeza a tôdas as perguntas levantadas pelos membros do Instituto durante o parlamento que se abria, após a apresentação de cada assunto. Foram estudos que não sòmente trouxeram esclarecimentos necessários, mas também orientação proveitosa aos membros do plenário.

Foi particularmente notável o interêsse dos membros do Instituto pela série de estudos relacionados com o problema da família planejada. O boletim do Instituto anunciou a seguinte ordem para esta parte do seu programa: O contrôle da natalidade: a) À luz da sociologia; b) À luz da medicina; c) À luz da psicologia; d) À luz da ética cristã; e) À luz da Bíblia; f) À luz da teologia. A atualidade da matéria e a maneira esclarecida e vigorosa com que cada preletor discorreu sôbre o tema que lhe foi atribuído, resultaram na decisão tomada pelo Instituto de fazer publicar tôdas as teses em forma de simposium, para mais ampla divulgação de um assunto cujo interêsse transcende em muito os limites da assembléia perante a qual foi êle apresentado. Um dos pastôres presentes prontificou-se a interessar sua Igreja no sentido de responsabilizar-se pelo financiamento da publicação do trabalho, que esramos será lançado no início do próximo ano. Consideramos que por se tratar de obra pioneira sôbre o assunto, em nosso meio, e por ter sido a matéria apresentada por pessoas qualificadas para fazê-lo com autoridade e elevado espírito cristão, a publicação dêsse trabalho encontrará a melhor acolhida não sòmente por parte do público evangélico, mas também por elementos não evangélicos.

O retiro espiritual realizado na Fazenda Pau d'Alho, no dia 23, domingo, foi considerado ponto alto do Instituto, pelos benefícios espirituais e pela inspiração que trouxe a todos os presentes.

O nosso Seminário espera que todos os presbitérios e as várias missões relacionadas com a nossa Casa de Profetas procurem tornar possível a participação de seus obreiros nos futuros programas do Instituto, facilitando-lhes a viagem e auxiliando-os, se possível, nas despesas de hospedagem. Os benefícios que o Instituto oferece aos obreiros que dêle participarem poderão estender-se aos campos mais distantes da nossa Pátria.

***

O ANIVERSÁRIO DO SEMINÁRIO DE CAMPINAS

Correram muito animadas e expressivas as festividades realizadas por ocasião do aniversário do Seminário Teológico Presbiteriano de Campinas, a 8 de setembro do corrente ano. Foi êste

o 73.o aniversário da querida escola de profetas. Como de costume o programa foi elaborado e executado em colaboração com o Centro Oito de Setembro, sociedade interna do Seminário. Desde a véspera, dia 7, houve animação com a chegada de uma luzida caravana de moços da Igreja de Marília, sob a chefia do seu dedicado pastor, rev. Delfino José Corrêa, a qual vinha entrar em competição com os alunos da Faculdade. À noite, dêste dia, já houve animada reunião social, de que participaram também elementos das igrejas de Campinas.

No dia 8, às 9 horas da manhã, realizou-se o culto solene de ação de graças, em que pronunciou um instrutivo sermão sobre a Missão do Profeta, o rev. Filipe Landes, professor jubilado e velho missionário no Brasil. Por essa ocasião, o rev. Jorge Goulart, representando o rev. Vicente Pacitti, fêz entrega, à Biblioteca do Seminário, de uma rica coleção de bíblias em diversas línguas, oferta esta promovida por êste ministro, que também fêz uma generosa oferta em dinheiro à nossa casa.

As competições esportivas continuaram, no dia 8, já agora acrescidas com outra caravana de moços, esta de Assis, e chefiada pelo rev. Sidney Garcia, pastor daquela Igreja. É bom registrar que o Seminário sempre levou a melhor nestas competições amistosas. À noite dêste mesmo dia, teve lugar, uma representação teatral, a cargo da Associação Campineira de Estudos Sociais e Artísticos, a qual, gentilmente, nos prestou a sua colaboração.

As festas se prolongaram pelo dia 9, tendo havido outras competições atléticas durante o dia e, à noite, uma bela festa artística promovida pelo Departamento de Cultura e Arte do nosso Centro Acadêmico, e na qual tomaram parte os exímios pianistas, srta. Terezinha Nilo, de S. Paulo e o sr. Paulo Ferreira, assim como o notável baixo Caio Castro Campos, acompanhado ao piano por sua exma. esposa. Cantou também, com muito bela voz, o seminarista Márcio. Foram, como se vê, dias muito animados.

Estiveram presentes grande número de pastôres, representantes de muitas escolas, igrejas, sociedades e instituições, cujos nomes não citamos pela limitação do nosso espaço. O capitão Enjolras Camargo, representou a Escola Preparatória de Cadetes, e compareceu o prof. Antonio Raia, Inspetor Seccional do Ensino. Recebemos também muitas cartas e telegramas.

Por tudo isto rendemos muitas graças a Deus.

***

REV. PROF. SAMUEL MARTINS BARBOSA

Acha-se nos Estados Unidos desde o mês de Setembro p.p., em gôzo de uma bolsa de estudos, no Seminário Teológico Union, de Richmond , Virgínia, êste nosso caro companheiro. Durante a sua permanência no referido Seminário, o Rev. Samuel fará um curso especial no campo do Velho Testamento, sob a competente orientação do Dr. John Bright, uma das maiores autoridades atuais nessa esfera específica de estudos bíblicos. Poucos dias antes de deixar a nossa Casa, professôres e alunos ofereceram ao Rev. Samuel um jantar de despedida, durante o qual expressaram a sua apreciação pelo trabalho que êle já tem prestado ao Seminário de Campinas, manifestaram a convicção de que, após êsse período de ausência, êle continuará a oferecer a esta instituição, de maneira porventura ainda mais eficiente, a sua valiosa colaboração. A nossa Revista Teológica e, por meio dela, o corpo docente e discente do nosso Seminário reafirmam ao Rev. Samuel seus votos de feliz e proveitosa permanência naquela instituição amiga e manifestam, ainda uma vez, a sua esperança de recebê-lo, no decorrer do segundo semestre do próximo ano, com renovado entusiasmo, para reocupar o pôsto que lhe pertence e que permanece vago durante a sua ausência. Manifestamos também a nossa simpatia para com a sua distinta espôsa e filhinhos que nobremente concordaram em sofrer a temporária separação, a fim de tornar possível ao Rev. Samuel o aproveitamento de uma oportunidade preciosa ao enriquecimento de seu cabedal como professor da nossa Casa.

***

CENTRO ACADÊMICO VIII DE SETEMBRO

O C. A. VIII de Setembro, órgão estudantil de nosso Seminário prossegue em rítmo normal suas atividades.

CLIMA FRATERNAL — Destacamos nestas notas, antes de relatar algumas de suas atividades o clima fraternal e progressista que tem caracterizado os nossos trabalhos e relações de alunos e mestres. Somos gratos por isto a todos os colegas e mestres que nos têm ajudado a redescobrir a nossa função de discípulos e os ideais que devem orientar a nossa vida acadêmica. Somos gratos

ao CEM (Conselho de Estudantes e Mestres) que nos tem permitido um encontro real de colegas e professôres para analisar e discutir problemas comuns.

NOVOS ESTATUTOS: uma das mais difíceis realizações do C. A. O. S. neste ano foi, sem dúvida, a reestruturação dos Estatutos do Centro. Alunos e professôres trabalharam a fio nesta obra equilibrando as tendências e amoldando os pensamentos dentro de um verdadeiro desejo de servir. Gratos, Rev. Júlio; gratos, Rev. Sovereign; gratos, Rev. Adauto; gratos colegas. Êstes Estatutos já estão sendo encaminhados à Diretoria do Seminário para a sua apreciação.

IV SEMANA DE TEOLOGIA CONTEMPORÂNEA: Nos dias, de 2 a 6 de outubro do presente ano, tivemos nossa IV Semana de Teologia Contemporânea. Desta vez estudamos o Comunismo e o Cristianismo, procurando ter uma visão teológica desta ideologia contemporânea. Estiveram fazendo preleções, o Rev. Francisco Alves: A análise ideológica do comunismo; o Rev. Carl Hahn: A origem do Comunismo, até nossos dias; o Rev. R. Shaull: O desafio comunista e o rev. Júlio A. Ferreira: A ação da Igreja Evangélica em face do comunismo. Em breve teremos tôdas as palestras mimeografadas e à disposição dos interessados.

VII ENCONTRO DE SEMINARISTAS: — Realizamos também no final de Outubro o VII Encontro de Seminaristas, trabalho iniciado pelo nosso Centro há 8 anos atrás e que vem tendo grande repercussão entre os seminaristas de tôdas as igrejas evangélicas do Brasil e de países visinhos. O tema geral do «encontro» foi: MINISTÉRIO DA PALAVRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA e o nosso Centro apresentou uma tese sôbre o «Papel do Leigo». Neste ano, foi realizado no Seminário Luterano de São Leopoldo.

São breves nossas notas, e ao encerrá-las deixamos também nossos agradecimentos ao redator desta revista que nos proporcionou a oportunidade de publicá-las.

CÍCERO SATHLER — Presid. do C.A.O.S.

***

REFLEXÕES SÔBRE A CAMPANHA DE CONSOLIDAÇÃO FINANCEIRA DA IPB EM 1961

Em resposta ao convite de participar ativamente na Campanha de Consolidação Financeira durante o ano dos seminários, 1961, a congregação preparou o plano para visitas de equipes às igrejas e congregações presbiterianas dentro da área da nossa res-

ponsabilidade. Sete professôres e vinte e dois seminaristas cooperam nas equipes que iniciaram seus trabalhos com visitas às igrejas e congregações do Rio de Janeiro e de Niterói no princípio de julho. Cinqüenta e oito igrejas já foram visitadas e a campanha das equipes do Seminário continuará até o dia quinze de dezembro de 1.961. Relatórios dos resultados foram apresentados por vinte e sete dos grupos visitados mas apenas dezoito foram completos. Alguns fatos interessantes aparecem nesses dezoito relatórios Durante as escolas dominicais ou cultos dominais, 618 compromissos foram levantados num total de Cr$ .... 475.067,00 e Cr$ 60.546,00 foram recebidos em dinheiro. As despesas das equipes que visitaram êstes grupos, e outros nos mesmos domingos que não deram relatórios, importaram em Cr$ ...... 13.153,00 ou 2.8% da soma dos compromissos recebidos. Cada compromisso importou numa média de Cr$ 768,70, três vêzes mais do que a média lançada nos orçamentos anuais da maioria das igrejas. No sentido financeiro, vale a pena fazer uma campanha de visitas que resulte na multiplicação por 3,8 da média anterior, sem grandes despesas.

Houve outros lucros inesperados para visitantes e visitados nesta campanha do Seminário. As igrejas e congregações chegaram a conhecer melhor os professôres e seminaristas de seu Seminário enquanto envolvidos num esfôrço prático a favor das causas gerais da Igreja Presbiteriana do Brasil e no despertamento de vocações Cristãs. Os professôres e seminaristas perceberam, assim, a luta e o sacrifício de pastôres, oficiais e irmãos para produzirem o dinheiro essencial à vida e extensão do Evangelho dentro do Brasil e no estrangeiro. Às vêzes, os professôres e estudantes sofreram na carne o embaraço e as dificuldades da luta financeira da Igreja. Assim, serão mais aptos para ensinar ou aprender e para enfrentar tais aspectos da vida pastoral. Todos tiveram oportunidade de observar o papel principal do pastor presbiteriano na Campanha de Consolidação Financeira da IPB. Quando contaram com o apoio do pastor local, que preparou o conselho e os membros para a visita, os encontros foram animados e as contribuições generosas. Numa nova e pequena congregação de operários o pastor preparou seu povo e tomou parte na campanha da equipe visitante. Sessenta e seis crianças e adultos assinaram compromissos num total de Cr$ 32.745,00. O número de compromissos assumidos foi maior do que o número de contribuintes numa igreja vizinha, mal preparada, com o tríplo de membros. Nos lugares em que o pastor ou o conselho não cooperaram ou manifestaram pequena fé e participação, os resultados foram fracos ou a campanha foi proibida.

Concluímos de nossa experiência que a Campanha de Consolidação Financeira da IPB deve contar com o apoio das entidades beneficiadas. Tais entidades devem fornecer, a convite da CCCF, os obreiros necessários para as visitas dentro de suas possibilidades. O programa nacional de visitação, os materiais necessários, e os fundos essenciais para as despesas das equipes devem ser providenciados pela CCCF. Os presbíteros e as missões devem inspirar e instruir suas igrejas e congregações para esta única campanha financeira anual para as causas beneficentes e missionárias da IPB. Cada causa geral da Igreja deve ocupar a atenção do pastor e do Conselho, durante o mês designado para a referida causa, numa campanha de educação e inspiração entre todos os membros da Igreja e das sociedades domésticas. Tal campanha de educação e inspiração resultará numa alegre e generosa contribuição em resposta à campanha financeira anual da CCF. Uma vez feito isto, teremos o dinheiro necessário para aperfeiçoar a obra e extender o Reino de Cristo no Brasil e no estrangeiro.

***

CONSTRUÇÃO

Avançam lentamente as obras do novo edifício que está sendo construído para dotar o nosso Seminário de mais 30 quartos e um refeitório para 250 pessoas, aproximadamente. A Comissão de Construção viu-se constrangida a suspender os trabalhos, durante alguns meses, no início do ano, por ter-se exgotado a verba votada para a referida construção. As obras foram, porém, reiniciadas e ainda prosseguem, no momento em que estamos enviando à editôra o material do presente número da nossa revista. Sentimos, entretanto, que as nossas reservas já se encontram, novamente, a ponto de exgotar-se, dentro das próximas semanas. Ao mesmo tempo, alimentamos a esperança de que Deus poderá vir novamente ao nosso encontro, abrindo-nos outras portas e provendo-nos de recursos inesperados que poderão garantir o prosseguimento da obra até a sua conclusão. Apraz-nos ainda registrar o fato de que todo o equipamento de cozinha já foi adquirido. Sonhamos com a possibilidade de entregar o edifício concluído à Igreja Presbiteriana do Brasil por ocasião do próximo aniversário do nosso Seminário.

* * *

VISITANTES ILUSTRES

Nossa Casa, como sempre, tem recebido prazeirosamente a visita de ex-alunos e de famílias evangélicas, que sempre demonstram seu carinho e boa vontade para conosco.

Destacamos aqui os nomes de alguns elementos de fora do país, que estiveram conosco neste ano.

DR. HENRY D. JONES. Êste ilustre ministro norte-americano, residente no Japão, onde se dedica ao setor da Evangelização Industrial (Industrial Evangelism), ocupou nossa atenção e expôs-nos a relevância do trabalho evangélico nesse setor. Seu relatório, enviado posteriormente, sôbre as observações feitas no Brasil, é rico de sugestões.

DR. RUDI WEBER. Pastor suiço-alemão, a serviço do Conselho Mundial de Igrejas, no setor do trabalho do leigo, falou especialmente à Congregação do nosso Seminário sôbre o assunto. O Dr. Weber é autor de interessante obra sôbre a evangelização dos iletrados, livro escrito com base em suas experiências de missionário na Indonésia.

DR. CECIL THOMPSON. Professor de Missões e Evangelismo no Seminário Teológico de Colúmbia, Decatur, foi o principal preletor do último Instituto de Pastôres. Vulto de destacada atuação no seio da Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos, tem o Dr. Thompson ocupado cargos de responsabilidade na administração geral de sua Igreja e exercido grande influência, como pastor, professor e preletor, sôbre a orientação do programa de evangelização em áreas extensas do território americano, dentro e fora de sua denominação. Em virtude de seu entusiasmo pelo trabalho evangelístico, não será exagerado afirmar-se que o Dr. Thompson tem exercido maior influência do que qualquer outro membro de sua Igreja, sôbre grande número de estudantes de Teologia que vêm se consagrando à obra missionária no exterior, inclusive no Brasil.

DR. PAUL LEHMANN. Êste ilustre professor da Universidade de Harward estêve conosco, graças ao prof. Richard Shaull, que organizou seu roteiro no Brasil, e deu-nos preleções de Ética, por uma semana, em setembro. O Dr. Lehmann tem no prelo um compêndio de Ética, que deverá sair a lume em princípios do próximo ano, no qual expõe sua concepção de ética contextual.

DR. JOHN H. SINCLAIR. — Secretary for Latin America — The Commission on Ecumenical Mission and Relations — The

United Presbyterian Church in the USA. — New York. O Dr. Sinclair começou sua carreira como missionário em Venezuela, no ano de 1947, e nos últimos cinco anos tem trabalhado como missionário no Chile. Em 1960 tomou o lugar do Dr. Stanley Rycroft, como secretário na América Latina, da Comissão em Nova York.

*

INSTRUÇÃO PÚBLICA: — «Mas, no Brasil, êsses problemas de instrução pública assumem formas tão graves e exigem soluções tão urgentes, que muitos espíritos lúcidos, apesar de notarem que a solução dos problemas escolares depende intimamente da solução dos problemas econômicos, são de opinião que êles são os mais importantes e os mais difíceis de resolver» — Jacques Lambert — Os Dois Brasis, pág. 204.

Bibliografia

O CARÁTER CRISTÃO

STEPHEN NEIL — Confederação Evangélica do Brasil, 1960 — 94 págs.

Êste livro é divulgado pela Comissão Central de Literatura da Confederação Evangélica do Brasil, e pertence à série «World Christian Books» que é publicada sob os auspícios do Concílio Missionário Internacional. A finalidade dêstes livros é fornecer às Igrejas, nesta hora de crise e de assaltos à fé cristã, uma literatura que contribua para o esclarecimento dos crentes e o seu fortalecimento nas esperanças do Evangelho.

O autor de «O Caráter Cristão» é o experimentado missionário da Índia e fecundo escritor, o bispo Neil, bastante conhecido pela parte que tem tomado nos últimos movimentos ecumênicos da Igreja.

Jesus mesmo disse que o Evangelho haveria de prosperar pelo testemunho dos crentes. Na refrega, pois, com o mundo incrédulo e, mais do que isto, adversário tenaz do cristianismo, se torna necessário que os defensores do Evangelho se apresentem com um caráter cristão bem formado. Ser cristão, começa o autor, significa ser semelhante a Cristo. Mas ser semelhante a Cristo não é apenas imitar ou repetir os traços exteriores da personalidade do Mestre; significa, pois, possuir, interiormente, «o mesmo sentimento ou mente que teve Nosso Senhor Jesus Cristo», conforme diz o apóstolo Paulo. Isto não se consegue por meio de regras, é um dom do Espírito Santo. Mas o crente pode preparar o caminho, mediante alguns passos. O autor começa dando quatro dêles: O primeiro é ler cuidadosamente os Evangelhos. Esta é a melhor fonte para conhecermos a Jesus. O segundo passo é aprender a olhar para Jesus a todo tempo — «fitando os olhos em Jesus, autor e consumador da nossa fé». Isto quer dizer «estar quieto», isto é, permitir que o Espírito trabalhe em nós. O terceiro passo é pensar sério em nossas ações, em nossos amigos, em nossos problemas, buscando ver o que Deus pensa disso tudo. Coisa delicada é, sem dúvida, alcançar o pensamento de Deus. O quarto passo, o mais importante de todos, é não resistir ao Espírito Santo. No conflito que se trava dentro de nós entre o bem e o mal, entre o sim e o não, só a ajuda do Espírito pode nos levar à vitória.

O caráter é interior, mas terá, como toda realidade espiritual de revelar-se através da conduta. O autor encontra a melhor expressão do caráter cristão nas palavras do apóstolo Paulo aos Gálatas, no capítulo 5:22-23: «O fruto do Espírito é o amor, a alegria, a paz, a paciência, a benignidade, a bondade, a fidelidade, a mansidão, a temperança».

O excelente livrinho do bispo Neil nos oferece um estudo em linguagem muito simples, mas muito profunda, do sentido dêstes têrmos no Novo Testamento. Não nos podemos contentar com o sentido natural das palavras, porque os escritores sagrados tiveram de tomar os vocábulos gregos e de dar-lhes um sentido novo, especial, «sui gêneris», para expressar o pensamento cristão, ou, melhor, o sentido da revelação. O amor, por exemplo, além de tôda a sua fôrça, como um sentimento natural, é também um mandamento — «amarás ao teu próximo» — portanto, depende da vontade. Temos de querer amar ao mais despresível dos homens sem outro interêsse que o de dar. «O amor, no sentido em que a Bíblia nos fala, diz respeito sempre a **dar** e **dar-se**. Nunca é simples afeição. mero sentimento, e sempre inclui resoluta determinação da vontade em promover constantemente o bem estar dos outros».

A alegria, outro aspecto do fruto do Espírito, também precisa ser entendida. Como obedecer ao conselho do apóstolo — «alegrai-vos sempre» — neste mundo de miséria e pecado? O autor estabelece uma distinção entre prazer, felicidade e alegria. O prazer é aquilo que nos vem de coisas e pelos sentidos. Felicidade é aquilo que nos vem dos outros através da amizade. É mais elevada do que o prazer. A alegria, no sentido em que Jesus emprega êste vocábulo, é algo que nunca ninguém nos pode tirar. É gôzo espiritual.

E assim as outras virtudes. Paz é aquêle estado de coisas que impera, quando se está fazendo a vontade de Deus. É a harmonia com Deus. Paciência não é só firmeza como a de Jó; é imitar a Deus, a calma com que Êle esperou que corressem os tempos, sem violentar as circunstâncias, para o fim de realizar o seu plano. É ausência de pressa. Benignidade é ser generoso, é dar o primeiro passo, conforme fêz Deus vindo ao encontro do pecador, antes que êste o buscasse. O pai do filho mais velho, na Parábola do Filho Pródigo, descia de sua dignidade, e vinha rogar ao filho «emburrado», que entrasse para a festa. Bondade. Ser bondoso é ser generoso, como Barnabé, «homem bom, cheio do Espírito Santo e de fé, que repartia os seus bens, que animava os crentes gentios de Antioquia, que tolerava a fraqueza de João Marcos. A fidelidade. É diferente da fé. Fé é confiar em Deus e nos outros. Ser fiel é merecer a confiança dos outros, porque êstes sabem que êle cumprirá a palavra dada. Deus é fiel, porque cumpre as suas promessas. A mansidão. Jesus era «manso e humilde de coração». Êste têrmo foi enobrecido na linguagem evangélica. O grego desprezava a humildade. Ser manso é ser humilde, obedecer a vontade de Deus, não «reagir contra o mal que os outros lhes fazem e nem temar por seus direitos». Temperança é autodomínio. Não é estoicismo, isto é, privar-se o homem das coisas boas que Deus nos tem concedido, inclusive o nosso corpo e as suas exigências naturais e normais. Autodomínio é mais **fazer** do que **deixar** de fazer. Mas fazer aquilo que se ajusta com a vontade de Deus. «O autodomínio é obra do Espírito Santo. Poderemos obtê-lo deixando que o Espírito governe nossos corações e pensamentos».

Sem dúvida, estas virtudes não esgotam a lista das virtudes cristãs, fruto do Espírito Santo, mas são bastantes para orientar os crentes na busca de um caráter que em confronto e em luta com o mundo convençam a todos de que Jesus Cristo é, na realidade, o remédio para todos os males que afligem a humanidade. Nenhuma reforma social que não tenha por base o caráter cristão será capaz de salvar o homem e as nações. A paz só virá, quando o congresso da paz tiver como estatuto os princípios do Evangelho.

J. GOULART

* * *

COMUNISM AND THE THEOLOGIANS

Study of an Encounter, Charles West (399 páginas, 35 s, S. C. M. Press).

É livro pesado, mas de valor. A. Miller, da Universidade Stanford, é de opinião que «êste é das duas ou três discussões do Comunismo que têm valor real e permanente. Bem pode ser considerado a mais indispensável de tôdas elas... Será um livro de consultas para mestres antes que um panfleto para a época...»

Não obstante o autor fazer boas referências e freqüentes citações dos principais teólogos cujos pontos de vista são tratados, para melhor proveito do livro é indispensável conhecimento pelo menos elementar de tôda a teologia contemporânea, pois a discussão se processa no alto plano das diferentes correntes dogmáticas.

Quase a metade do livro é dedicada a Karl Barth (148 páginas); em segundo lugar vem Reinhold Niebuhr com 69 páginas e Paul Tillich com 32. Causou-me espécie verificar, logo de início, o lugar secundário ocupado por Emil Brunner, cuja posição extremadamente anti-comunista é tão conhecida e para muitos tão convincente. West reconhece nele certo prejuízo ideológico, afirmando que sua mente está «fechada num sistema de princípios, do qual o totalitarismo é um, enquanto Barth está aberto a posteriores experiências da Palavra de Deus e da situação concreta (50).

A posição de Josef Hromadka, de Praga, é assim definida: «Seu encontro (com o comunismo) é contemporâneo — não perdeu sua influência sob a pressão de eventos históricos... e é teológico, havendo encontro entre a revelação cristã e a realidade do comunismo, e não mero esfôrço para acomodar um ao outro» (51). Para Hromadka há três pontos básicos que são inaceitáveis para o cristão: a) O estado e a sociedade não podem exigir lealdade ilimitada. Não podem ser autoridade final. b) O valor do homem nunca pode depender do homem mesmo. O valor do homem vem de Cristo. c) Mesmo numa sociedade sem classe Jesus Cristo continua a ser indispensável e necessário para a salvação, pois a raíz da miséria humana não é a classe, mas o próprio homem. West observa, muito reveladoramente, que no caso de E. Brunner há certa tendência de colocar a fé cristã a serviço e em defesa do estilo de vida ocidental (45) e em Hromadka e outros cristão da cortina de ferro (húngaros) há certo desejo de unir a religião com o poder social. E êle conclui: «Em última análise os dois homens, o extremo cristão pró e o extremo cristão anti-comunista, pensam em termos de uma fé que é menos que a fé cristã, uma fé na cultura, na sociedade, na política esclarecida por uma religião unificadora, que enfrentar o comunismo como amigo ou inimigo, no seu próprio plano. Em ambos os casos o cristão permanece ligado, não ao próprio Cristo no mundo, mas ao mundo de poder e pretenção do comunismo». (77).

Como não é possível tecer comentários sôbre cada um dos teólogos considerados pelo autor (Brunner, Tillich, Niebuhr, Berdiaev, Hromadka, Gollwitzer e Bonhoeffer), tentemos uma palavra final sôbre Barth. Sua teologia é considerada do maior valor para o encontro com o comunismo e tem sido longamente usada na Europa e especialmente na Alemanha para êsse fim. A parte da Dogmática de Barth que trata do homem (Parte III, volume 2.o) é bem salientada, especialmente o fato de existência ser «existência no encontro Eu-Tu». A conhecida «analogia relationis», que se opõe à tradicional «analogia entis» é também colocada em grande

evidência. O fim é mostrar que o propósito de Deus é criar o homem em relação e se o homem estivesse enquadrado no plano de Deus de viver em relação fraternal com o próximo, em amor e responsabilidade, sempre preocupado em servir, teríamos a solução certa, verdadeira e completa e não a solução parcial, falsa e errada que o comunismo atual nos oferece. A dependência do cristão é de Deus. Sua conduta, seu comportamento na relação Eu-Tu tem base da que se encontra na sociedade ou classe. Se ideologia é característico do pensamento antropocêntrico, o homem que busca o sentido da vida à parte de Cristo é o verdadeiro tipo do ideólogo (217). O homem é por natureza orgulhoso e julga poder ver tôdas as coisas com seus próprios olhos. Mas a verdade é que, na apreciação total do cenário, é preciso olhar do ponto de vista de Deus.

Na parte final do livro o autor apresenta sua conclusão, naturalmente longa e impossível de ser resumida num parágrafo. O comunismo é primeiramente um poder revolucionário correspondendo a uma era revolucionária. Êle alcança os homens práticos — operários e homens rurais, e os homens de teoria — os intelectuais. Em segundo lugar, o mundo enfrenta o comunismo como poder tirânico. A razão disso é que êle combina o poder político absoluto com um tipo religioso de pressão de autoridade, infalibilidade e destino.

Quanto à posição teológica mais própria para enfrentar o comunismo, Bonhoeffer combina os bons elementos de Niebuhr e Barth: «O cristão é chamado para ser um homem — não um **homo religiosus,** mas um homem puro e simples assim como Jesus foi um homem. O homem é chamado para «repartir o ser de Cristo no mundo, e isso significa no seu sentido mais completo amar o mundo, ser uma parte dêle, partilhar dos seus problemas, alegrias, decisões, sucessos e falhas, poderes e desamparo... É um encontro de participação na vida comum». (344-5). Na página 356 lemos algumas frases que merecem aqui ficar como remate destas considerações: «A questão pode ser colocada em forma cristã: Como pode o cristão confrontar o mundo político e econômico, não com qualquer ideal, mandamento ou programa cristão, mas com Cristo, de modo que aquêles envolvidos neste mundo possam melhor e mais livremente servir as necessidades concretas dos homens em tôdas as suas variedades e complexidades? Esta é acima de tudo uma questão daquela outra realidade social, a Igreja. Seríamos falsos ao todo de nossa tese neste estudo se tivermos feito da Igreja um lugar de refúgio, um outro mundo ao lado do mundo a respeito do qual temos falado. Foi, paradoxalmente, o Partido Comunista que nos lembrou, pela própria natureza de sua disciplina, ao mesmo tempo tão exclusivo e tão dedicado à transformação do mundo, aquilo que uma Igreja deve ser e a que deve ela dedicar-se. Mais uma vez com Barth e com o Novo Testamento podemos dizer, primeiro de tudo, que Deus estava em Cristo reconciliando o mundo consigo mesmo. O mundo como um todo é o objeto da graça de Deus, com tudo que é humano nele, incluindo o estado, a comunidade civil. A Igreja é a comunidade que sabe disto e vive disto pela fé, em amor e esperança. A Igreja recebe a Palavra de Deus e passa-a ao mundo. Ela é chamada em sua própria vida e trabalho testemunha da promessa de Deus para o mundo, que na reconciliação realizada por Cristo Êle já começou a cumprir. A Igreja, em resumo, existe para o mundo. Aqui é onde começa a resposta cristã para o humanismo e coletivismo comunista. Aqui duas extraordinàriamente diferentes comunidades, mas paralelas, se enfrentam — a Igreja Cristã e o Partido Comunista, cada uma pela sua própria essência uma testemunha perante o mundo, cada uma pretendendo ser o canal pelo qual o mundo possa ver a Verdade em cujas mãos se encontram sua verdadeira realização e destino».

Naturalmente é impossível em rápido comentário apreciar todo o conteúdo de um livro substancioso e penetrante como o que estamos considerando. Para aquêles que, como cristãos, estão querendo apreciar o comunismo à luz do vasto pensamento teológico contemporâneo êle se torna obrigatório e recompensador. Repetimos que, do nosso ponto de vista, não é um livro fácil e sem certa familiaridade com o pensamento teológico atual êle não proporcionará o maior proveito possível.

Campinas, setembro de 1961.

FRANCISCO P. ALVES

* * *

THE GERMAIN PHOENIX:

Men and Movements in the Church in Germany, por Franklin Hamlin Littell, Doubleday & Company, N. Y. 1960 — 226 páginas

É sempre difícil para os que vivem num país diferente, conhecer a verdadeira situação na vida das igrejas em outras terras. Portanto, recebemos de braços abertos qualquer livro que nos possa dar um quadro verdadeiro dos movimentos de renovação espiritual nas Igrejas alemãs. Êste é um livro que preenche êsses requisitos.

O autor é professor de História Eclesiástica na Southern Methodist University, em Dallas, Texas. Não sòmente estudou em Marburgo, mas também passou vários anos na Alemanha como representante da Fundação Franz Lieber.

Êste livro é muito oportuno, pois hoje em dia o interêsse no movimento leigo da Igreja está aumentando. Em suas páginas encontramos a história dêste movimento dentro da Igreja Alemã. É em movimentos como êste que muitas pessoas vêem uma esperança para a Igreja européia.

Esta é uma contribuição à história eclesiástica moderna, escrita não em forma didática, mas sim viva e cativante. Ao ler êste livro o leitor terá encontros pessoais com líderes como Dibelius, Niemoeller, Bonhoeffer e von Thadden. Um dos capítulos mais atraentes é o que conta a história do Movimento Kirchentag e o salvamento de Reinhold von Thadden pelo coronel norte-americano, presbiteriano, Francis Miller.

Depois de terminar a leitura, o leitor terá uma nova compreensão dos problemas da Igreja nos países dominados pelo comunismo, e sentirá mais de perto o desafio que essa ideologia lança ao cristianismo. O movimento de massas que é representado pelo «Dia da Igreja» (Kirchentag) é, sem dúvida, um movimento bem diferente daquele dos pequenos grupos, «as células», e as pequenas reuniões dos crentes de ocupações idênticas. Mas aqui podemos ver como Deus está abençoando êsses dois métodos de testemunho. Processos novos de educação de adultos também são revelados neste volume, junto com os pormenores de sua organização.

Um fato fica bem evidente: A Igreja alemã não está morta e a esperança do seu reavivamento está na educação e ação dos leigos. Em tôrno dêsse movimento leigo a vida e a fé estão se reunindo e o verdadeiro sentido de vocação cristã está sendo recuperado. Êstes capítulos tornam evidente o fato de que o Espírito Santo está agindo hoje na sua Igreja, apesar das dificuldades — e talvez através delas —, operando algo que de outra forma não teria sido possível realizar-se.

FLOYD SOVEREIGN

* * *

THE PEOPLE OF GOD IN THE OLD TESTAMENT,

by H. J. Kraus. United Society for Christian Literature (Lutterworth Press), London, 1958. 91 pp. World Christian Books. n. 22.

Êste pequeno livro é um na coleção «Livros Cristãos para o Mundo», patrocinada pelo Conselho Missionário Internacional. Poucos outros desta coleção já têm sido traduzidos. Esperamos que o estudo de Kraus também se traduza. O professor de Velho Testamento em Bonn tem escrito um bom sumário e tem escrito claramente sem minúcia.

O alvo do livro é mostrar alguns temas principais da mensagem do Velho Testamento. Não é uma história própria, embora o tratamento seja histórico. Não é uma teologia própria, embora a mensagem seja teológica. O povo de Deus no Velho Testamento entendia história teològicamente. Israel sabia que Deus era ativo na história — nos movimentos das nações e nas atividades dos homens. A mensagem do Velho Testamento toca o Deus vivo, que está trabalhando no Seu povo, e por meio do Seu povo. Por isso, «o povo de Deus» fica no centro tanto da história como da teologia. E êste pequeno livro de Kraus nos fornece um bom sumário e uma sinopse conveniente da mensagem como ela vem por intermédio de entendimento teológico da história de Israel.

O professor Kraus começa com a assembléia em Siquém, achada em Josué 24. Daquela reunião havia uma nação chamada Israel morando na terra da Palestina. E é provável que o grupo em Siquém com Josué incluísse famílias que não estiveram presentes no Sinai. Então, num sentido há razão histórica começar a tratar o povo de Deus em Siquém com Josué. Há também razão teológica. Israel não era uma coisa natural. Não era uma nação política fundamentalmente. Antes de tudo, Israel era uma associação de tribos que aceitaram como a base da vida comum a adoração do único Deus e que fizeram aliança assim. Israel, o povo de Deus, deve ser entendido teològicamente, e começar a história do povo de Deus em Siquém conserva aquêle entendimento. Mas eu preferiria iniciar no Sinai. Isto conservaria igualmente o entendimento teológico enquanto fortaleceria a idéia da resposta do povo ao ato da graça de Deus. Quanto ao sentido histórico, é provável que o grupo em Siquém incluísse mais famílias que o grupo em Sinai. Mas a nação por si começou com o êxodo e a aliança. A assembléia em Josué 24 fêz uma renovação da aliança que já tinha sido feita em Êxodo 19-20. Mas em qualquer caso é claro que o povo de Deus era o povo da aliança, uma nação primeiramente religiosa. O professor Kraus tem escrito isto com ênfase e clareza.

Depois, êle dá atenção ao princípio de Israel. Tratá-se o assunto em três aspectos: 1) a libertação do Egito; 2) a revelação de Deus, a aliança, e a lei dadas em Sinai; 3) as promessas aos patriarcas. Precisamos lembrar-nos que êste livro trata a mensagem, não a história, do Velho Testamento. No segundo capítulo o assunto é o princípio de Israel como estava proclamado em Israel antigo. Ano após ano o povo de Deus celebrava as grandes festas, e a maior parte delas era a celebração ritual da atividade de Deus na história de Israel. O coração da festa da páscoa era a história da libertação do povo do Egito, o êxodo. A festa dos tabernáculos lembrava a revelação de Deus no Sinai, a aliança, e a dádiva da lei. Cada vez que uma festa foi celebrada a história se tornou atual. O povo viveu mais uma vez o evento. A aliança antiga se tornou vigente ou-

tra vez. O povo aceitou outra vez o evento. De novo Israel conheceu o Deus do êxodo, do Sinai, o Deus de Moisés. Então as festas proclamaram o entendimento teológico da história. Esta proclamação é tratada pelo professor Kraus no segundo capítulo. Êle tem dado ênfase à centralidade do êxodo na vida e na fé de Israel. E também tem escrito bem a respeito da atualização do passado em proclamação no presente. A mensagem trata eventos verdadeiros, mas a história da salvação torna-se a realidade da salvação na adoração do povo de Deus. Tanto Israel antigo teve experiência daquela realidade, quanto a Igreja Cristã pode atualizar na própria vida a atividade de Deus para nossa salvação.

Em seguinte, há dois capítulos sôbre a vida da nação no período dos juízes e o do início da monarquia. Aquela época era uma da apostasia. «Fizeram os filhos de Israed o que era mau perante o Senhor; pois serviram aos Baalins.» (Jz. 2:11) Kraus nos fornece uma boa explicação da apostasia fundamental de Israel e da maneira por que Deus sofria. E isto introduz uma seção de quatro capítulos sôbre os profetas e sua mensagem. Provàvelmente esta é a melhor parte do livro. Fornece uma boa interpretação dos profetas. Dá-nos uma exibição clara do papel do profeta no povo de Deus. Dá-nos também uma exposição muito boa da mensagem de Deus ao Seu povo pelos profetas. Teremos melhor entendimento dos livros proféticos se lermos atentamente esta parte.

Os dois últimos capítulos tratam do período depois do exílio e o do Novo Testamento. Kraus mostra como lutas, tentações, falhas, e perversões ficam. Mas o método de Deus, o método de amor, também permanece. O dever e o fracasso do povo ficam. Mas a graça de Deus também permanece. Os judeus deram início ao judaísmo. E os cristãos sempre estão diante das mesmas tentações.

Êste pequeno livro é uma boa sinopse da mensagem do Velho Testamento. Pode ajudar-nos em nosso estudo daquela parte das escrituras. Em primeiro lugar, esta exibição da mensagem do Velho Testamento nos ajuda a ver tôda a história da salvação. Há uma grande tentação de estudar e pregar trechos ou versículos ou sòmente locuções. Mas êste livro pode ajudar-nos a perceber a relação dum trecho com a história da atividade de Deus para nossa salvação. Em segundo lugar, o livro nos guarda de empregar o Velho Testamento diretamente em nossa época sem referência à história. O povo de Deus é um conceito teológico, mas é também uma entidade histórica. A mensagem de Deus ao Seu povo sempre está relacionada à história. Devemos começar nosso estudo com as relações históricas. A palavra a nós vem do meio da história da salvação. E êste livro, que nos ajuda a ver aquela história, também nos ajuda a recusar a tentação de empregar qualquer parte do Testamento diretamente em nossa época. Finalmente, quando crescermos no conhecimento da mensagem inteira do Velho Testamento poderemos ajudar nossas congregações ler aquêle testamento como escritura cristã. E o livrinho do professor Kraus nos ajuda a fazer esta tarefa muito importante.

EARLE DUKES ROBERTS

* * *

MESSAGE AND MISSION

The Communcication of the Christian Faith. By Eugene A. Nida. New York: Harper and Brothers. $5.00 1960

Êste livro, poucos meses após sua publicação, tornou-se leitura obrigatória para missionários novos em quase tôdas as juntas de missões norte-americanas. É uma análise teórica dos problemas, princípios e procedimentos no campo de comunicação. No entanto o autor chama atenção especialmente para os resultados práticos que êstes fatôres trazem ao campo da comunicação do Evangelho à raça humana em suas culturas, e linguas, seus costumes sociais e desenvolvimentos intelectuais os mais diversos.

Dr. Nida é secretário executivo da Sociedade Bíblica Norte Americana e também é um especialista em lingüística. O seu trabalho o levou a quase todos os países do mundo e o colocou em contacto pessoal com muitos missionários que trabalham na tradução da Bíblia. No entanto êle tem-se dedicado especialmente aos lugares onde a mensagem da Bíblia está sendo traduzida e proclamada pela primeira vêz nos dias presentes.

Êste livro não é uma «teologia de missões» ou uma «história das missões»; também não é um estudo de «religiões comparadas...» No entanto apresenta arranjo interessante dos fenômenos religiosos encontrados em diversas culturas: tanto os que auxiliam como os que prejudicam a comunicação do evangelho.

O primeiro capítulo apresenta uma introdução geral aos problemas e procedimentos envolvidos em comunicação. Quanto aos que se relacionam com a comunicação do Evangelho, o autor observa:

> Message and Mission.
>
> Nenhuma outra religião é tão completamente presa à palavra (word-oriented) quanto a religião judeu-cristã... sòmente na tradição judeu-cristã há uma rejeição tão forte de imagens visuais e semelhanças e tanta dependência da expressão: «Assim diz o Senhor». Enquanto os gregos olhavam para os mistérios, os profetas judeus ouviam a voz de Deus. Jeová não podia ser visto, mas podia ser ouvido, não na voz da natureza, mas «numa voz mansa e delicada». De modo preeminente esta ênfase à comunicação verbal como elemento integral da comunicação é simbolizada mais amplamente por «O Verbo» como o título da Segunda Pessoa da Trindade.
>
> O Deus das Escrituras é aquêle que entrou na história...
>
> O Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó é lembrado em palavras escritas, as quais descrevem não sòmente o que Êle fêz, mas se encarregam de interpretar êstes feitos do ponto de vista dÊle.

Depois desta introdução o autor mostra as várias reações que o Evangelho tem sofrido entre os diversos povos do mundo. Isto o leva a afirmar: «A reação de um povo às boas novas sôbre Jesus depende de uma multidão de fatôres». O restante do livro é uma tentativa de apresentar ao leitor uma parte desta «multidão de fatôres».

O segundo capítulo analisa a natureza da religião e como se relaciona com a comunicação. Entre uma «incrível variedade de atividades» re-

lacionada com a religião, o autor descobre uma característica básica, a saber: comunicação como é do sobrenatural. Esta comunicação tem conseqüências na conduta humana as quais são também relacionadas com o problema porque:

> ...Tanto a conduta estipulada como a requerida pela religião são de natureza estritamente simbólicas. Isto quer dizer que as várias práticas em si mesmas servem para comunicar outras mensagens e têm-se tornado altamente importantes em qualquer análise de comunicação.
>
> No entanto com respeito ao cristianismo o autor afirma:
> Unicamente no cristianismo, Deus não apenas comunica conceitos sôbre si mesmo (como no Islamismo), Êle se faz comunicar na pessoa do seu Filho, no Qual o Verbo se fêz carne. Em nossa fé é Deus quem toma a iniciativa da comunicação, e através da incarnação, tanto pela palavra (Verbo) como pela vida, se faz comunicar aos homens. O homem por seu lado se comunica com Deus, principalmente através da oração, mas na relação de um filho para com o pai que reserva para si o direito de decidir o que é bom para os seus filhos. Podemos até dizer que na Incarnação Deus «codificou» suas qualidades infinitas nas qualidades finitas nas limitações da linguagem e formas humanas, e nos mostrou o que Êle é, por seus atos através da história. Para compreendermos esta comunicação ela teria que ser ajustada às nossas formas finitas de pensamentos e reinterpretadas na base de nossos padrões humanos de conduta.
>
> Na oração nós «codificamos» mensagens ao Infinito, mas «não sabemos o que havemos de pedir como convém, mas o mesmo Espírito intercede por nós com gemidos inexprimíveis». (Romanos 8:26). Isto quer dizer que as nossas orações «codificadas» dentro das limitações do nosso falar são «decifradas» por Deus nos termos da sua sabedoria infinita, e respondidas, não na base do conhecimento limitado ou na base de nossos motivos não intencionalmente egoístas, mas de acôrdo com a sua graça divina e compaixão constante.

No capítulo terceiro a estrutura da comunicação é vista no envolvimento de três fatôres essenciais: (1) a fonte, (2) a mensagem, (3) o receptor. A comunicação deve ocorrer no ambiente de tempo e lugar específicos os quais fazem parte essencial dum quadro maior. Êste quadro é a visão da cultura total de um povo. A fonte codifica a mensagem e o receptor a decifra. Há uma falta de correspondência entre culturas e participantes. Também, «Nenhum símbolo pode ter sentido em si mesmo. Êle significa outra coisa. A determinação do significado é dada pela cultura. Portanto não há um símbolo universal imediatamente entendido por tôda humanidade».

A questão dos símbolos e das suas significações e o processo da linguagem como um código de comunicação é desenvolvido mais amplamente no capítulo quatro. O autor oferece três conclusões:

(1) A mesma palavra nunca significa a mesma coisa para duas pessoas.

(2) Duas palavras sinônimas em qualquer língua nunca têm exatamente o mesmo sentido.

(3) Nunca uma palavra em duas línguas diferentes tem exatamente o mesmo sentido.

Êle conclui, desta forma, que «comunicação absoluta é impossível, mas assim mesmo «comunicação eficiente é sempre possível até mesmo entre pessoas de lastros culturais diferentes pelas seguintes razões:

(1) os processos do raciocínio humano são essencialmente os mesmos a despeito da diversidade cultural;

(2) todos os povos têm uma ordem comum de experiências humanas;

(3) todos os povos possuem a capacidade para, ao menos, se adaptarem parcialmente ao uso de símbolos de outros.

Com êste estudo geral como fundamento, nos capítulos cinco, seis, e sete, o autor analisa o problema da comunicação em relação à estrutura social de uma cultura, o dinamismo da comunicação e sua relação com levantamento e queda de movimentos religiosos, e a relação psicológica na comunicação. No capítulo oitavo, o autor dá ênfase à diferença entre forma e conteúdo na mensagem cristã, entre indigenização e sincretismo nas adaptações de comunicação.

> Indigenização consiste essencialmente no emprêgo total de formas indígenas locais de comunicação, métodos de transmissão, e comunicadores, ao passo que êstes meios possam ser preparados e disciplinados. Sincretismo, por outro lado, envolve a acomodação do conteúdo, a síntese dos credos, e uma amalgamação das perspectivas universais (weltanschaung), de tal maneira que estabelece algumas bases comuns para a construção de um «sistema novo» ou um «novo método».

Adaptações e indigenização de comunicação são necessárias e não são nem estranhas nem novas. O Sincretismo apresenta um perigo à essência da mensagem cristã. O capítulo nono trata de problemas específicos de tradução e revisão das Escrituras, enquanto que os capítulos finais se dedicam às bases teológicas de comunicação. No último capítulo o autor afirma:

> A revelação que Deus fêz de si mesmo é absolutamente verdadeira; mas não absoluta, no sentido de que não há mais nada para ser revelado ou de que nós sabemos tudo sôbre Deus. Ainda há mistérios os quais nós, pessoas finitas não podemos saber sôbre o infinito. Nossas limitaçõeõs em tempo e espaço (i.e. nossos lastros históricos culturais) em língua (nenhuma língua é um reflexo perfeito da realidade, mas sòmente um mecanismo para a conduta de relações pessoais) fazem tal revelação absoluta impossível. Por outro lado, esta revelação que temos através de Jesus Cristo é o guia completo para tudo o que se refere à fé e à conduta, e é completamente suficiente, justamente porque está ligado culturalmente às categorias humanas. É por esta razão que podemos entender algo do mistério da natureza de Deus por saber o que êle tem feito e dito.

Além de tudo que se tem dito a respeito dos característicos humanos de comunicação, o autor dá testemunho nas páginas finais do caráter sobrenatural da comunicação divina. Êle afirma:

> Nós mesmos não comunicamos esta mensagem; nós sòmente damos testemunho da sua veracidade, porque é o Espírito de Deus quem comunica diretamente e se faz mediador da palavra divina. O encontro que o homem tem não é meramente com uma idéia, mas sim com o próprio Deus. Desta forma a comunicação na qual estamos envolvi-

dos não é sòmente sobrenatural em conteúdo (porque procede de Deus); é também sobrenatural em processo, porque sòmente o Espírito de Deus faz esta mensagem viver nos corações dos homens.

A fé que o autor tem em Jesus Cristo, seu vasto e íntimo conhecimento de países diversos (até mesmo de países pouco conhecidos); sua apresentação científica e sábia dos problemas tratados neste livro são atraentes e práticos. Missionários, pastôres, e líderes da igreja que lerem êste livro o farão com prazer e proveito.

CARL J. HAHN, SENIOR.

★

EMOÇÃO E RELIGIÃO: — «A religião está profundamente radicada nas emoções humanas... Os sentimentos mais intensos aparecem relacionados com as experiências mais vitais. A indiferença resulta da falta de interesse; e quando o interesse religioso desaparece, o conteúdo emocional se desvanece e a religião se mumifica ou é abandonada. As seitas religiosas liberais que exaltam a razão e desprezam a emoção, enfraquecem-se e entram em declínio. Sem motivação emocional, torna-se duvidoso o valor da religião, exceto como relíquia de museu. E, mesmo como relíquia, a medida de seu valor está na proporção em que ela se revela capaz de despertar interêsse e provocar atitude responsiva. Todavia, quão grande é a diferença que separa a emoção fervorosamente intensa de uma experiência religiosa pessoal da vaga curiosidade despertada por aquilo que se encontra em um museu!» — Paul E. Johnson — Psychology of the Religion, página 71.